



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E  
GESTÃO EDUCACIONAL  
CURSO DE MESTRADO**

**Douglas Vicente Alchieri**

**DO PLANTIO À COLHEITA:  
FORMAÇÃO EM EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA TAEs NO CCR**

Santa Maria, RS  
2022

**Douglas Vicente Alchieri**

**DO PLANTIO À COLHEITA:  
FORMAÇÃO EM EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA TAEs NO CCR**

Trabalho de Conclusão, Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional – Curso de Mestrado, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Políticas Públicas e Gestão Educacional**.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Leandra Bôer Possa

Santa Maria, RS  
2022

Alchieri, Douglas  
DO PLANTIO À COLHEITA: FORMAÇÃO EM EXTENSÃO  
UNIVERSITÁRIA PARA TAES NO CCR / Douglas Alchieri.- 2022.  
164 p.; 30 cm

Orientadora: Leandra Bôer Possa  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em  
Políticas Públicas e Gestão Educacional, RS, 2022

1. Extensão Universitária 2. Técnico-Administrativos  
em Educação 3. Extensão Rural. I. Bôer Possa, Leandra II.  
Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, DOUGLAS ALCHIERI, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

---

© 2022

Todos os direitos autorais reservados a Douglas Vicente Alchieri. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte. Endereço: Rua 15 de Novembro, Nº. 27, Bairro Centro, Rolante, RS, Brasil. CEP: 95690-000. Telefone (055) 55 9 92064425.

E-mails: [vicentealchieri@gmail.com](mailto:vicentealchieri@gmail.com) / [douglas.alchieri@acad.ufsm.br](mailto:douglas.alchieri@acad.ufsm.br).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6193720831041485>.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2516-0807>.

**Douglas Vicente Alchieri**

**DO PLANTIO À COLHEITA:  
FORMAÇÃO EM EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA TAEs NO CCR**

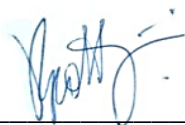
Trabalho de Conclusão, Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional – Curso de Mestrado, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Políticas Públicas e Gestão Educacional**.

Aprovada em 25 de fevereiro de 2022.



---

**Leandra Bôer Possa, Dr<sup>a</sup>. (UFSM)  
(Presidente/Orientadora)**



---

**Valmôr Scott Junior, Dr. (UFPeI)**



---

**Elisiane Machado Lunardi, Dr<sup>a</sup>. (UFSM)**

Santa Maria, RS  
2022

## DEDICATÓRIA

*Aos [hoje] pequenos Augusto e Vicente, que acompanham desde o primeiro dia de suas vidas este Mestrado.*

## **AGRADECIMENTOS**

*Todos meus agradecimentos são dedicados à Professora Leandra Bôer Possa, pela confiança e coragem em me orientar nesse trabalho, e por acreditar em mim em um momento delicado de minha vida.*

*O meu obrigado pela oportunidade de cursar este Mestrado, pois isso fez toda a diferença na minha trajetória.*

*Agradeço, também, à sua força e superação em me orientar durante um período tão difícil e dolorido, como foram os últimos meses.*

*Fica aqui um abraço, que em breve será dado pessoalmente.*

*“Se somos todos irmãos, se somos todos amigos; basta um pedaço de pão, para a vitória do trigo! Basta um pedaço de terra; para a semente ser pão; enquanto a fome faz guerra; a paz espera no chão”.*

*[A vitória do trigo. Dante Ramon Ledesma]*

## RESUMO

### DO PLANTIO À COLHEITA: FORMAÇÃO EM EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA TAEs NO CCR

AUTOR: Douglas Vicente Alchieri  
ORIENTADORA: Leandra Bôer Possa

Esta Dissertação de Mestrado está vinculada ao PPPG - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, do CE - Centro de Educação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), à Linha de Pesquisa LP2 - Gestão Pedagógica e Inovação na Educação Básica, e ao GEPE - Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Especial e Inclusão, e tem como temática a extensão universitária no âmbito dos servidores Técnico-Administrativos em Educação, do Centro de Ciências Rurais (CCR), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A extensão, juntamente com o ensino e a pesquisa, faz parte do tripé que constitui a universidade pública brasileira. A universidade, por sua vez, é formada por estudantes, docentes e servidores Técnico-Administrativos em Educação, todos responsáveis por desenvolverem atividades que contemplem todas as áreas de atuação da universidade. No entanto, quando se observa o percentual de servidores TAEs da UFSM e qual o percentual desses servidores que participam de projetos de extensão universitária, se verifica que a participação é consideravelmente pequena. Este trabalho é o resultado da pesquisa do Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), onde o autor buscou identificar quais são os fatores que motivam, e quais os fatores que desmotivam, a participação em projetos de extensão universitária dos servidores TAEs do Centro de Ciências Rurais (CCR) da UFSM. Durante as pesquisas deste Mestrado, constatou-se que os servidores TAEs têm interesse em participar dos projetos de extensão, mas são limitados por fatores como: falta de estímulo das chefias, excesso de trabalho e dificuldades de conciliar seu trabalho da UFSM com a carga horária necessária ao projeto. Muitos servidores alegaram, também, desconhecer essa possibilidade e não se sentirem capacitados no momento para coordenar projetos de extensão. Ao mesmo tempo, identificou-se o interesse destes servidores em atuarem como extensionistas dentro de suas áreas de conhecimento. Esta Dissertação apresenta como proposta de intervenção a elaboração de um curso de extensão voltado à formação extensionista dos TAEs do CCR/UFSM, destinado a apresentar os conceitos básicos de extensão universitária, as políticas institucionais e nacionais de extensão universitária, as estruturas administrativas que organizam e fomentam a extensão e as orientações para a elaboração e implementação de um projeto de extensão. Este curso será organizado em módulos, estruturados no formato de temas do cotidiano das ciências rurais, visando, com isso, aproximar e causar pertencimento dos participantes ao curso.

**Palavras-chave:** Extensão Universitária. Técnico-Administrativos em Educação. Extensão Rural.



## **ABSTRACT**

### **FROM PLANTING TO HARVEST: TRAINING IN UNIVERSITY EXTENSION FOR ADMINISTRATIVE TECHNICIANS IN EDUCATION (TAEs) OF THE RURAL SCIENCE CENTER (CCR) OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF SANTA MARIA (UFSM)**

**AUTHOR:** Douglas Vicente Alchieri  
**ADVISOR:** Leandra Bôer Possa

This master's degree dissertation is linked to PPPG - Program of Post Graduation in Public Policies and Educational Managing, from CE - Center of Education, from the Federal University of Santa Maria (UFSM), to the line of research LP2 - Pedagogic Managing and Innovation in Basic Education, and to GEPE - Group of Study and Research of Special Education and Inclusion, and has as a theme the university extension in the scope of Technical-Administrative workers in Education of the Center of Rural Science (CCR) from the Federal University of Santa Maria (UFSM). The extension, together with the teaching and the research, make up the trio that constitutes the Brazilian public university. The university, in turn, is made up of students, professors and administrative staff in education, all responsible for developing activities that cover all areas of university performance. However, when looking at the percentage of TAE servers at UFSM and that percentage of these servers who participate in university extension projects, is verified that participation is small. This work is the result of the research of the Professional Master in Public Policies and Educational Management at the Federal University of Santa Maria UFSM), where the. The author sought to identify which factors motivate and which factors discourage participation in university extension projects of the TAEs servers of the Rural Sciences Center (CCR) of the UFSM. During the research of this master's degree, it was found that TAE servers have interest in participating in extension projects, but they are limited by factors such as: lack of stimulus from the bosses, overwork and difficulties in reconciling their work at UFSM with the workload required for the project. Many servers also claimed to be unaware of this possibility and do not feel qualified at the moment to coordinate extension projects. To the at the same time, the interest of these servers in acting as extensionists within of their areas of knowledge. This dissertation presents as an intervention proposal the elaboration of an extension course aimed at the extensionist training of the TAEs of CCR/UFSM, aimed at presenting the basic concepts of university extension, institutional policies and national university extension programs, the administrative structures that organize and encourage the extension and guidelines for designing and implementing an extension project. This course will be organized in modules, structured in the format of everyday themes of rural sciences, in order to bring the participants closer and make the participants belong to the course.

**Keywords:** University Extension. Technical-Administrative workers in Education, Rural Extension.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 – Síntese de por que pesquisar sobre extensão a partir da trajetória de vida
- Figura 2 – Página Legislação Federal – Planalto
- Figura 3 – Base de Consulta da Legislação Federal entre os anos 1901 e 2020
- Figura 4 – Tela de Resultado da Consulta do Descritor “Universidade” na Legislação Federal anterior ao ano 1960
- Figura 5 – Gráfico 1 - Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão na UFSM
- Figura 6 – Gráfico 2 - Projetos de Extensão na UFSM, por Unidade de Ensino
- Figura 7 – Gráfico 4 - Respostas da Questão 1 do Questionário
- Figura 8 – Gráfico 5 - Respostas da Questão 2 do Questionário
- Figura 9 – Respostas da Questão 3 do Questionário
- Figura 10 – Gráfico 6 - Respostas da Questão 4 do Questionário
- Figura 11 – Gráfico 7 - Respostas da Questão 5 do Questionário
- Figura 12 – Gráfico 8 - Respostas da Questão 5.1 do Questionário
- Figura 13 – Gráfico 9 - Respostas da Questão 5.2 do Questionário
- Figura 14 – Respostas da Questão 5.3 do Questionário
- Figura 15 – Gráfico 9 - Respostas da Questão 5.3 do Questionário
- Figura 16 – Respostas da Questão 7 do Questionário
- Figura 17 – Respostas da Questão 8 do Questionário
- Figura 18 – Gráfico 11 - Respostas da Questão 9 do Questionário
- Figura 19 – Gráfico 12 - Respostas da Questão 11 do Questionário
- Figura 20 – Respostas da Questão 13 do Questionário
- Figura 21 – Respostas da Questão 12 do Questionário
- Figura 22 – Gráfico 12 - Respostas da Questão 10 do Questionário
- Figura 23 – Gráfico 13 - Respostas da Questão 14 do Questionário

## **LISTA DE TABELAS**

Quadro 1 - Síntese de Documentos Regulatórios, em ordem cronológica

Quadro 1 – Síntese de Documentos Regulatórios, em ordem cronológica

Quadro 2 – Projetos de Extensão do Departamento de Ciências Florestais UFSM

Quadro 3 – Projetos de Extensão do Departamento de Clínica de Grandes Animais UFSM

Quadro 4 – Projetos de Extensão do Departamento de Clínica de Pequenos Animais UFSM

Quadro 5 – Projetos de Extensão do Departamento de Defesa Fitossanitária UFSM

Quadro 6 – Projetos de Extensão do Departamento de Extensão Rural UFSM

Quadro 7 – Projetos de Extensão do Departamento de Engenharia Rural UFSM

Quadro 8 – Projetos de Extensão do Departamento de Fitotecnia UFSM

Quadro 9 – Projetos de Extensão do Departamento de Medicina Veterinária Preventiva UFSM

Quadro 10 – Projetos de Extensão do Departamento de Solos UFSM

Quadro 11 – Projetos de Extensão do Departamento de Tecnologia e Ciência dos Alimentos UFSM

Quadro 12 – Projetos de Extensão do Departamento de Zootecnia UFSM

## LISTA DE SIGLAS

CCR	Centro de Ciências Rurais
CE	Centro de Educação
CEU	Casa do Estudante Universitário
CPC	Centro Popular de Cultura
CRUTAC	Centros Rurais de Treinamento e Ação Comunitária
DEAER	Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FORPROEX	Fórum de Pró-reitoras e Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras
GEPE	Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Especial e Inclusão
HVU	Hospital Veterinário Universitário
IFFar	Instituto Federal Farroupilha
IFET	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFs	Institutos Federais de Educação Tecnológica
LAS	Laboratório de Análises de Solos
LP2	Linha de Pesquisa 2 - Gestão Pedagógica e Inovação na Educação Básica
MCP	Movimento Cultura Popular
MEC	Ministério da Educação
OEA	Organização dos Estados Americanos
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PNE	Plano Nacional de Educação
PPPQ	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional
PROEXT	Programa de Extensão Universitária
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Reuni	Reestruturação e Expansão das Universidades
RU	Restaurante Universitário
SEC	Serviço de Extensão Cultural
TAE	Técnico-Administrativo em Educação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UDN	União Democrática Nacional
UERJ	Centros Rurais de Treinamento e Ação Comunitária
UFJF	Universidade de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFMS	Universidade Federal de Santa Maria
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional de Estudantes
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
UPE	Universidade de Pernambuco
USAID	United States Agency for International Development

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>1 O PROBLEMA DE PESQUISA E OS CAMINHOS DA PESQUISA</b>	<b>9</b>
1.1 DA TRAJETÓRIA DE VIDA AO PROBLEMA DE PESQUISA	9
1.2 O PROBLEMA DE PESQUISA E A PROJEÇÃO DOS CAMINHOS DA PESQUISA	25
1.3 RECORTE TEMPORAL E LOCUS DA PESQUISA	28
1.4 PASSOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	29
<b>2. A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: CONTEXTOS E CONSTITUIÇÃO NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA</b>	<b>32</b>
2.1 UMA (QUIXOTESCA) HISTÓRIA - UMA INTRODUÇÃO	32
2.2 A UNIVERSIDADE NO MUNDO E NO BRASIL: UM LUGAR PARA FIDALGOS	34
2.3 UNIVERSIDADE, EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A UFSM	40
2.4 REGULAMENTAÇÃO DA EXTENSÃO EM DOCUMENTOS LEGAIS DO BRASIL	61
<b>2.4.1 As primeiras referências da extensão universitária nas legislações</b>	<b>65</b>
<b>2.4.2 A extensão universitária na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961</b>	<b>68</b>
<b>2.4.3 A extensão universitária durante a ditadura militar brasileira</b>	<b>69</b>
<b>2.4.4. A extensão universitária e a redemocratização do Brasil</b>	<b>72</b>
<b>3 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFSM E NO CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS - CCR</b>	<b>78</b>
3.1 POLÍTICAS DE EXTENSÃO E AS AÇÕES E ATIVIDADES DE EXTENSÃO NA UFSM E NO CCR/UFSM	78
3.2 A PARTICIPAÇÃO DE TAEs EM PROJETOS DE EXTENSÃO NA UFSM E NO CCR	79
<b>3.2.1 Projetos de Extensão no Departamento de Ciências Florestais</b>	<b>81</b>
<b>3.2.2 Projetos de Extensão no Departamento de Clínica de Grandes Animais</b>	<b>82</b>
<b>3.2.3 Projetos de Extensão no Departamento de Clínica de Pequenos Animais</b>	<b>84</b>
<b>3.2.4 Projetos de Extensão no Departamento de Defesa Fitossanitária</b>	<b>85</b>
<b>3.2.5 Projetos de Extensão no Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural</b>	<b>86</b>
<b>3.2.6 Projetos de Extensão no Departamento de Engenharia Rural</b>	<b>88</b>
<b>3.2.7 Projetos de Extensão no Departamento de Fitotecnia</b>	<b>89</b>
<b>3.2.8 Projetos de Extensão no Departamento de Medicina Veterinária Preventiva</b>	<b>90</b>
<b>3.2.9 Projetos de Extensão no Departamento de Solos</b>	<b>91</b>
<b>3.2.10 Projetos de Extensão no Departamento Tecnologia e Ciência dos Alimentos</b>	<b>93</b>

<b>3.2.11</b>	<b>Projetos de Extensão no Departamento de Zootecnia</b>	<b>94</b>
<b>3.3.</b>	<b>COMO PENSAR A EXTENSÃO COMO POSSIBILIDADE DE ATUAÇÃO DOS E COM OS TAEs DO CCR</b>	<b>98</b>
<b>4.</b>	<b>CONCLUSÃO DA PESQUISA: AGORA APARECE O PRODUTO - PROJETO DE EXTENSÃO “DO PLANTIO À COLHEITA: A FORMAÇÃO DE TAEs EXTENSIONISTAS NO CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA</b>	<b>123</b>
<b>4.1</b>	<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>123</b>
<b>4.2.1</b>	<b>Resumo</b>	<b>126</b>
<b>4.2.2</b>	<b>Identificação</b>	<b>127</b>
<b>4.2.3.</b>	<b>Introdução do projeto de extensão</b>	<b>127</b>
<b>4.2.4.</b>	<b>Objetivos</b>	<b>129</b>
<b>4.2.5.</b>	<b>Justificativa do Projeto de extensão</b>	<b>129</b>
<b>4.2.6.</b>	<b>Metodologia de ação do projeto de extensão</b>	<b>132</b>
4.2.6.1.	Época 1: Escolha das sementes	132
4.2.6.1.1	Plano um da atividade extensionista de formação	133
4.2.6.2.	Época 2: Recepção das ‘sementes’, apresentação do ‘plano safra’ e apresentação das ‘raízes’ da extensão universitária	134
4.2.6.2.2	Plano dois da atividade extensionista de formação	135
4.2.6.3.	Época 3: O “Contínuo solo-planta-atmosfera” e a regulamentação legal da extensão universitária (Parte 1)	137
4.2.6.3.1	Plano três da atividade extensionista de formação	138
4.2.6.4.	Época 3: A Política Nacional de Extensão Universitária e a Política de Extensão Universitária da UFSM (Parte 2)	139
4.2.6.4.1	Plano quatro da atividade extensionista de formação	139
4.2.6.5.	Época 4: “O dia de campo”: dia de conhecer o trabalho que vem dando resultado na lavoura do vizinho	141
4.2.6.5.1	Plano cinco da atividade extensionista de formação	142
4.2.6.6.	Época 5: Agricultura convencional X Agricultura orgânica: As diferentes formas de percepção das pragas	143
4.2.6.6.1	Plano seis da atividade extensionista de formação	146
4.2.6.7.	Época 6: “Basta um pedaço de terra para a semente ser pão”	147
4.2.6.7.1	Plano sete da atividade extensionista de formação	148
4.2.6.8	Época 7: O dia de entregar a ‘papelada’ do Pronaf	150
4.2.6.8.1	Plano oito da atividade extensionista de formação	151
4.2.6.9.	Época 8: A colheita - resumo do projeto e avaliação	152
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>154</b>
	<b>APÊNDICE – Formulário</b>	<b>157</b>

## APRESENTAÇÃO

A semente deste trabalho foi plantada há quase 15 anos, quando o autor, como tantos outros milhares, era uma criança que dividia seu tempo entre a escola e as atividades laborais comuns ao mundo rural, que são praticamente as mesmas desde o surgimento da agricultura.

Na primeira década do novo milênio as tecnologias se desenvolveram e as distâncias diminuíram, o mundo rural das famílias de pequenos agricultores não conseguiu acompanhar a velocidade com que as coisas mudaram, e enquanto se comemorava o sucesso de ter uma junta de bois fortes o suficiente para arar a terra, o mundo distante já pensava em cultivar hortaliças em Marte.

No campo da tecnologia ele se aplicava. O computador era visto como um objeto de desejo, cultuado e cuidado como uma imagem sacra. O medo de encostar num computador, apertar qualquer tecla que o fizesse explodir existia em mim e acredito que em todos os colegas de minha pequena escola. Não percebíamos a bolha em que vivíamos e o distanciamento de um mundo em que determinadas coisas aconteciam. Entre a relação com o campo e a escola na cidade pequena e do interior, vivíamos de uma forma simples em que a vida parecia caber num espaço preenchido com as conversas e trabalhos cotidianos, em que os avanços do mundo e tecnologias pareciam ser 'perigosos', o 'final dos tempos', aquilo que poderia substituir e desvalorizar a história e as tradições.

Talvez de uma forma instintiva, eu sabia que era importante saber 'mexer no computador'. Num fim de tarde ao voltar para casa, eu e meu irmão achamos um teclado na valeta. O coração infantil se agitou com a descoberta do tesouro, que imediatamente recolhemos, levamos para nossa casa e passamos a treinar digitação. Em nossas cabeças, aquilo serviria, para quando num futuro distante tivéssemos um computador, já estivéssemos alfabetizados digitalmente. Escrevemos centenas de textos que jamais serão lidos, pois foram feitos apenas com as teclas embarradas de um teclado que nunca se comunicou com as demais partes computacionais responsáveis por armazenar aquelas histórias em sequências binárias.

A história da minha vida poderia ser essa, mas as páginas seguintes deste projeto e da futura dissertação/produto da pesquisa indicam que alguma coisa aconteceu nesses 15 anos, de forma que minhas palavras digitadas encontraram pessoas, tecnologias, ciências e oportunidades para ficarem registradas, serem lidas,

compreendidas, questionadas, refutadas, mas jamais esquecidas como aquelas do primeiro teclado.

E o que a extensão universitária tem a ver com isso? Qual a relação entre a extensão universitária e um jovem agricultor, analfabeto digital que vivia em uma bolha que foi rompida? A resposta é TODA! em caixa alta e com exclamação, dada a importância que a extensão universitária teve nessa história.

No ano de 2008 fui chamado até a secretaria, onde a diretora me informou que eu seria escolhido pela escola para participar de um curso de computação, oferecido pelo Polo de Ensino a Distância recém-inaugurado na cidade. Os motivos que levaram a diretora a me escolher poderão ser compreendidos ao ler o anexo do memorial deste texto, cabendo certamente, mas que não vou fazer, aqui uma discussão sobre meritocracia e relações de poder.

A empolgação inicial e a oportunidade de participar das atividades do projeto de extensão Intervivência Universitária, desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, foi ampliada no primeiro encontro que tivemos quando se apresentou o objetivo dele, de apoiar a aproximação de jovens de comunidades rurais ao mundo acadêmico, com intuito de estimular projetos de vida na formação profissional. Para promover esta possibilidade, uma das atividades desenvolvidas foi a promoção da inclusão digital dos jovens, utilizando para esse fim, os recursos de equipamentos e estrutura física dos Polo de Apoio Presencial UFSM-UAB (Universidade Aberta do Brasil). Outra ação do projeto foi promover viagens aos recém-criados Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, e ao final, uma visita de uma semana na UFSM, podendo todos os jovens participantes do projeto, vivenciar o mundo da universidade, conhecendo professores, laboratórios, almoçando no Restaurante Universitário - RU e se hospedando na Casa do Estudante Universitário - CEU.

A participação no projeto Intervivência Universitária - UFSM foi, sem dúvidas, o maior estímulo que recebi e do qual se desdobraram todas as demais escolhas e oportunidades que tive em minha trajetória profissional e acadêmica. A participação no projeto de extensão significou um processo de fissão que oportunizou uma cadeia ação-reação que acabou por transformar o jovem filho de agricultor em um acadêmico em permanente formação.

O projeto de extensão universitária Intervivência Universitária – UFSM desenvolvido por um professor e um técnico-administrativo em educação do Centro



de Ciências Rurais - CCR da UFSM levava, semanalmente, à várzea do Rio Jacuí, na serra da depressão central do estado, para conhecimento e possibilidade de liberdade que somente a educação oferece.

Hoje, na condição de servidor técnico-administrativo em educação, aluno do curso de Medicina Veterinária e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional (todos na UFSM) venho tendo experiências como participante e coordenador de projetos de extensão e de uma certa trajetória que posso pensar, pesquisar e realizar extensão universitária, sendo o que me trouxe até esta dissertação de mestrado.

Nesta pesquisa assumi a ideia de que a extensão conjuga uma das três atividades fins da universidade. Segundo Tavares (2016, p. 20) a extensão universitária tem uma função social, que conduz a um processo dinâmico de aprendizagem e diálogo com a comunidade, que amplia a possibilidade de produção de conhecimento pautado na relação e interação entre os saberes populares e científicos.

Isso leva a apresentação desta dissertação construída na temática das políticas e práticas da extensão universitária, que foi construída e está assim organizada:

Capítulo 1 - O problema de pesquisa e os caminhos da pesquisa em que a partir da minha trajetória de vida - formativa e profissional - construí o tema da pesquisa, o problema de pesquisa e as ações de investigação que, do ponto de vista metodológico, foram propostas, numa primeira parte, a investigação bibliográfica e em documentos institucionais e, uma segunda parte, uma investigação de dados analíticos que foram buscados através de uma pesquisa aplicada via questionários com TAEs do CCR/UFSM, que desenvolvem projetos de extensão, sendo estes considerados interlocutores no sentido do levantamento dos limites e possibilidades das suas atuações em extensão universitária.

Capítulo 2 – A emergência da Extensão Universitária em que busquei expressar o que pude, nos últimos dois anos, e compreender a emergência da extensão e seu desenvolvimento, até encontrar o desenvolvimento de práticas de extensão no Brasil e na UFSM. Paralelamente a história, analisamos as regulamentações da extensão universitária.

Capítulo 3 – A Extensão Universitária da UFSM e no CCR em que mudando a lente de análise do macro para o micro, me propus a conhecer a extensão universitária dentro da UFSM, seu resgate histórico, transformações e percepção da comunidade

acadêmica para com essa função da universidade. Focando mais um pouco, tomei o CCR, em que sou servidor, para analisar os processos de inserção de TAEs nas atividades de extensão, os limites e possibilidades e, como esse envolvimento colabora para a melhoria do trabalho e do serviço público.

No capítulo 4 foram apresentados e discutidos os resultados obtidos na pesquisa feita com os TAEs do CCR/UFSM.

E, no capítulo 5, portanto, está apresentado o produto elaborado a partir do movimento desta pesquisa.

## 1 O PROBLEMA DE PESQUISA E OS CAMINHOS DA PESQUISA

### 1.1 DA TRAJETÓRIA DE VIDA AO PROBLEMA DE PESQUISA

Aos leitores desta dissertação, realizada no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, do Centro de Educação – CE, da UFSM, e integrado ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Especial e Inclusão - GEPE, quero dizer que minha escrita no primeiro capítulo pode ser confundida com literatura, o que pode até ter algumas semelhanças, mas, não foi com esta intenção que o escrevi. Tive como objetivo de escrita repensar a minha trajetória como estudante a partir de situações inusitadas que me permitem analisar as instituições escolares por onde passei, instituições de controle que pela dinâmica e função social de produção de sujeitos e comportamentos se assemelham muito com a instituição prisional que, como servidor público, tive a possibilidade de atuar através da extensão institucional.

Foi essa experiência com o conhecimento e com os outros, num processo de reflexão da atuação da universidade na vida e na existência das pessoas, da coletividade/sociedade, que pretendo, a partir da coabitação que fazemos deste mundo, pensar e problematizar a extensão universitária.

A palavra extensão vem do latim *extensio*, que significa a ação de espalhar, caracterizando a intensificação de algo que se prolonga em qualquer direção, ocupando espaços e tempos, ampliando as possibilidades e integrando, pelo alargamento da multiplicidade, a produção de um conjunto.

O significado da palavra diz muito das possibilidades de extensão como princípio e atividade educativa da universidade, meu local de trabalho desde 2017 quando ingressei como técnico-administrativo, onde primeiro fui servidor em um Instituto Federal e, atualmente, na UFSM.

Para chegar à problematização de minha investigação que, desde já, digo estar ancorada no tema da extensão universitária, recorro a minha trajetória de vida e de formação. Considero a minha trajetória de vida porque entendo que, as mudanças e a minha (auto)produção como pessoa, e hoje, como técnico-administrativo da UFSM, tem relação com os outros com quem me relacionei, com a família, com as instituições educacionais que me oportunizaram as experiências educacionais e formativas.



Da minha trajetória de vida optei começar pelo meu primeiro contato com a escolarização, aos 6 anos de idade. A escola que comecei a estudar e que cursei todo o meu ensino fundamental, ficava na mesma rua do presídio da cidade. Eu e meus companheiros de infância e adolescência vínhamos de um contexto rural em que as atividades de lazer e as atividades produtivas eram muito próximas. Precisávamos estudar na cidade, que no interior aproxima o rural e o campo, ou seja, misturam-se. Lugar em que são poucos os recursos de desenvolvimento, o que impacta nas dificuldades de vislumbrar oportunidades capazes de diferenciar nossas trajetórias da trajetória de vida de nossos pais.

Meu pai, no entanto, sabia que para ter outra trajetória precisava estudar e, assim, aprendi que precisava estudar. No meu primeiro dia de aula meu pai foi meu acompanhante, levou-me de caminhão para a escola. Na frente da escola, ao despedir-se de mim, disse algo como: 'Aqui é a escola! Aqui as pessoas vêm para estudar. Quem achar que esse lugar não é bom, quem não se comportar aqui, vai para aquela outra escola que tem ali na frente. As duas são bem parecidas'.

A poucas quadras da escola se localizava o Presídio Estadual da cidade e as palavras de meu pai se referiam, naquele momento, aos aspectos físicos dos prédios, bem como às cores de sua pintura. Ainda, as palavras de meu pai marcaram-me pela força de uma cotidianidade social e cultural que atuava para me moldar a uma necessidade de ajustar o comportamento ao escolar e, a determinadas regras, pois se não fosse assim, outro tipo de instituição poderia me abrigar.

Percebo aqui a positividade das instituições na produção dos sujeitos, ou seja, como as instituições são, dentro de um modelo social, a partir de uma racionalidade social, cultural, econômica, política, naturalizadas como espaços de formação de sujeitos. Instituições sociais que vão se organizar a partir da urbanização e construção das cidades no século XVIII, tendo em vista novos tipos de controles sociais (PALAZZOLO, 2017). Escola e Presídio convivem até hoje na mesma rua, lá na minha cidade natal, tão próximas, distintas e semelhantes, instituições sociais e, ao mesmo tempo, instituições de sequestro, tendo em vista que o exercício de controle passa pela disciplina do corpo, dos comportamentos, e...

O que aquele primeiro dia de escola faria com o menino de 6 anos depois das palavras do pai? A Escola e o Presídio realmente tinham semelhanças, ambos eram verdes, com um pátio cercado, portão e grades. Hoje posso ampliar as possibilidades de identificação das semelhanças, mas até chegar aqui, era pela diferença entre as instituições que pensava ter me constituído como sou e ter atingido o sucesso.

Meu pai, passado muito anos daquele primeiro dia, ainda conta, quando estamos entre amigos, o que me disse no meu primeiro dia de aula. Meu pai como eu se orgulha da minha trajetória e acho que atribuímos ao 'medo de ser preso' o meu 'sucesso' acadêmico. Fui sempre e consistentemente um aluno disciplinado, chegando e saindo na hora estipulada, conversando somente o indispensável, olhando atento ao professor, mesmo que minha cabeça estivesse muito longe, e normalmente tinha as melhores notas da turma. Meu comportamento disciplinado era o esperado pelos/as professores/as, era o comportamento caracterizado na norma, nas regras, eu não necessitava de um controle externo, e eu mesmo era capaz de fazê-lo sobre mim mesmo.

Eu era o aluno ideal, servia aos interesses/idealizações dos/as professores/as. Sabiam o que esperar de meu comportamento, sabiam que não mentiria, não esconderia nada, não roubaria, não brigaria, não fazia resistência, não reivindicaria nada. Na época eu achava que isso me dava grandes qualidades de responsabilidade, mas, hoje, penso que eu era um bom representante de sujeitos que, se não defendem os interesses do patrão, também não iria questioná-los. Não questionar, não resistir, mantinha-me na zona confortável dos privilégios, separando-me daqueles que não obtinham 'sucesso', que não empreenderiam, pois nessa relação o meu mérito estava respaldado na sensação de que havia me comportado, respondido às expectativas e, por isso, conseguido chegar lá.

Se é possível começar a pensar na **extensão dos processos formativos e dos 'conhecimentos e comportamentos' aprendidos na instituição escolar**, penso que aqui tem um primeiro movimento que me leva a problematização da pesquisa. Aquilo que vivi na escola, as significações que aprendi da família que implicavam no menino de 6 anos, foram se intensificando em modos de ser e estar no mundo. Uma aprendizagem que possibilitou e alargou outras oportunidades de me manter na direção 'correta', acreditando que estudar mudaria as minhas possibilidades de vida, e com isso, alcançaria algo diferente dos outros, dos meus colegas da infância e até dos membros da minha família.

\*\*

Acabou o Ensino Fundamental e tive a oportunidade de ser beneficiado pela criação e ampliação da Rede de Institutos Federais de Educação Tecnológica - IFs em que cursei o ensino médio integrado, mais uma forma de extensão que constituía as políticas educacionais da época, qual seja a expansão da educação profissional e tecnológica para cada canto do país. Vivi uma mudança enorme, num mesmo dia, mudei de escola, mudei de cidade, saí da casa da minha família (sendo que nunca havia dormido fora de casa).

Eram muitos sentimentos que me moviam com a chegada naquele novo lugar, onde morando no alojamento da escola pude experienciar, e agora, escrevendo sobre, percebi o funcionamento daquela instituição que habitei por três anos. Provavelmente a instituição que como lugar ideal foi um dos espaços que mais me marcaram, que mais gostei e, ao mesmo tempo, tive 'medo' de estar, em minha trajetória de vida.

O IF funcionava pelo sistema de internato, como uma bolha e/ou enclausuramento. Com um significado forte, nessas palavras, eu percebo um misto de relação entre elas e até de conflito. Eu estava sequestrado em relação ao mundo de fora com horários e rotinas disciplinados, atividades ordenadas, vigiado por guardas, inspetores e professores, relações de violências entre os internos e até de ilegalidades entre aqueles que estavam para cuidar e controlar os estudantes. No entanto, também, naquele lugar de sequestro podia viver a experiência de um espaço de liberdade para pensar e me relacionar que, imagino, só a formação educacional poderia me possibilitar. Imagino isso porque, naquele momento, meu parâmetro de reflexão era a escola que havia estado, aquela que ficava na rua do presídio.

A experiência do IF me parece, hoje, mais uma forma de me inserir na temática da extensão, ou seja, **a extensão como expansão, alargamento das instituições** que criam, no modelo econômico, social e cultural, as necessidades e desejos de institucionalização da formação como natural e colada aos status de empreendimento e de sucesso na vida.

\*\*\*

Cheguei à Universidade! Ingressei no Curso de Engenharia Civil na Universidade Federal de Pelotas - UFPel. Morei na Casa do Estudante e comecei as aulas quando experimentei um conflito: não conseguia articular o que estava apreendendo ali com a minha trajetória de formação anterior, na área agrícola. Pensei que deveria fazer outra coisa da vida.

Aproveitando certa estrutura que tinha na UFPel, mobilizei-me para estudar e me preparar para trabalhar, pois isso me parecia uma necessidade. Estava aberto um edital de concurso para técnico em agropecuária em um IF com as mesmas características daquele que havia habitado no Ensino Médio profissionalizante, e era uma vaga para um campus de uma cidade interiorana, como aquela que eu nasci e vivi com a minha família. A dedicação para estudar e passar nesse concurso tinha a ver com a minha identificação com o trabalho dos IFs, que imaginava eu conhecer pelo fato de ter me constituído sujeito em um deles. Interessava-me com o trabalho na Educação e, as palavras: ensino público, gratuito e de qualidade, me eram familiares, tendo em vista que sabia o que este lema tinha feito na minha vida.

Foi um concurso concorrido, mas consegui aprovação e no dia 21 de março de 2017 começava a trabalhar no IFRS Campus Rolante. Foi um período conflituoso, pois estava muito feliz em estar naquele contexto de trabalho, mas, também, eu e meus colegas servidores não tínhamos um lugar próprio de trabalho, estávamos em um espaço cedido por um sindicato, enquanto o campus do IFRS estava em construção.

O IFRS Campus Rolante foi um dos últimos a ser implementados com a expansão dos Institutos Federais de Educação, e sofria, naquele momento, com a escassez de recursos e investimentos em educação, tanto que não se tinha a certeza da continuidade das obras, e com o impeachment da presidenta Dilma, em 2016, não era mais, o Brasil, uma 'pátria educadora'.

Meus primeiros dias de trabalho foram no escritório, e o técnico agropecuário, que ansiava por lavouras, decepcionou-se momentaneamente ao visitar o campus pela primeira vez. Não havia lavoura, não havia cercados, não havia gado, não havia galpão e não havia previsão de haver. Após a decepção inicial, pensei: vamos construir!

Todos que estávamos ali éramos servidores novos, e nomeados há no máximo, três meses. Todos de fora, éramos migrantes e estávamos conhecendo a cidade, os costumes, éramos forasteiros e, logo, passamos a ser identificados como 'os federais'.

Com o rótulo de 'os federais', para o bem ou para o mal, propus-me conhecer aquela comunidade. Construir um lugar de trabalho naquela comunidade passou a ser um dos meus objetivos. Para isso, precisava levantar dados para pensar como o IFRS poderia construir projetos com a comunidade tendo em vista desafios que se apresentavam, e mais do que isso, conhecer as expectativas da comunidade em relação a instituição que se iniciava ali.

Por uma questão de necessidade de me sentir 'útil' como servidor eu aprendi que a instituição educacional precisava constituir-se junto com a comunidade e, assim, mesmo sem ter muita clareza, novamente aparecia, na minha experiência, o objeto extensão, ou pelo menos uma característica dela: ***projetar modos de transformação, pelo conhecimento e experiência, envolvendo as instituições na e com as comunidades.***

Num primeiro momento pensava que com o capital intelectual que o IF estava trazendo para a cidade, afinal, a maioria eram mestres, doutores e pós-doutores, a instituição seria importante para o desenvolvimento econômico e social daquele povo. Com o tempo percebi, porém, que só titulação não bastava, era preciso vontade de fazer, coisa que percebi ser um desafio, pois no serviço público muitas vezes limitamos nossas atividades somente àquilo que está descrito no edital do concurso e no restritivo capítulo regulatório das atribuições.

Isso tem duas formas para serem pensadas: por um lado a questão jurídica e institucional que limita as atribuições e, por outro, uma certa acomodação dos servidores nelas. Isso me faz pensar que uma das questões que me levam a problematizar a extensão nas universidades tem a ver com a necessária mudança, no sentido de pensar o trabalho dos servidores para além das atribuições, quem sabe pensar a partir de metas e objetivos em uma política institucional pois, o trabalho de um servidor poderia ser bem mais do que preencher protocolos.

Digo isso porque, da mesma maneira que como estudante, como servidor, também me sentia em uma instituição de sequestro. A ordenação das condutas nos protocolos dificultava as possibilidades de flexibilização e de atuação com e na comunidade.



Ainda, por outro lado, esse trabalho de flexibilização da atuação exigia que a comunidade também quisesse ser transformada. Rolante era e é uma cidade onde predomina a indústria calçadista, o que levava aquela comunidade a considerar que o IF seria uma escola para ensinar as pessoas a trabalhar nas fábricas, ou seja, garantir ou melhorar um pouco aquilo que já se fazia na cidade. Isto, associado a um movimento muito conservador, levou a construção rápida de uma certa antipatia dos donos de fábricas com o IF, que confirmou não estar na cidade para treinar mão de obra, mas, para capacitar pessoas, para que pudessem abrir suas próprias fábricas se quisessem, ou ainda, que fossem livres para escolher outro destino diferente do que cortar couro e colar sapatos. Aquilo soou como injúria e, logo, o IF foi reconhecido como o lugar da ‘PTzada’, ‘esquerdistas’ e etc...

O que me parece, e assim, o que me mobiliza a investigar, é o potencial de transformação que a extensão tem, não estando no sentido vertical em que a instituição é detentora de um saber absoluto, superior e redentor da ignorância, mas, em como extensão-comunicação (FREIRE, 2006) se pode horizontalmente construir trocas de saberes entre interlocutores, o que exige tanto das instituições como da comunidade abertura, uma

[...] prática da liberdade [como] tarefa daqueles que sabem que pouco sabem - por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais. (FREIRE, 2006, p. 25).

O que ganha sentido, na minha intenção de pesquisa, é justamente a possibilidade de a extensão ter a característica de **projetar modos de transformação, pelo conhecimento com experiência, envolvendo as instituições na e com as comunidades**, o que significa entender, nas universidades que “o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem” (FREIRE, 2006, p. 36). Um modo de transformação que vai implicar conhecimento com experiência capaz de entender que “[...] o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações” (FREIRE, 2006, p. 36).

\*\*\*\*

Em meio às situações que envolviam a política estrutural exacerbada nos contrários e mobilizava os discursos da cidade sobre o IF, resolvi conhecer algumas pessoas da comunidade e, dentre elas, queria conhecer os agricultores, já que me concebia um servidor técnico em agropecuária.

Próximo ao IF (prédio emprestado por um sindicato) ficava a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER. Foi lá que conheci duas extensionistas que, penso, contribuíram decididamente para que eu aprendesse mais e me dedicasse à extensão. As duas atuavam para fazer muito além da orientação técnica. Uma delas organizava a vida financeira e produtiva dos agricultores, controlava suas contas, lembrava-os das datas de pagamento das dívidas e fazia visitas onde olhava além da lavoura. Olhava a casa, a saúde da família, a saúde mental. Ela tinha muita sensibilidade e era procurada pelas assistentes sociais do município para que abrisse as portas de muitas casas da zona rural.

Estar entre os agricultores me entusiasmava. Depois da formatura como técnico trabalhei por algum tempo em uma cooperativa agrícola e pude reconhecer que uma parte da vida possível que eu valorizava, dentro da minha atuação técnica, era o trabalho de campo, de visita aos produtores. Momento de escutar suas histórias, seus saberes, entender a forma com que veem o mundo. Ao conhecer a extensão rural, me identifiquei rapidamente com aquilo.

Em uma das conversas com as extensionistas da EMATER, solicitei me integrar ao trabalho com elas, pois eu tinha a perspectiva de me tornar extensionista. Foi aí que elas me mostraram o quão difícil era esta jornada e percebi nelas uma certa frustração com os salários, e em como se sentiam desvalorizadas. Por outro lado, percebi que a frustração não as impedia de produzir e tocar projetos. Ambas tinham idade para se aposentar, mas permaneciam firmes, cada vez propondo projetos novos.

Foram elas que me incentivaram a fazer extensão, já que eu tinha formação técnica e estava numa instituição pautada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Percebi naquele momento, pessoas de fora do IF, como possibilidade de parceria.

Eu conhecia pouco das políticas e possibilidades da extensão no IF, mas me senti entusiasmado pela possibilidade. As extensionistas da EMATER me apresentaram as dificuldades de aproximação entre a EMATER e o IFRS, todavia, a esperança na cidade com a chegada do IF, e que poderíamos construir novos projetos. No entanto, relataram que houve algumas situações pontuais em que os colegas do IF fizeram pouco caso da cidade, ou importaram ideias descabidas que poderiam funcionar em outros lugares, mas não prosperariam ali.

Penso que esse foi um dos momentos em que aprendi que uma instituição para fazer extensão precisava sentir a cidade, circular, conversar com as pessoas, beber água na casa das pessoas. Por isso, empenhei-me na parceria, em uma proposta de extensão. Estava há quase um mês, em um escritório provisório e não havia feito nada que me desse entusiasmo até então. Negociei com o diretor do campus, também entusiasta da extensão, tempo para estar junto com as extensionistas da EMATER e, assim, construir um projeto.

Com o diretor do campus conheci as atividades que o IF vinha desenvolvendo no município. Apresentou-me ao Conselho de Desenvolvimento Rural e à Câmara Técnica da Agricultura. O professor vinha de uma família de trabalhadores que, como eu, através da formação, tinha alcançado um espaço social que lhe dava as condições de buscar formas de retribuir em oportunidades para todos aquilo que lhe havia sido possibilitado através da educação.

Percebi um princípio da extensão, ***promover a aproximação de espaços e sujeitos***, construir com a comunidade os estudos e pesquisas das práticas de desenvolvimento social e econômico... os extensionistas e os produtores, os sujeitos da comunidade. Percebi que a extensão era uma grande oportunidade para mim, para a instituição e para a comunidade.

A mesma cabeça que torrava no sol visitando, conversando, ouvindo e falando das experiências com os pequenos produtores, era também a que estava repleta dos diálogos com esses outros, que voltava para o IF para pensar, organizar ideias que haviam sido gestadas lá no campo, com a comunidade.

Aquela ideia de que só seria alguém na vida se estudasse, de que só o conhecimento escolarizado e técnico se constituiria salvador das pessoas, de suas atividades econômicas e sociais, agora se empalidecia. Aquela ideia de que só pelas verdades absolutas, que podem ser diferenciadas por valorações e status, na divisão social entre trabalho intelectual e trabalho manual, me parecia, de certa forma,

imposição, sem legitimidade. Políticas públicas variadas, criadas para a agricultura, muitas vezes possuem falhas grotescas, de forma que acabam virando piada entre agricultores justamente por essa ideia de supremacia e divisão.

A aproximação do produtor com a universidade e instituições como IFRS permitem que seus problemas sejam estudados, os produtos testados e o produtor construa conhecimento prático tanto quanto, ou com valores diferentes, do que o extensionista. Mas, por vezes, as universidades e os institutos reforçam essa falsa dicotomia entre conhecimento e experiência que podem ser identificadas: as instituições funcionam no mesmo momento que os trabalhadores estão a trabalhar; assumem-se como produtoras de conhecimento científico sem dar o crédito das coisas que produzem junto daqueles que oferecem ao conhecimento a experiência; estabelecem uma relação com o produtor/trabalhador que está baseada em uma formação científica colocando o conhecimento-experiência do agricultor como não relevante.

Foi vivendo essas dicotomias que penso ter ampliado a curiosidade pelo tema de pesquisa da extensão, uma motivação que me leva a um pensar outro, uma extensão que pode ser pensada pela perspectiva de aproximar espaços e sujeitos.

\*\*\*\*\*

No IF tive como colega, uma grande amiga que ocupava o cargo de Assistente Social. Com ela aprendi algumas coisas sobre extensão, sobre resistência. Quando a conheci já estava aposentada como assistente social e professora universitária, o que lhe possibilitou estabelecer como meta de vida dedicar-se a projetos que tinham como objetivo a justiça social, que tanto fazia questão de discernir de caridade.

Muitos servidores nomeados para o IFRS já chegavam de costas: prontos para ir embora. Eu mesmo esperei menos de 20 dias para pedir transferência para outro campus. Era um tanto desesperador ver aquele prédio do IF inacabado e aquela cidade que nos olhava torto.

No entanto, aquela colega servidora - assistente social, chegou na cidade para ficar, se sentia uma cidadã do município, participava da comunidade e projetava coisas a longo prazo, afinal, ela estaria e queria estar ali.

Hoje, penso que ela, para além de uma situação financeira estável, também, se constituiu como uma pessoa capaz de produzir uma existência de resistência, pois

não se amedrontava de correr riscos, colocava o pescoço a prêmio, era desprezada por muitos conservadores na comunidade, corria muitos riscos por projetar uma sociedade menos desigual.

Em uma de nossas conversas, ela me contou sobre o projeto que desenvolveu em um presídio feminino enquanto era professora no Curso de Serviço Social de uma universidade privada. Ela construiu uma equipe com alunos e se constituíram no primeiro grupo de extensão universitária naquele espaço, com um projeto de extensão que, de forma gratuita, abrangia as detentas e as agentes penitenciárias. Enquanto ela me contava a experiência, eu pensava que a minha experiência com essa situação era a de ter sido um menino de 6 anos que havia estudado em uma escola, em que, na mesma rua, estava o presídio. Um menino de 6 anos que havia aprendido a se comportar porque senão poderia ter como destino ir morar no presídio.

Fiquei impressionado, pois já tive acesso a pessoas que falavam de presídios, mas nenhuma que esteve lá. Mais tarde me dei conta de que, quem vai a um presídio mesmo que convidado, e conta/relata a alguém que nunca esteve lá, já se constitui em um estranhamento. Se isso acontece com um visitante de presídio, imagina com aqueles que chegam lá com uma sentença judicial?

Aprendi com essa colega assistente social do IF que ***extensão precisa ser uma forma de ação isenta de preconceito e discriminação***, e que, por isso, implica em abertura para o outro e para as condições de possibilidade, considerando que “[...] as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza” (SANTOS, 1997, p. 97).

O trabalho realizado na extensão do presídio feminino, pela minha colega, consistia em cursos de formação em que a turma era formada por presidiárias e agentes penitenciárias, todas na mesma sala, buscando criar as mesmas condições formativas. A constituição de um coletivo foi o ponto de partida tendo em vista a construção da responsabilidade de todas pelo grupo: se uma aluna faltasse, não havia aula; se alguma aluna fosse para o castigo, não havia aula. Outras coisas também me marcaram: a identificação da baixa escolaridade das detentas; a manutenção de um certo privilégio entre as presas que já haviam cursado o ensino médio, sendo este um critério de participação no projeto desenvolvido; que a maioria das mulheres eram presas em função de atividades criminosas dos maridos e companheiros; que os crimes tinham ligação com o tráfico e/ou estelionato, falsificação e lavagem de

dinheiro, crimes que analfabeto supostamente não pratica; que tendo critérios para participar da turma de formação, ensino médio, não havia nenhuma mulher negra nessa turma, mesmo que a maioria das presas fossem negras.

Com a aprendizagem a partir da experiência da colega, me pareceu que até a extensão em um presídio, também se caracterizava pela desigualdade e por uma educação que mantinha privilégios. O presídio tinha aproximadamente 200 presas e somente um grupo pequeno havia sido selecionado para a formação proposta pela extensão. Coincidentemente, segundo os dados do projeto narrados pela extensionista, o grupo de detentas, privilegiado dentro do presídio com a participação no projeto, também era das pessoas que já tinham melhores condições fora do presídio, ou pelo menos melhores condições de estudo. Talvez fossem compostos por pessoas que nunca haviam passado fome, ou que nunca precisaram se preocupar se teriam dinheiro para a pensão do/a filho/a. Eu não tenho nenhuma dúvida - se é que é possível ter certeza de alguma coisa nessa vida - de que o maior crime das outras mulheres presas era ser pobre e negra.

\*\*\*\*\*

Não lembro bem sobre como o diretor do presídio de uma cidade da região do IF chegou ao campus. Acho que já havia sido feita uma aproximação antes de eu chegar, através de um diretor sindical que havia sido um grande defensor para que o IF se instalasse na região. Eu não lembro bem em que momento surgiu a ideia de fazer um curso de agricultura no Presídio masculino, mas foi em alguma dessas conversas, com minha colega assistente social, que eu me dispus, mesmo que receoso, a participar.

Seria aquela, apesar de já viver a extensão de outros modos, a minha primeira imersão em um projeto de extensão enquanto atividade, e como servidor do IF. Numa manhã foi marcada a primeira reunião do projeto em que estavam presentes eu, minha colega servidora-assistente social do IF, o diretor, a assistente social e a psicóloga do presídio. O projeto começou com a intenção da gestão do presídio em dar aproveitamento a uma grande área de terra que se situava atrás do presídio, constituindo o retorno de um projeto anterior em que, naquela área, havia uma horta.

A proposta, portanto, era qualificar e planejar um processo em que os detentos pudessem cultivar a área. Era uma proposta de formação para os detentos que, ao mesmo tempo em que se propunha a ensinar a trabalhar, também servisse, para ocupá-los. Na fala da gestão do presídio: 'Para nós não é bom gente parada; é necessário que os detentos se envolvam em atividades; aprendam coisas novas'.

Naquele momento, com a visão de mundo que tinha, eu concordava com tudo que nos foi dito naquela reunião. Parado ninguém aprende nada mesmo; preso não pode ficar sem fazer nada; eles têm que estudar e o estudo os libertará! Faz muita diferença um preso sair do presídio com um certificado! Naquele momento, antes de minhas leituras, discussões e participações nos grupos do Mestrado, isso tudo soava como uma verdade para mim.

Um curso para detentos, uma área de terra para cultivar dentro do presídio e eu, um técnico agropecuário querendo trabalhar com a comunidade, com 21 anos, buscando desafios, e com a possibilidade de escrever um projeto de extensão todo meu... Uma oportunidade de ser extensionista, de fazer um trabalho diferente... Achei uma ótima ideia e me senti realmente motivado.

Depois dessa reunião foram feitas outras, para acertar os dias, horários e como funcionaria o curso. Submeti então o projeto 'Cultivando a Vida', um curso de extensão dividido em três módulos, sendo o primeiro deles chamado: 'preparando a terra', o segundo módulo: 'plantando as sementes', e o terceiro módulo: 'colhendo os frutos'. Esses títulos foram escolhidos com a intenção de relacionar o trabalho desenvolvido na agricultura com a reinserção social dos detentos.

No primeiro módulo, precisávamos cortar o mato do terreno, limpar o que tinha de ruim, de invasor na terra que viraria uma horta. Explicar que aquele mato não deveria estar ali, que deveria ser removido, mas que ainda poderia ser usado como adubo para outra cultura de nosso interesse. Numa perspectiva educativa dos sujeitos, por associação, as necessidades de preparar o terreno para a horta era a analogia para mobilizar o pensamento sobre a vida de cada um, bem como preparar 'nosso terreno' para receber 'boas sementes'. Pensando sobre isso, agora, me vejo como um técnico agropecuário transformado num 'pastor', pregando a salvação em uma horta! A ideia de que aquelas pessoas, os detentos eram o efeito da própria ação sobre si mesmos, sem considerar os entornos e processos que os conduziram às escolhas que os colocaram ali, nem me vinham à cabeça. A ideia de maus e bons



empreendimentos, numa perspectiva individualista me eram fáceis, já que muitas pessoas que também passaram por dificuldades na vida não estavam ali.

No segundo módulo, o curso tinha como objetivo plantar sementes e mudas. Nesse módulo já havíamos feito a limpeza do terreno, preparado o solo para o plantio, na parte agrícola do curso. Na parte de reintegração, começamos a pensar em como queriam suas vidas fora da cadeia. O que precisavam plantar naquele momento, para que a vida fosse diferente do que havia sido lá fora. Como se isso fosse possível, a ingenuidade de imaginar a saída do detento da cadeia e de considerar que o futuro dependesse unicamente deles.

No terceiro módulo só poderia ser 'colhendo os frutos', afinal, já haviam preparado o terreno, eliminado todo o inço, plantado apenas boas sementes e dado o tempo necessário para a natureza atuar sobre elas e transformá-las em frutos. A ideia de uma educação que por si só, pela palavra, e descontextualiza das experiências de vida, pudesse higienizar a todos, prepará-los para o mundo lá fora, tendo em vista bons pensamentos, disciplina, obediência às regras e as leis...

Fui para o desenvolvimento do curso planejado, tive o primeiro encontro com os alunos, estava nervoso, mas não sabia se era pelo presídio ou pela aula. Uma semana antes havia pedido para a psicóloga do presídio que me enviasse um relatório com a formação acadêmica das pessoas que fariam o primeiro módulo do curso. Ali estava a máxima de conhecer as pessoas, criar sobre elas uma imagem para poder atuar sobre tais, como técnico de agropecuária ministrando aulas.

A turma foi constituída pelos gestores do presídio e era formada por detentos que não tinham o ensino fundamental completo, tinham marcas no rosto, que no mínimo poderiam ser dados de mais de 10 anos do que realmente tinham de idade, sendo que alguns tinham minha idade ou eram mais novos do que eu. O que via naquelas fotos eram pessoas com olhares de desesperança, um misto de tédio com 'tanto faz', ou não tem outro modo de ser.

Analisando este processo e minha atuação foi que identifiquei mais uma vez a perspectiva da extensão na minha trajetória e, com isso, a curiosidade de estudá-la no mestrado. A extensão é mais que levar conhecimento até a comunidade, ou ensinar alguém, é luta e resistência para mobilizar outros modos de ser e estar na sociedade, considerando que é na sociedade que os indivíduos se constituem naquilo que são. Extensão, nesse sentido, se constitui em uma oportunidade de **processo de**



***produção e transformação dos espaços e tempos sociais, culturais e econômicos, ao mesmo tempo que, de transformação dos indivíduos.***

Essa ideia me faz retornar em minha trajetória de vida e pensar sobre os colegas do ensino fundamental que nunca mais vi, aqueles da escola, que na rua também estava o presídio. Aqueles detentos com os quais eu estava dando um curso e fazendo extensão, como servidor do IF, e que poderiam, pela semelhança de idade, terem sido meus colegas lá no ensino fundamental, e que se não fossem os colegas de aula, talvez, poderiam ter convivido comigo no recreio, nas brincadeiras.

Isso me levou a lembrar dos colegas que foram ficando, por algum motivo, pelo caminho. Lembrei do F., da L. e da C. que reprovaram na primeira série e, no ano seguinte, reprovaram novamente. Os três foram, então, para outras escolas, mas sei que todos desistiram da escola antes do quarto ano. Fiquei imaginando que poderia estar encontrando-os ali no presídio, só que agora, com outras faces.

Lembrei de outros colegas, ainda, que também abandonaram a escola lá pela quinta série, pois iriam se casar e precisavam trabalhar. Como já tinham uma grande defasagem idade/série, logo tiveram filhos e foram cobrados a sustentá-los. Imaginei que um deles não conseguiu pagar a pensão e foi preso, sem outra alternativa.

Lembrei do M., que morava no fim da comunidade onde eu também morava. O M. era o primeiro a ser pego pela Kombi escolar pela manhã e era o último a chegar em casa depois do meio-dia. Esse também desistiu. Já eu, era o último a entrar e o primeiro a descer, morava mais perto da escola.

Os da família A., uma grande família, com quinze filhos, vinha para escola de chinelo no inverno e desistiram quando começaram as aulas no turno da manhã. O L. e a L. que frequentemente se agrediam e agrediam quem ousasse enfrentá-los, desistiram antes da quarta série. Outros que não lembro o nome ou que não precisam ser citados, pois possuem uma história muito parecida, foram sistematicamente desaparecendo, de forma que eu fui o único de minha turma pré-escolar que concluiu o ensino fundamental naquela escola, tão próxima do presídio.

Agora eu, trabalhando com a extensão no presídio, me deparava e me reencontrava, de certa maneira, com aquela turma pré-escolar. Parece que conhecia aqueles 'caras', tinha a sensação de ter algo em comum. Durante os momentos mais livres do curso, entre 'preparar o terreno', 'plantar as sementes' e 'colher os frutos', conversávamos sobre o Dragon Ball Z e Power Rangers, desenhos que só quem foi da mesma geração conhece. Falamos da felicidade de encontrar uma 'carta Digimon'

em um pacote de salgadinho e das regras até hoje não definidas das partidas de 'bolita'. Pode espichar o braço na risca? Pode trocar a 'bolita' durante o jogo?

Durante aquela primeira experiência com a extensão me encontrava num pátio parecido com o da escola, que também era fechado e vigiado. No entanto, durante aquele tempo que ia trabalhar no presídio só eu pegava a Kombi e voltava para casa, eles iriam ficar.

Ironia ou não, eles não haviam aprendido a lição tão bem quanto eu. Quem sabe eles não tiveram um pai para avisá-los que: 'quem não se comporta nesta escola aqui depois vai pra aquela outra mais ali na frente'. Quem sabe das condições de possibilidade que lhes constituíram para estar naquele lugar, presos, detentos? Problematização!!! E eu? Bem, bem, eu me comportei e cheguei lá em viatura oficial como servidor, educador, técnico agrícola. Já eles os maus comportados foram levados de camburão e a profecia do meu velho se completou. Tão fácil para eles, era só ter se comportado, tão fácil...

Eu dizia de início que essa escrita poderia ser confundida com literatura, mas foi com ela que fui percebendo o tema de pesquisa que me interessava, e que estava em minha trajetória de vida. Um tema que se mantém no presente, sendo eu servidor TAE da UFSM... interessando por encontrar, na instituição, espaço para realizar e propor, coordenar e participar da extensão universitária como parte de minhas atribuições.

Antes de prosseguir para a apresentação do problema que mobilizou a pesquisa, apresento a Figura 1, a seguir, que sistematiza como o tema da extensão universitária se constituiu tema a partir da reflexão da minha trajetória de vida.

Figura 1 – Síntese de por que pesquisar sobre extensão a partir da trajetória de vida



Fonte: Alchieri, Douglas e Possa, Leandra Bôer em momentos de orientação, 2020.

## 1.2 O PROBLEMA DE PESQUISA E A PROJEÇÃO DOS CAMINHOS DA PESQUISA

A trajetória de vida que está resumida na primeira parte deste capítulo constitui-se em um ensaio que foi escrito, inicialmente, em mais de cem páginas.

Ao escrever a minha trajetória de vida (os acontecimentos que me constituíram e ainda constituem, os efeitos deles naquilo que sou e posso ser) pude perceber, a partir do exercício da escrita de si e sobre si, um modo/potência para pensar alternativas de como recepcionar novos servidores, sua formação, sua experiência e conhecimento, como forma de aproveitá-las no exercício profissional, tendo em vista que a UFSM é uma instituição educacional.

Como servidor técnico eu fui recepcionado por duas instituições federais, e nenhuma delas, no meu período de ingresso me fez a pergunta sobre a minha trajetória, o que trazia em minha bagagem para contribuir com a instituição.

Foi escrevendo a trajetória de minha vida, no mestrado profissional, que percebi a possibilidade de uma agenda de ingresso na instituição. Atividade que pode mobilizar as pessoas, que assumem o lugar de servidor, a estabelecer um vínculo (re)conhecendo aquilo que elas trazem em sua trajetória de vida, o que acolheria e contribuiria inclusive para as adequações às atribuições listadas como atividade meio para o servidor técnico.

Poderia dizer que a experiência de pensar e escrever a minha trajetória com o intuito de encontrar o meu problema de investigação teve relação com minha atuação

profissional, o que me levou a produzir um produto de pesquisa que chamo, agora de: *Recepção de novos servidores, sua formação e experiências mobilizando a inovação na UFSM*, criando a possibilidade de a instituição colocar em sua política de contratação a possibilidade de uma atividade que envolva MEMORIAIS AUTOBIOGRÁFICOS, temática que está em discussão em um seminário de aprofundamento, expertise do curso de mestrado profissional, com a professora Lorena Marquezan.

Foi experimentando a possibilidade de escrever a minha trajetória que identifiquei o que me interessava, que coisas me instigaram e o que poderia propor de inovação e qualificação do meu espaço e tempo profissional que é a UFSM e o CCR.

As relações que construí na minha trajetória de vida com a extensão me levaram a conectar-me com a instituição que trabalhei (o Instituto Federal), às comunidades e com as experiências mobilizadoras de conhecimento, que são as pessoas. A extensão foi o meio que eu encontrei para contribuir, a nível institucional, para que o IF compartilhasse espaços, prolongasse a comunicação, espalhasse e construísse tecnologias e oportunidades junto com a comunidade.

Por outro lado, a extensão se constituiu fundamental para minha construção como pessoa e como profissional servidor de uma instituição educacional. Permitiu que eu pensasse o mundo para além de verdades naturalizadas e, sobretudo, a separação desequilibrada que se dá por um modelo de extensão verticalizada.

Freire (2006) mostrou que a extensão verticalizada se constitui de uma proposta de dominação, transmissão, passividade, messianismo, superioridade - inferioridade e invasão cultural. Essa extensão coloca as instituições como lugar de produção de conhecimento-verdade e a comunidade e as pessoas, agricultores, detentos, mulheres, idosos, crianças (...) como aqueles que oferecem dados para que, nas instituições científicas, se produzam conhecimento que voltem para aqueles que necessitam do conhecimento a ser transmitido.

É justamente na resistência sobre este modelo verticalizado, e para construir o papel do servidor técnico nas atividades de extensão, que me coloquei a investigar o seguinte problema de pesquisa:

- **Quais limites de possibilidades as políticas de extensão oferecem ou podem oferecer para a participação de servidores TAEs nas atividades de extensão do CCR/UFSM?**

Diante do problema, me propus a refletir para transformar o espaço em que atuo e, por isso, o objetivo geral é formulado, como segue:

- **Estudar e dimensionar institucionalmente na UFSM o diálogo, a formação e a ampliação das possibilidades de atuação dos servidores técnico-administrativos como protagonistas de ações de extensão.**

Para responder a problemática e atingir o objetivo busquei estabelecer objetivos específicos que mobilizam ações de pesquisa, sendo eles:

- **Analisar como a extensão universitária se constitui tema e objeto de pesquisa na trajetória daquele que pesquisa**, em que pensei e escrevi minha trajetória de vida, formativa e profissional para encontrar o tema e o problema de pesquisa.
- **Compreender a extensão universitária como função política de atuação das universidades**, que a partir de documentos regulatórios e textos analíticos, e estudiosos da extensão, pude construir um posicionamento e compreensão.
- **Conhecer a extensão e o contexto de desenvolvimento de políticas de extensão e as ações e atividades de extensão da UFSM dando ênfase para atuação do CCR/UFSM**, quando pela via documentação política, normativa, regulatória e informativa da UFSM e do CCR, pude analisar e elencar aspectos (des)mobilizadores para a atuação do servidor técnico-administrativo da UFSM em ações e atividades de extensão no CCR.
- **Identificar o papel destinado ao servidor técnico-administrativo na extensão da CCR/UFSM**, construindo um levantamento de dados sobre projetos de extensão no Gabinete de Projetos do CCR, tendo em vista a participação de servidores técnicos-administrativos nas atividades de extensão no e do CCR.
- **Analisar e elencar aspectos (des)mobilizadores para a atuação do servidor técnico-administrativo da UFSM em atividades de extensão no CCR**, que via questionário, pude promover a escuta e analisar os limites e as possibilidades de atuação dos TAEs em ações de extensão.

### 1.3 RECORTE TEMPORAL E LOCUS DA PESQUISA

Nos últimos 20 anos, vivemos, no Brasil, quatro governos com características distintas. O primeiro foi um governo social-democrata com nítida perspectiva privatista do Estado; o segundo foi um governo popular que assumiu e negociou com o neoliberalismo a partir de políticas de inclusão social e de diminuição da desigualdade, mostrando o papel do Estado na formulação de políticas de consumo, educação, saúde, cultura, inclusive com um enorme investimento da expansão das instituições federais de educação.

Um governo popular de 2003-2016, o terceiro, que ao final não conseguiu mais convencer o mercado e, por isso, se destituiu por um golpe parlamentar em 2016, assumindo o vice com o papel de colocar na agenda as reformas de Estado que serviam ao mercado financeiro. Em 2019, um quarto estilo de governo privatista e conservador nos costumes, que reposicionou as noções de direita/esquerda numa postura de governo calcada, ao que me interessa agora, no preconceito com a universidade pública e com o desenvolvimento da ciência, da pesquisa e das relações da universidade com a comunidade.

É nesse contexto que escolho estudar a extensão universitária na UFSM e no CCR, período compreendido entre os anos 2016-2020. Onde a partir desta delimitação serão estudados quais os impactos que as diferentes políticas públicas educacionais têm dentro da extensão da UFSM, o número de projetos e pessoas atendidas, para que se trace um panorama da evolução da extensão no CCR/UFSM ao longo dos últimos 20 anos, e que sejam quantificados os projetos dos últimos 5 anos (2016 a 2020).

Por ser essa uma pesquisa vinculada a um mestrado profissional, tem-se como objetivo elaborar um produto que promova melhorias no ambiente profissional, outra delimitação que se constitui no locus dessa pesquisa, que será o Centro de Ciências Rurais da UFSM, onde como servidor exerço atividades profissionais e, também, sou aluno de graduação em Medicina Veterinária.

O Centro de Ciências Rurais foi criado em 31 de agosto de 1970 a partir dos Cursos de Agronomia e Medicina Veterinária, que estavam em funcionamento, e que tiveram suas primeiras turmas no ano de 1961. A missão do CCR é ser reconhecido pela sociedade como um Centro de excelência em ensino, pesquisa e extensão, nacional e internacionalmente. O CCR busca incentivar a produção de novos saberes,



formando profissionais com conhecimentos técnicos e científicos comprometidos com os problemas socioambientais.

Dos dados<sup>1</sup> importantes do CCR são os de que sua comunidade é composta por 178 servidores Técnico-Administrativos em Educação, 189 docentes e mais de dois mil e setecentos alunos distribuídos nos cursos de graduação e pós-graduação.

#### 1.4 PASSOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

O primeiro passo metodológico foi encontrar na trajetória de vida aquilo que mobilizava e compunha a minha trajetória pessoal e profissional, colocando como processo a extensão universitária como foco. Foi objetivo de investigação aprender que a trajetória de vida é a relação daquele que pesquisa com o 'objeto' de investigação, considerando que a trajetória de vida, as conexões materiais e simbólicas construídas no curso de vida, e na relação com outros, são a emergência de processos de como se produz conhecimento (MARINHO, 2017). Ainda:

Se o ponto de partida de qualquer trabalho científico são as reflexões epistemológicas que precedem o desenvolvimento do trabalho de campo em si, as leituras e todo o esforço em justificar tais escolhas - desde o terreno empírico, seleção das fontes de informação até análise do material coletado -, o ponto de chegada será a composição de uma *narrativa* expressa em linguagem textual - é o que denominamos aqui por *trajetória*. (MARINHO, 2017, p. 26)

Se uma pesquisa é parte da trajetória de vida é a própria trajetória que possibilita enxergar e encontrar problemas de pesquisa, sendo que foi com a análise crítica dela que encontrei meu primeiro objetivo específico e metodológico - **Analisar como a extensão universitária se constitui tema e objeto de pesquisa na trajetória daquele que pesquisa**, uma análise que vai compor o primeiro subcapítulo do capítulo mais metodológico da dissertação.

O segundo capítulo busquei na imersão na temática e na escolha de referências para trazer o que pensei com as parcerias, os autores e até com os documentos políticos e regulatórios. Busquei desenvolver o segundo objetivo de pesquisa: **Compreender a extensão universitária como função e política de atuação das universidades**. Quanto aos documentos regulatórios e documentos

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<https://www.ufsm.br/unidades-universitarias/ccr/historico/>>.

oficiais no site do Ministério da Educação - educação superior, o processo busca será contado no momento que irei analisar estes documentos.

O terceiro objetivo - meta metodológica: **Conhecer a extensão e o contexto de desenvolvimento de políticas de extensão e as ações e atividades de extensão da UFSM dando ênfase para a atuação do CCR/UFSM.** Para tanto, recorri a documentação política, normativa, regulatória e informativa da UFSM e do CCR, para que ao conhecer, conseguisse analisar e elencar aspectos (des)mobilizadores para a atuação do servidor técnico-administrativo da UFSM em ações e atividades de extensão no CCR.

O quarto objetivo - meta de investigação foi quando busquei **identificar o papel destinado ao servidor TAEs na extensão da UFSM e no CCR**, olhando para o CCR e construindo um levantamento de dados sobre projetos de extensão, considerando a participação de servidores técnicos-administrativos nas atividades de extensão do centro. Este objetivo específico me possibilitou identificar os servidores TAEs com os quais contatei para possibilitarem-me informações mais pormenorizadas da participação deles em ações de extensão. É no capítulo três, portanto, que exponho os dados e comentários quanto: número de projetos de extensão desenvolvidos por departamento do centro; servidores TAEs envolvidos nos projetos; como são demandados os projetos de extensão; problematizo algumas questões que mediaram a construção do questionário que me possibilitou conhecer a perspectiva, o que mobiliza e de o que desmobiliza esses servidores a trabalhar com extensão universitária.

A quinta meta realizada após a qualificação teve como objetivo específico: **Analisar e elencar aspectos (des)mobilizadores para a atuação do servidor técnico-administrativo da UFSM em atividades de extensão no CCR.** Analisei a resposta aos questionários, considerando que foram enviados para todos os servidores TAEs do CCR/UFSM, e dentre eles, percebi que os que retornaram em sua maioria são dos servidores que estão atuando na extensão.

Este caminho de investigação me possibilitou dar conta do objetivo geral da investigação que foi: **Estudar e dimensionar institucionalmente na UFSM o diálogo, a formação e a ampliação das possibilidades de atuação dos servidores técnico-administrativos como protagonistas de ações de extensão.**

Com isso, ao final mesmo, sem a intenção de conclusões definitivas, pude construir um programa de extensão para os colegas TAEs no sentido de estabelecer



um diálogo e a construção da participação deles na extensão universitária. Este Programa de Formação já está, ao final desta dissertação, incluído no Gabinete de Projetos do CCR/UFSM, tendo este TAE que escreve, como coordenador. O programa está previsto para começar no mês de junho de 2022.

## 2. A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: CONTEXTOS E CONSTITUIÇÃO NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

### 2.1 UMA (QUIXOTESCA) HISTÓRIA - UMA INTRODUÇÃO

É pois de saber que este fidalgo, nos intervalos que tinha de ócio, se dava a ler livros de cavalaria, com tanta afeição e gosto, que se esqueceu quase de todo do exercício da caça, e até da administração dos seus bens; [...] Afinal, rematado já de todo o juízo, deu no mais estranho pensamento em que nunca jamais caiu louco algum do mundo; e foi: parecer-lhe convinável e necessário, assim para aumento de sua honra própria, como para proveito da república, fazer-se cavaleiro andante, e ir-se por todo o mundo, desfazendo todo o gênero de agravos, injustiças e defendendo os oprimidos. (Cervantes, Livro Dom Quixote, 1605).

O país era a Espanha. O fim de um período de quase 1.000 anos de obscurantismo inquisidor da igreja católica que dominava a Europa. Momento histórico em que o desconhecido era atribuído ao sobrenatural e o conhecimento rigorosamente vigiado pela igreja, sendo feliz aquele que não sabia ler, nem escrever, pois se distanciava dos rótulos de herege, bruxa e não serviria de combustível para o espetáculo público das fogueiras. Em uma sociedade paupérrima, doente, analfabeta e desigual, viveu o cavaleiro, nobre, lunático e herói: Dom Quixote de la Mancha, personagem de Miguel de Cervantes que, com seu escudeiro Sancho Pança, tem ímpetos de justiça, defesa dos oprimidos e se conduz por atos nobres, mostrando que em um mundo cotidiano somente um louco pode se atrever a agir como se estivesse em um mundo ideal.

Dom Quixote escolhe tornar-se um cavaleiro andante e, para isso, leu todos os livros de cavalaria, no último julgou-se apto para combater as injustiças, defender os oprimidos e fazer seu nome ser lembrado por toda a história como sinônimo de honra e coragem. Mas Dom Quixote não poderia ser um cavaleiro sozinho, um cavaleiro andante naturalmente precisa de um cavalo, ao que arranjou para tal função o esquálido Rocinante.

Por ser um cavalo, Rocinante, não tinha a habilidade de ler sobre cavalaria e, como cavalo, atuava para sobreviver, pastar, tomar água e fugir dos predadores. Rocinante, como qualquer outro cavalo, não seria lembrado na história, não sentia inveja de Bucéfalo de Alexandre, não saberia desejar acabar com as mazelas que acometiam as tropas de andaluzes espanhóis. Rocinante poderia ser um cavalo de

um verdureiro ou de um herói, a única coisa que realmente influenciaria em sua vida eram suas condições de alimentação e sanidade.

Já, Dom Quixote, nasceu homem/humano e, em tal condição, construiu ânsias e valores da espécie mediada pela cultura, apropriou-se de características humanas e sociais que, provavelmente, foram as responsáveis por, como espécie, termos saído das florestas e chegar à condição que hoje ocupamos no planeta: a capacidade de acumular e transmitir conhecimentos, de forma que a cada geração, sejam (re)formulados, ampliados e sirvam para que as gerações seguintes não precisem começar todo o trabalho do zero.

Mesmo sem nunca ter visto um cavaleiro andante, Dom Quixote aprendeu as artes da cavalaria com aqueles que vieram antes. Diferenciar Dom Quixote, o humano, de Rocinante, o cavalo, é banal. Mas, talvez, a principal diferença entre ambos é a capacidade de deixar registros dos conhecimentos adquiridos ao longo de uma vida. Um cavalo velho sabe muito mais que um cavalo novo, mas toda essa sabedoria se esvai quando solta seu último suspiro. Já um ser humano velho tende a saber mais que um novo e pode deixar como herança esse conhecimento, de forma que seu corpo seja finito, mas o legado perdure.

De forma exponencial, o conhecimento é criado e ampliado e, dado seu valor, necessita de um espaço para ser produzido, desenvolvido e armazenado. O conhecimento pode ser produzido em todos os lugares, mas é especialmente na universidade que ele passa pelo crivo científico e crítico, que separa o que são meras superstições daquilo que podemos chamar de ciência e, por tal, possibilita que nossa espécie domine cada vez mais recursos, às vezes prosperando, as vezes até destruindo, o que indica dizer que não basta o conhecimento, é necessário conceber a ética de seus usos, o que Dom Quixote parecia bem compreender, os usos para justiça social, defesa daqueles que sofriam.

Um conhecimento de cavalaria com validade e função social levava Dom Quixote a desejar transformar o mundo em um lugar mais justo e igual, precisando colocar a força de seu braço e a coragem de sua lança.

Faço esta introdução para reconhecer que quem trabalha com a extensão universitária às vezes parece com o Dom Quixote, pois na universidade aquele que faz extensão trava batalhas. Ambos, Dom Quixote e aquele que faz extensão universitária, apesar dos nobres propósitos, por vezes, pecam por não conseguir diferenciar o que são ficções, livros, histórias intelectualizadas, e quais são as

necessidades e as trocas que a comunidade almeja. Apesar das batalhas, apesar de extremamente bem-intencionados, também podem se perder nos devaneios, atuando com superioridade e achando que possuem a verdade para modificar a realidade em favor de suas teorias, transformando o que são moinhos de vento em malvados gigantes, tornando-se motivo de troça e zombaria.

Desejo com esse texto apresentar a história da extensão universitária, mas para que ela exista, é preciso primeiro que existam as universidades. Portanto, nos primeiros momentos deste capítulo dedicarei atenção sobre como parecem as universidades no mundo e no Brasil para, a partir daí, construir um texto que atenda ao objetivo de **compreender a extensão universitária como função e política de atuação das universidades**, as batalhas, a projeção e os inimigos que a extensão universitária precisou enfrentar para chegarmos na compreensão que temos hoje de tal prática acadêmica.

## 2.2 A UNIVERSIDADE NO MUNDO E NO BRASIL: UM LUGAR PARA FIDALGOS

Cervantes escolheu como figuras centrais de seu romance, duas personagens totalmente diferentes: de um lado Dom Quixote, um fidalgo letrado, dono de terras, leitor, possuidor de boas condições financeiras e classe social elevada, o que lhe garantia o direito de ser um homem sonhador e fantasioso. Em contraparte, aparece Sancho Pança, um camponês pobre e iletrado, mas que por lutar pela sobrevivência, moldou-se num homem de percepção séria e realista do mundo, numa vida sem espaços para utopias e fantasias. Tal contraste entre esses dois homens-personagens apontam as diferenças sociais, econômicas e culturais da história, daqueles que estão na universidade e daqueles outros homens-realidade que foram mantidos distantes do conhecimento universitário.

No decorrer do romance, no entanto, percebemos o quanto Sancho Pança, membro do povo, sabia das coisas do mundo de formas diferentes do intelectualizado Dom Quixote. Assim como nas relações sociedade-universidade, muitas vezes Dom Quixote desprezou os conselhos e avisos de Sancho, que tentava alertar sobre a distorção com a qual este observava o mundo real e tomava decisões referenciadas nas leituras ficcionais. Em todas essas vezes, ouvir Sancho Pança teria sido uma boa

ideia, que agregaria clareza e objetividade nas ações de Dom Quixote e evitaria muitas das dores que o cavaleiro suportou ao longo de sua história.

A relação entre Dom Quixote e Sancho Pança pode ser usada como parábola-analogia para entender a relação universidade-sociedade ao longo da história, considerando a extensão universitária.

Datar e dizer da história da universidade me levou a pensar em seu significado. De acordo com Chauí (2003, p. 05), a universidade é uma instituição social e, por essa característica, reproduz a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Tavares (2016, p. 25) apresenta a ideia de que, a universidade, como uma construção teórica projetada a partir dos contextos políticos, econômicos e socioculturais. Para as autoras, a universidade é a instituição responsável pela formação integral do sujeito, transferindo para ele conhecimentos a serem utilizados para contribuir com avanços nas ciências e promover melhorias da vida humana.

De acordo com Luckesi (et al. 2010, p. 30) a primeira universidade do ocidente foi a Universidade de Bolonha, fundada por volta do ano 1.100. Dado o contexto histórico em que foi criada, já dentro do período compreendido como idade média, esta e as demais universidades iniciaram suas atividades sob a forte influência da religião católica. O autor afirma também que os estudos superiores só passaram a ter uma relação institucional no final da idade média sendo ainda, nessa época, calcado no modelo mestre-aprendiz.

Tavares (2016) também aponta que a educação superior submetida aos princípios religiosos, mobilizam-se por um currículo dividido entre temas profissionalizantes e eclesiais. Almeida Filho (2008) afirma que as universidades substituíram os mosteiros, e as primeiras universidades tinham como foco de estudo um 'saber desinteressado' voltado para a formação das elites e dos membros da igreja, sem preocupação com a formação profissional ou o desenvolvimento de um saber que atendesse diretamente as necessidades da sociedade, nem se preocupavam com o desenvolvimento de um saber popular. Para Ponce (1989), a universidade significa a junção de pessoas livres que se dedicam às ciências, tendo como função central o aprimoramento das atividades profissionais. Este autor defende a universidade como espaço de construção do conhecimento laico, desenvolvido a partir do método científico, com processos de investigação - objetivos e neutros -.

O enfraquecimento do poder religioso sobre a universidade só aconteceu no século XVI com o início do movimento renascentista que buscava o resgate dos

ensinamentos e da cultura greco-romana. A ruptura com o sistema educacional predominantemente religioso possibilitou o desenvolvimento de uma educação institucional e laica, levando à evolução e consolidação do pensamento científico.

Com o fim da idade média e expansão do pensamento renascentista, foi criado um ambiente favorável para a disseminação das universidades no mundo. No entanto, a forma de colonização e ocupação do território brasileiro pelos portugueses dificultou a implantação da universidade em nosso país, motivo que fez o Brasil ser um dos últimos países do mundo a criar uma universidade. Somente no ano de 1808, com a chegada da Família Real Portuguesa, é que foram criados os primeiros cursos superiores de medicina, direito, engenharia e agricultura. Esses cursos eram ofertados de forma isolada, sem constituírem uma universidade integrada.

A relação colonial do Brasil com Portugal foi o principal motivo da demora na criação de uma universidade brasileira. Na condição de metrópole, Portugal não desejava perder sua autonomia intelectual e barrava todas as tentativas de abertura de universidades em território colonial.

O acesso à educação básica também era bastante restrito. Conforme Ghiraldelli Jr (2006), a educação no Brasil acontecia da seguinte forma: as famílias eram responsáveis por ensinar as primeiras lições de leitura e escrita aos seus filhos. Aqueles já alfabetizados e com melhores condições financeiras passavam então para as escolas jesuítas, que ofereciam educação de nível básico e as disciplinas introdutórias do ensino superior, sendo necessário concluir o curso em Portugal. Limitar o acesso ao ensino superior no território brasileiro mantinha e assegurava uma submissão intelectual e política da colônia pela metrópole. Como não havia interesse no desenvolvimento econômico da colônia em função do objetivo de enriquecimento da metrópole, disseminou-se a ideia de que a educação superior não era necessária para toda a população, para alguns bastava a formação técnica, e para a maioria, não necessitava formação, tendo em vista que o trabalho braçal não carecia dela.

Tal entendimento só foi alterado a partir do ano de 1808, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil e a transferência dos instrumentos burocráticos de Portugal para o país. Os novos habitantes da colônia passaram então a demandar profissionais de áreas como Medicina e Engenharia, e o serviço burocrático instalado necessitava de profissionais com conhecimentos em Direito. Surge nessa época, a necessidade de melhorar as condições de plantio e produção da colônia, o que possibilitou a criação das faculdades de Agronomia. Em relação aos acadêmicos

dessas faculdades, nada havia sido alterado: continuavam sendo frequentadas apenas pelos membros das elites econômicas que buscavam manter o poder através do monopólio do conhecimento.

Os cursos superiores ofertados nesse período aconteciam de forma isolada sem, portanto, constituírem uma universidade. A primeira universidade brasileira foi fundada apenas no ano de 1920 (quase um milênio do surgimento das primeiras universidades no mundo), e aconteceu de forma inusitada: relatos da época indicam que a universidade foi criada apenas com um fim diplomático, que era o de conceder o título de Doutor Honoris Causa ao Rei da Bélgica, que estava em visita ao país. Outro fato curioso é que, até o ano de 1930, nosso país não possuía um Ministério da Educação e, por essa razão, percebe-se que historicamente o Brasil não tinha qualquer pressa em ser uma pátria educadora.

De 1920 com a criação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, a segunda universidade no Brasil foi criada em 1949, e no ano de 1950 mais três, incluindo a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Entre 1851 e 1959 mais duas foram inauguradas, e no ano de 1960 oito mais foram criadas, dentre elas, a UFSM, a primeira em uma cidade que não era capital. Entre 1961 e 1967 mais oito universidades federais são instaladas, e em 1968, como marco importante da universidade brasileira, acontece a política de reforma universitária coincidindo com os anos iniciais da ditadura militar. De 1968 a 1994 foram criadas 16 universidades federais, e no século XXI, a partir do ano de 2002, acontece um novo momento de expansão do ensino superior federal.

Desde a reforma universitária em 1968 pode-se considerar que a expansão da universidade tem relação direta com o desenvolvimento econômico e, principalmente, como uma forma de pela formação profissional manter a divisão do trabalho. A expansão do ensino superior, e mesmo das universidades, no Brasil, seguiu um modelo profissionalizante, e ao mesmo tempo, elitista, que atendia aos fidalgos brasileiros que não haviam se deslocado para a Europa. A característica profissionalizante está baseada numa perspectiva de estudos utilitários para formação de força de trabalho, o que parece ainda ser, do ponto de vista estrutural, uma característica do ensino superior no Brasil (BORTOLANZA, 2017)

Um pensamento crítico ao modelo universitário para os fidalgos e de um ensino superior mais popularizado centrado na mão de obra, recebe o foco contestador dos movimentos estudantis e, principalmente, da União Nacional de Estudantes - UNE,



criada em 1938, sendo nos anos da ditadura militar o movimento contestador de maior relevância. É, pois da comunidade universitária, além da UNE, os movimentos docentes, que se tem as reivindicações de uma universidade produtora de conhecimento para além da profissionalização, além de ser um espaço que possa ser acessado por todos, como política educacional do/no país.

A efetiva possibilidade de mudança nas políticas de ensino superior no Brasil vai se dar com a Constituição Federal de 1988. A constituição sistematiza o fim da ditadura militar e possibilita novos princípios para o ensino superior, e principalmente, para as universidades: “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, art. 207 da Constituição Brasileira de 1988. Essas funções básicas e indissociáveis têm igual valor, o que resulta num princípio orientador da produção universitária (MOITA; ANDRADE, 2009). Os autores referenciados afirmam:

[...] a universidade tem sido palco de análises e debates que têm dado destaque, seja ao ensino, seja à pesquisa, seja ainda à extensão. Assim, se considerados apenas em relações duais, a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece da pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico. Por sua vez, se associados o ensino e a pesquisa, ganha-se terreno em frentes como a tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder a compreensão ético-político-social conferida quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade). Enfim, quando a (com frequência esquecida) articulação entre extensão e pesquisa exclui o ensino, perde-se a dimensão formativa que dá sentido à universidade. [...] Embora se reconheça a importância dessas articulações duais, o que aqui se defende é um princípio que, se posto em ação, impede os reducionismos que se verificam na prática universitária: ou se enfatiza a produção do novo saber, ou a intervenção nos processos sociais, ou ainda, a transmissão de conhecimentos na formação profissional. (MOITA; ANDRADE, 2009, p. 269).

Nos duzentos anos da história do ensino superior e da consolidação das universidades brasileiras, somente no final do século XX, a partir da Constituição Federal, passa a se legislar a transformação de um modelo de transmissão, modelo tecnicista de formação profissional e mobiliza para uma perspectiva de produção de conhecimentos, desenvolvimento científico e tecnológico, de gestão de desenvolvimento econômico, social e cultural da sociedade. É muito recente a ideia de uma universidade comprometida com a democratização do acesso ao ensino superior, e que possa, pela extensão, estar respondendo às demandas da sociedade



em termos de produção de conhecimento articulados às pessoas, ao desenvolvimento sociocultural e econômico (MOITA; ANDRADE, 2009).

No desafio da indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão, alguns autores indicam que o ponto de articulação às vezes mais frágil do tripé é a extensão, e nem sempre valorizado como atividade de construção do conhecimento,

[...] é vista como uma “terceira via” ou “filha pobre” dentro das universidades brasileiras. São recorrentes as afirmações de que o ensino que nossas universidades ministram tem qualidade e competência. Há sempre uma citação sobre as pesquisas de nível internacional realizadas nos laboratórios e programas de pós-graduação, mas, quando se trata da Extensão, surgem as interrogações: o que é mesmo? Para que serve? O quanto se investe? A verdade é que, não tendo clareza da natureza da Extensão dentro da própria instituição, fica difícil dizer para que serve - e mais complexo ainda é garantir um percentual de recursos para o seu desenvolvimento na matriz orçamentária das universidades. (DEUS, 2020, p. 13-14).

Os modelos também são decisivos, ou seja, a extensão universitária por muito tempo foi considerada pela comunicação do conhecimento da universidade, a tal transferência de conhecimento e, é muito recente a possibilidade de a atividade de extensão estar implicada com a horizontalidade, com a perspectiva de um conhecimento produzido ‘com’, pois,

Não tratamos de Extensão Universitária se não estivermos abertos ao diálogo, à experimentação e à construção de cenários nem sempre favoráveis. É necessário calcular a passagem do tempo e a simplicidade de apreciar a sua transitoriedade. Assim, não há medida equivalente entre as horas que se passa no interior de uma comunidade rural, conversando com os mais velhos sobre plantas medicinais, e entre o trabalho em laboratório para análise destas mesmas plantas. São compreensões diferenciadas sobre o uso e a passagem do tempo, que ressaltam culturas, conhecimentos e objetivos diversos, mas que apontam necessidades comuns no entrecruzamento dos percursos do extensionista/pesquisador, da criança ou do ancião camponês. (DEUS, 2020, p. 12).

É, pois, na possibilidade de construir uma universidade como lugar de todos, negando-se ser um lugar de fidalgos, que a extensão se constitui em uma noção conceitual para esta investigação e é sobre isso que vou tratar a seguir.

## 2.3 UNIVERSIDADE, EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A UFSM

Após milênios de universidades destinadas ao ensino, um pouco mais tarde a pesquisa surge, no fim do século XIX, em consequência da Revolução Industrial, da ideia, na Europa, de uma universidade com função social para atender as camadas mais pobres da sociedade. Pode-se afirmar que desde sua concepção a Extensão Universitária teve suas bases nos direitos dos cidadãos, na inclusão social e nas lutas de classe, o que identifica a extensão, na maioria das vezes, com os movimentos sociais de lutas por igualdade e inclusão.

De acordo com Mirra (2009), a extensão universitária surgiu na Inglaterra, mais especificamente na Universidade de Cambridge, no ano de 1871, por meio de um grupo organizado de professores que ofereciam cursos nas áreas de Literatura, Ciências Físicas e Economia Política para o público em geral. Esses cursos, normalmente oferecidos à noite e nos finais de semana, tiveram uma grande adesão por parte dos proletários que não tinham oportunidade de cursar a universidade formal. Outras atividades de extensão datadas desse mesmo período ocorreram em Oxford, com um foco em atividades artísticas direcionadas às periferias da cidade. De acordo com Mirra (2009) as primeiras ações tiveram lugar em Londres e se expandiram para regiões que viviam a classe operária.

Mas nem só de atividades libertadoras, discussões políticas e artísticas foi feita a extensão nesse período, pois, a industrialização a partir da primeira revolução industrial inglesa encontrava-se com uma população rural que, por milhares de anos, havia acumulado conhecimentos de agricultura e pastoreio, habilidades que não tinham relação com as máquinas de tecelagem e as linhas de produção. Foi necessário formar e capacitar o operariado industrial e foi assim que emergiu a Extensão.

Nogueira (2001) diz que a extensão universitária desenvolvida, nesse período, era voltada a uma educação continuada de toda a população adulta que não conseguiu acessar a universidade. Tal aspecto também é destacado por Sousa (2015, p. 14), que aponta que as universidades no século XIX passaram a se preocupar também com a prestação de serviços à comunidade através de uma educação continuada que se estendesse por toda a vida.

Esse período inicial da extensão universitária foi marcado pela oferta de cursos de curta duração que visavam atender a uma demanda pontual de grupos da

população, que solicitaram cursos às universidades. Destaca-se que o período histórico pós-revolução industrial foi marcado por lutas sociais e questionamentos da classe operária que, pelo trabalho, via a nação prosperar e a burguesia enriquecer, mas sentia pouca melhoria na sua condição de vida. Nesse contexto, a política governamental estratégica foi oportunizar ações de formação nas instituições educacionais para criar uma sensação de apagamento das desigualdades, e a Extensão Universitária foi a contribuição da universidade para estrategicamente atender às reivindicações sociais dos trabalhadores, do ponto de vista da preservação dos interesses do capital (PAULA, 2013).

O conceito de Extensão Universitária é plástico e adaptável aos diferentes períodos históricos. Gurgel (1986) relata que era comum se referir a extensão como uma nova ação da universidade e que esta não tinha uma identidade definida. A Extensão, no Brasil, designava práticas dissociadas, atividades assistencialistas e prestação de serviços, muitas vezes substituindo funções do Estado junto a comunidades e pessoas carentes e vulneráveis.

O entendimento que se tem hoje de Extensão Universitária permite fazer algumas críticas ao modelo extensionista em substituição das funções do Estado,

A História da extensão nos mostra, que essa foi influenciada pelas políticas públicas e ligadas às necessidades sociais das populações que estavam excluídas dos programas estatais. Como atividade de extensão, era desenvolvida normalmente no âmbito da sociedade, fora da universidade e, naturalmente os problemas sociais se ampliando aumentando, com certeza, a demanda pelos programas extensionista na universidade, que buscava aproximar a ciência e a formação acadêmica da realidade social. (SOUZA, 2005, p. 254).

Foi nas universidades populares da Europa que a extensão se constitui em um modelo de aproximação com a população, tendo em vista a crítica questionadora dos títulos e pesquisas acadêmicas (SOUZA, 2005), “na Inglaterra e depois por toda a Europa, onde se protestava contra a exclusão da maioria da população da produção do conhecimento e formação universitária” (SOUZA, 2005, p. 254), o modelo de aproximação com a população tinha relação com a

[...] construção de valores mais igualitários, os jovens e intelectuais lutaram por espaços universitários que resultaram na criação das universidades populares na Europa, que buscaram valorizar a cultura popular e melhor qualificar a educação operária possibilitando a formação crítica dos trabalhadores. Essas universidades tiveram destaque nos seguintes países: Inglaterra, Alemanha, França, Itália e Bélgica. (SOUZA, 2005, p. 254).

A extensão universitária, tema do Manifesto de Córdoba em 1918, foi reconhecida como meio para a integração da cultura popular com a universidade e pelo envolvimento com os problemas da sociedade, projetando uma missão social. Para Souza (2005 p. 255),

[...] a partir do Manifesto de Córdoba, [...] os estudantes tiveram mais oportunidades de familiarizar com os problemas da realidade social, na qual eles viviam de fazer um contato direto com as populações e de uma forma direta, contribuir com qualificação da educação da vida dos sujeitos históricos, fortalecendo suas crenças e valores. O nascimento da nova proposta parecia já comprometer o documento de Córdoba. Esse movimento ocupou lugar de destaque na história da extensão universitária pelo seu caráter crítico com relação a universidade, propondo mudanças nas estruturas, inclusive administrativas, que influenciaram o mundo, e em especial a América Latina.

Apesar desta influência europeia, no Brasil, até 1960, um outro modelo se fez presente, principalmente, com a reforma universitária de 1968, que sob atuação do Ato Institucional nº 5 (AI5), fechou o Acordo entre o Ministério da Educação - MEC e a United States Agency for International Development - USAID, que objetivou implementar o modelo educacional norte-americano de formação técnica em todos os níveis de ensino e, em especial, no ensino superior do Brasil. O acordo foi chamado de Assessoria para modernização da administração universitária (1966) e Assessoria ao planejamento do ensino superior (1967), de onde se estruturou a reforma da universitária brasileira, feita a portas fechadas, sem a participação ou o levantamento de interesses e necessidades da sociedade (FRANZON, 2015, p. 40621). O modelo acordado para as universidades brasileiras, tinha como estratégia a formação e a profissionalização que respondesse a um planejamento desenvolvimentista e econômico.

A extensão do modelo norte-americano da prestação de serviço predominou no Brasil até a Constituição Federal de 1988, e mesmo que tenha previsão legal de mudança, isso não garantiu outras práticas universitárias.

O modelo norte-americano de extensão universitária teve início no ano de 1885 com um grupo de professores americanos, que conhecendo as experiências das universidades inglesas, passaram a desenvolver ações de educação de adultos nos Estados Unidos, prestando serviço de formação continuada para a sociedade que demandasse dos projetos da universidade.

A Universidade de Wisconsin em 1906, propôs que a extensão universitária, deixasse de repassar conhecimento diretamente à sociedade e assumisse a tarefa de

colocar o conhecimento técnico dos seus professores, como consultores altamente especializados do Estado. A iniciativa foi muito bem-sucedida, o que deu muito prestígio e visibilidade a universidade, que passou a ter seu corpo docente e técnico reconhecido a nível nacional (BRAZOLLI, 2017, p. 96). O impacto da parceria extensão universitária e Governo-Estado americano foram decisivas para a modernização da agricultura americana e para colocar a universidade como um braço fundamental para o desenvolvimento de tecnologia e progresso da sociedade, modelo este que vai estar presente no Brasil com o acordo MEC/USAID, na reforma universitária, de 1968 (MIRRA, 2009).

Ainda, o modelo de extensão universitária, nos Estados Unidos, convivia com a 'expansão das atividades extramuros' como educação continuada, usando-se de estratégias tais como: cursos por correspondência, conferências, cursos de formação de professores e cursos para desenvolvimento socioeconômico das comunidades. A característica das universidades 'multicampi' em áreas distantes das grandes cidades, fomentou o processo de regionalização (GURGEL, 1986) tendo, este modelo, muita proximidade com o desenvolvimento das universidades brasileiras, no período da ditadura militar. O processo de regionalização da universidade permitiu uma maior proximidade entre os membros da universidade que constituíram-se moradores desses locais e da comunidade. Isso favoreceu o surgimento de relações locais mais estreitas entre a comunidade e o extensionista, que passou de um vendedor itinerante a um membro da comunidade, engajada e conhecedora dos problemas locais e, capacitada para suscitar o desenvolvimento de atividades para atender as demandas locais específicas. Na maioria desses campus avançados eram criados escritórios locais dedicados à extensão universitária.

Com a presença do extensionista na comunidade, a extensão rural experimentou, nos Estados Unidos, a extensão cooperativa, numa relação entre pesquisadores especialistas das *Land-Grant College* (com característica de financiamento que concedia terras controladas pelo governo federal aos estados americanos para constituir as universidades) e agentes de extensão, que eram os responsáveis por fazer a intermediação entre os pesquisadores e agricultores locais. O extensionista era uma espécie de buscador de dados e de tradutor dos resultados altamente científicos para uma linguagem apropriada e aplicada às necessidades das comunidades. O sentido de colaboração, parecia ser o de transferência de conhecimentos que preferencialmente aconteciam nas propriedades dos agricultores,

apresentado de modo didático e prático. Extensão como programas de transmissão de informações para que o indivíduo pudesse, por conta própria, resolver seus problemas que, nas artes liberais, significaria acabar com a dependência das comunidades com o Estado.

A separação do pesquisador da extensão era constituída pelo trabalho técnico do agente extensionista que também não tinha a função de produção de conhecimento. Essa separação mais uma vez demonstra o lugar frágil da extensão mergulhada na lógica do capital, no desenvolvimento de financiamento das próprias universidades e de desenvolvimento econômico da comunidade que, das universidades americanas, veio a se implementar no Brasil. Brazolli (2017) chama atenção em épocas mais recentes, pós Constituição Federal de 1988, considerando que:

[...] o debate em relação à extensão universitária surge dos primeiros apontamentos do Ministério da Educação (MEC) do Governo de Fernando Henrique Cardoso, com relação à nova política universitária do país. [...] essa nova política teve “mentalidade privatizante” e promoveu as reformas estruturais de cunho neoliberal, centrada na desregulamentação dos mercados, na abertura comercial e financeira, na privatização do setor público e na redução do Estado. [...] segundo Soares (2007, p. 2), a extensão universitária, especialmente nas universidades públicas, tem atualmente como desafio central o da “defesa das Políticas Públicas, participando na formulação, acompanhamento e avaliação dessas Políticas em todos os âmbitos da federação e setores de atuação, especialmente aqueles relacionados à garantia dos direitos”. [...] “não podemos transformar a Extensão em programas pobres para pobres (no formato de ‘responsabilidade social’, usados pelas empresas apenas para aplacar a ‘má consciência’ a respeito do seu papel social)”. [...] pode-se apontar, como contradição na abordagem do tema extensão universitária, sua finalidade de atender ao capital, em razão de ofertar cursos de formação que são geralmente pagos, mesmo em universidades públicas. Assim, esse tema e o seu significado nas universidades brasileiras, que são de suma importância, devem continuar nessa longa batalha agravada pelas políticas atuais de cunho neoliberal, para aproximar os objetivos das universidades públicas aos interesses revelados pela problemática social e serem amplamente debatidos. [...] no sentido de despertar a clara percepção do distanciamento das universidades brasileiras, nas salas de aula, laboratórios e gabinetes, da realidade social do país. Portanto, é possível afirmar que a extensão universitária se constitui em atividade de conexão comunitária à medida que o ensino e a pesquisa não estão respondendo aos interesses de tal realidade. Nesse sentido, a extensão assume definitivamente um papel transformador, sobretudo, da dura realidade de parcelas ainda majoritárias da população que não têm acesso aos direitos fundamentais, pelo menos, garantindo às pessoas esses benefícios essenciais. (BRAZOLLI, 2017, p. 97-98).

A extensão universitária brasileira recebeu, com diferentes efeitos, a influência dos modelos extensionistas europeu e americano. Da Europa, os referenciais de universidades populares serviram de orientação tanto nos grupos que defendiam os



interesses das classes dominantes, como aos elementos que desenvolviam ações de conscientização em massa, podendo congrega a cultura e movimento de cultura popular. Da vertente das universidades populares surgiram os princípios norteadores da universidade volante da Universidade Federal do Paraná - UFPR, que por sua vez, forneceu o ideário para a constituição do Projeto Rondon (que tratarei a seguir).

Do modelo americano, a extensão universitária brasileira apostou na concepção de prestação de serviços gerais, de natureza social ou técnica, uma vertente extensionista baseada na oferta de cursos de treinamento básico e ações que promovessem a prática profissional dos estudantes, na forma de estágios vinculados à extensão universitária.

Após a fundação da primeira universidade brasileira em 1920 e constituição de um grupo acadêmico organizado, a extensão universitária passou a figurar como um dos componentes do ensino superior no país. O intercâmbio de professores estrangeiros era comum nas primeiras universidades brasileiras, já que existiam no país poucos profissionais aptos a lecionar a nível universitário. Junto com seus conhecimentos técnicos, esses professores vindos da Europa e dos Estados Unidos, trouxeram também suas perspectivas acerca da extensão universitária. Pode-se dizer, portanto, que a extensão universitária brasileira, em sua concepção, se deu como um misto da extensão universitária europeia, de onde herdou a ideia das universidades populares e práticas assistencialistas destinadas ao bem-estar social, e da americana, de onde herdou o entendimento de uma extensão baseada na prestação de serviços e liberalista.

O legado europeu de extensão universitária pode ser visualizado nas Universidades Livres que existiram no país na década de 1920, sendo a de maior destaque a Universidade Livre de São Paulo. Essas universidades eram caracterizadas por não possuírem um corpo docente próprio e por não manterem vínculos institucionais com os alunos que frequentavam as aulas, normalmente oferecidas no formato de conferências semanais gratuitas, abertas a toda a população.

Conforme Gurgel (1986, p. 35) as universidades livres não foram bem assimiladas pelas classes populares pois, os cursos ofertados pelas universidades livres estariam muito distantes dos interesses da população pobre da época. A título de exemplo, são citados alguns cursos oferecidos pela Universidade Livre de São Paulo, quais sejam: o Fogo Sagrado na Idade Média, Grandes Viagens e Grandes

Viajantes, A Latinidade da România, A Importância e Progresso da Otorrinolaringologia, Instituições Complementares do Código Civil.

Machado (2009) afirma que apesar da boa intenção, as atividades extensionistas eram mal compreendidas e ignoradas pelas classes populares às quais eram destinadas. O autor destaca ainda que esse era um período de explosão das lutas de classe, greves e repressões policiais, e as universidades populares viraram as costas para isso. Isso leva a pensar que as atividades de extensão na época eram pensadas dentro da universidade e levadas para fora, por vontade unicamente do extensionista, que não se preocupava em entender o que a comunidade tinha interesse de fato.

A extensão universitária brasileira também recebeu fortes influências do modelo americano baseado no formato agrícola dos *Land Grant Colleges*. A primeira universidade do país, construída nesse formato, foi a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, onde o diretor do Florida Agricultural College, professor Henry Rolfs, à época, foi convidado, pelo governo brasileiro, para ser um dos fundadores da universidade e implementar ali o modelo dos *Land Grant Colleges*. De acordo com Gurgel (1983, p. 45) tal iniciativa foi bem-sucedida, sendo a universidade inaugurada no ano de 1926, e realizada no ano de 1929 a primeira Semana do Fazendeiro, evento destinado a levar assistência técnica aos agricultores. Essa experiência marca a primeira atividade de extensão universitária brasileira na linha de prestação de serviços ao meio rural.

A vinda do professor Henry Rolfs para implantar a Escola de Agronomia e Veterinária diz muito sobre a influência americana na educação brasileira. Havia um interesse dos Estados Unidos para que o Brasil desenvolvesse universidades nos modelos de *Land Grant Colleges*, destinadas a pesquisas e ensino de agricultura. Um possível motivo seria atenuar a capacidade brasileira de desenvolver tecnologias sofisticadas correndo o risco de entrar em rota de colisão com os interesses americanos pois, para eles, o Brasil era um parceiro comercial capaz de fornecer alimentos e matéria prima com um baixo custo, o que não poderia fazê-lo caso se desenvolvesse no país um forte parque industrial e tecnológico, capaz de ameaçar a hegemonia americana nos países da América Latina.

O interesse americano para que se desenvolvessem universidades rurais no Brasil pode ser visto na fala de John M. Hunter, professor catedrático de Economia na *Michigan State University* e um dos responsáveis pela reforma universitária brasileira.



Após esses movimentos iniciais, a extensão universitária foi absorvida pelas universidades e iniciou seu processo de institucionalização. No ano de 1931 a extensão universitária recebe o reconhecimento legal através do Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931), que

Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. (BRASIL, 1931).

A extensão universitária brasileira também esteve fortemente ligada ao movimento estudantil, que foi responsável por instituir e disseminar a extensão como forma de luta social. Conforme Sousa (2010), desde o período colonial brasileiro o movimento estudantil buscava se articular e participar dos movimentos sociopolíticos. Como inexistiam universidades no Brasil, o movimento estudantil brasileiro era constituído de brasileiros alunos das universidades europeias de onde vinham ideias como a abolição da escravatura e Proclamação da República.

A atuação do movimento estudantil não compunha uma ação articulada nacional, ficando limitada a ações esporádicas e regionais. Após o golpe de estado orquestrado por Getúlio Vargas, em 1937, nasceu a UNE, que passou a representar e congregar todos os estudantes do país, marcando o início da organização estudantil brasileira, considerando que o movimento estudantil é imprescindível para se conhecer a história da extensão universitária no Brasil. Para Sousa (2010, p. 23),

Resgatar a extensão universitária dentro do movimento estudantil é perseguir sua gênese. Todo o movimento da universidade, afirmador do seu papel social, tem estado ligado de alguma forma ao corpo discente, tendo-o na maioria das vezes como elemento gerador. Não existe nenhum exagero ao afirmar-se que a extensão universitária no Brasil deve sua origem ao movimento estudantil.

O trabalho da UNE em prol da extensão universitária pode ser comprovado documentalmente com a análise de três manifestos: A Declaração da Bahia, a Declaração do Paraná e a Declaração de Minas Gerais. Na declaração da Bahia, escrita no ano de 1961, a UNE reforçava a importância de a universidade buscar uma maior integração com as classes trabalhadoras e com o povo. Sousa (2000, p. 38) destaca os seguintes pontos da declaração da Bahia:

- Abrir a universidade para o povo, através da criação nas Faculdades de cursos acessíveis a todos; utilizar os Diretórios acadêmicos como organizadores... de cursos de alfabetização de adultos... de cursos de mestre-de-obras nas Escolas de Engenharia, cursos para líderes sindicais nas Faculdades de Direito. Promovê-los não só nos prédios das Escolas, como em favelas, circunvizinhança de fábricas e bairros operários. Na América Latina, essas iniciativas recebem a denominação de Universidades Populares. [...] • Colocar a Universidade a serviço dos órgãos governamentais, sobretudo do interior dos Estados. [...] • Colocar a Universidade a serviço das classes desvalidas, com a criação de escritórios de assistência judiciária, médica, odontológica, técnica (habitações, saneamento de vilas ou favelas) etc. Que isso não seja realizado paternalisticamente, a título de esmola, concorrendo para atenuar os males sociais e indiretamente solidificando a estrutura iníqua em que vivemos. É necessário sobretudo despertar a consciência popular para seus direitos... [...] • Fazer da Universidade uma trincheira de defesa das reivindicações populares, através da atuação política da classe universitária na defesa de reivindicações operárias, participando de questões junto aos poderes públicos e possibilitando aos poderes públicos cobertura aos movimentos de massa.

A Declaração da Bahia defendia uma Universidade com ênfase nas atividades extensionistas. “O Movimento Estudantil deixava claro que sua missão era colocar a escola a serviço do povo” (SOUSA, 2000, p. 39), fazendo com que a extensão universitária alcançasse o mesmo nível institucional do ensino e da pesquisa. Dois meses depois do encontro em Salvador, em 1961, ocorreu o I Encontro Universitário da Região Sul, e no documento do encontro tem o registro da proposta de que a extensão universitária deveria ser destinada a atender todas as camadas do povo, através de cursos, em horários especiais, possibilitando aos trabalhadores frequentar as faculdades e a reivindicação para a criação de leis que obrigassem as empresas a promover a educação de seus operários.

No ano de 1962 um novo encontro foi promovido pela UNE, foram tratados assuntos referentes à reforma universitária e criado a UNE Volante a ser disseminada por todos os estados brasileiros. A UNE Volante, se constituiu de uma comissão formada por 25 pessoas, sendo 7 deles diretores da UNE, e os outros 18, artistas dos centros populares de cultura que eram responsáveis por apresentar filmes, peças de teatro e músicas, procurando criar um clima de debate com a plateia e ganhar a adesão da população em prol da causa da UNE. Os registros da entidade contam que foram realizadas duzentas apresentações/assembleias, atingindo um total de cinquenta mil pessoas (SOUSA, 2000).

Desde sua criação em 1937, a UNE, foi vanguarda na Extensão universitária, antes de ser considerada entidade clandestina e seus membros perseguidos pela

ditadura Militar nos anos 60. A entidade foi muito atuante, merecendo destaque quatro projetos de extensão desenvolvidos com grande alcance: o Serviço de Extensão Cultural (SEC); o Movimento Cultura Popular (MCP); o Centro Popular de Cultura (CPC) e a Universidade-Volante – UNE Volante (GURGEL, 1986).

O projeto Serviço de Extensão Cultural (SEC) desenvolvido na Universidade de Pernambuco – UPE, sob a liderança do professor Paulo Freire, “foi uma das mais ricas experiências de alfabetização de adultos, utilizando o que hoje é conhecido como o 'método Paulo Freire' de alfabetização” (GURGEL, 1986, p. 57). Sousa (2010) ao falar sobre o Serviço de Extensão Cultural, afirma que o programa desenvolveu também importantes ações em campanhas sanitárias de erradicação de doenças no campo, permitindo o contato entre universitários e a população rural. Destaca também a importância do SEC na preservação e difusão da cultura popular e a conscientização das massas em relação às condições socioeconômicas e políticas que viviam.

Também oriundo da UPE, o Movimento de Cultura Popular (MCP), criado em 1960, possuía semelhanças com o SEC e, em muitas atividades, atuavam juntos na luta contra o analfabetismo e elevação do nível cultural da população. Como atividade principal, o MCP se propunha a defender a cultura nacional da invasão cultural externa, porém sem assumir uma postura xenófoba, atuando através de manifestações artísticas como canto, dança, artesanato e música (SOUSA, 2010).

No ano de 1961 a UNE cria em parceria com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) o Centro Popular de Cultura (CPC). O objetivo do CPC era levar consciência política às pessoas através de uma arte popular revolucionária. Suas ações eram baseadas em apresentações teatrais de rua, teatro, cinema e música, onde abordavam acontecimentos da atualidade do país na época. Dado o viés social e revolucionário do CPC, suas apresentações eram feitas em locais como portas de fábricas, favelas, praças públicas e pontos de ônibus (SOUSA, 2010).

A UNE Volante, da UFPR, foi criada por Durval Pacheco, com o objetivo de oferecer cursos nas cidades do interior do estado para capacitar os/as professores/as da educação básica e profissionais liberais. Foram também realizados cursos de culinária e ações de prestação de serviços. Os cursos tinham uma duração média de 5 dias, e ocorriam normalmente nos fins de semana, quando os/as professores/as da universidade podiam se deslocar para o interior. Ao todo, estima-se que estas ações tenham impactado 4.500 pessoas, deixando como principal legado o de promover a animação para a criação de universidades estaduais no interior do Paraná. O projeto

aconteceu entre os anos de 1961 e 1970, quando foi encerrado por falta de recursos financeiros (SOUSA, 2010).

Um importante documento para entender a extensão universitária desenvolvida entre os anos 1940 e 1970 foi o relatório da pesquisadora chilena Maria Molina, que avaliou *in loco* como era desenvolvida a extensão em 32 universidades brasileiras. Sobre a extensão nesse período histórico, Maria Molina aponta que

Existe um certo menosprezo por esta integração ou projeção para a comunidade, em circunstâncias que somente este conhecimento da realidade do mundo em que a universidade atua e que capta através desta permanente comunicação - é o método efetivo e real para compreender a rápida evolução da sociedade e para atualizar, em cada momento, seus próprios métodos de ensino, de pesquisa e de ação dentro da universidade. (MOLINA, 1968, p.55 et.al GURGEL, 1986 p. 89).

O relatório consolidou a ideia de que os resultados das ações que estavam sendo promovidas pelos movimentos estudantis colocaram as universidades como centros de liderança cultural e, destacou a necessidade de um órgão universitário dedicado exclusivamente à extensão universitária, buscando descolar a extensão de falsa compreensão de prestação de serviços ou de cursos. Para Molina (1968) a extensão universitária, até os anos 70, não possuía uma estrutura sistemática e organizada nas universidades, se restringindo a cursos, atividades artísticas e difusão de informações através de livros e periódicos, concentradas em algumas universidades do país.

Apesar de importantes e variadas experiências individualizadas das universidades, somente a partir de 1969 que a extensão a partir de um modelo estabelecido, começa a ganhar uma abrangência nacional por meio da criação do Projeto Rondon,

O [...] congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) desbaratado pelo sistema de repressão do regime militar em 1968, em Ibiúna (SP), tinha em sua pauta uma avaliação crítica do Projeto Rondon. Posta em prática um ano antes, a iniciativa dos militares que levava universitários para conhecer lugares dos quais nunca tinham ouvido falar foi também motivo de boicote do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFMG, que à época vivia uma espécie de legalidade de fato. A resistência dessas entidades logrou, contudo, efeito limitado: até 1985, quando o regime terminou, cerca de 900 mil jovens viajaram pelo país com o Projeto Rondon. (RIGUEIRA, 2016, s/p).

No momento mais crítico de sua ditadura militar no Brasil, o movimento estudantil era visto como um grande inimigo da ordem nacional. O trabalho de

empoderamento popular e difusão de ideias realizado pela UNE não agradava, consequência disso foi o incêndio do prédio da UNE que destruiu todos os arquivos e documentos da entidade, incluindo os relatos das atividades de extensão desenvolvidas por Paulo Freire na UPE e outros extensionistas. A UNE foi declarada instituição clandestina e, portanto, impedida de seguir realizando suas atividades de representação estudantil e extensão.

Nesse cenário de repressão do movimento estudantil e implantação de novas diretrizes para o ensino superior, a extensão passa a ser usada como uma ferramenta de controle social e difusão de ideias nacionalistas, através de programas como o CRUTAC e o Projeto Rondon.

O CRUTAC - Centros Rurais de Treinamento e Ação Comunitária, teve destaque na extensão universitária brasileira dada a duração e abrangência e foi desenvolvido na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, idealizado pelo professor Onofre Lopes, tendo como objetivo oferecer treinamentos e capacitações nas comunidades e prestação de serviços, que colocassem a universidade decidindo sobre a solução de problemas regionais. Para Gurgel as ações inauguradas de estágios curriculares obrigatórios que seriam realizados por acadêmicos dos cursos, vislumbravam “a formação de profissionais adequados às necessidades das áreas interioranas do Brasil e, como consequência lógica, a promoção e benefícios para as populações rurais” (1986 p. 90). As palavras de Onofre Lopes são reescritas por Gurgel (1986, p. 90):

O Crutac foi inspirado no sincero desejo de constituir-se em uma unidade de trabalho de jovens universitários a serviço da promoção do homem rural e do desenvolvimento integrado da nação, e como os jovens são o futuro da nação, precisam desde cedo se encaminhar para os nossos problemas, na totalidade de sua extensão, e por eles se sensibilizarem para as necessárias soluções.

O CRUTAC pode ser considerado um ponto de inauguração da extensão rural/universitária que pode ser identificada no regimento dos centros, citado no livro de Gurgel (1986 p. 99):

a) Treinamento dos universitários, em períodos de estágio, no exercício das atividades específicas dos respectivos cursos e cadeiras, nas áreas interioranas do estado para esse efeito organizadas; b) Proporcionar aos estudantes, com o assessoramento de professores e técnicos, todas as condições para estudo e solução dos diversos problemas do homem e da coletividade, visando a adequação do exercício profissional as peculiaridades do meio e a precariedade de recursos; c) fazer levantamentos e estudos das diversas áreas, no intuito de pesquisar e experimentar matérias primas do solo e do subsolo, passíveis de transformações industriais e artesanais; d) estabelecer métodos de promoção do homem para que tenha exata consciência de sua dignidade, como pessoa, seus direitos e deveres respectivos; e) Condicionar meios para a aplicação dos conhecimentos de medicina preventiva, prevenção das doenças endêmicas, de serviços assistenciais de obstetrícia, pediatria, higiene geral, higiene dentária, higiene alimentar, assistência farmacêutica, e o que mais se fizer necessário; f) Instituição do ensino elementar de agricultura, relacionando com o meio, visando um melhor aproveitamento das terras, a policultura e rentabilidade necessária a fixação do homem na sua própria região; g) Instituir processo ativo de combate ao analfabetismo; h) Difusão de conhecimentos essenciais da economia doméstica visando o arranjo da casa, serviços domésticos, culinária, vestuário, higiene da habitação, etc, bem assim os relacionados com a pedagogia familiar; i) Trabalhos sistemáticos de formação das populações mediante palestras, conferências, contatos, filmes educativos, slides, bibliotecas volantes e motivações diversas; j) Promover a coordenação de todos os recursos locais e o aproveitamento do trabalho e a ação de líderes e entidades públicas ou privadas para que sejam somados todos os esforços no sentido de ser estabelecida uma unidade de trabalho e de progresso, k) Envidar esforços no sentido de absoluta integração dos diversos setores de atividades do CRUTAC, de forma a garantir a unidade de ação visando um máximo de participação dos universitários e o proveito, pelo homem e pela coletividade, dos serviços instituídos; m) Promover e estimular por todos os meios a educação do homem, de modo a imprimir-lhe o senso de responsabilidade, o amor ao trabalho, a dedicação de seus semelhantes, o dever para com a família e a pátria.

Para Gurgel (1986), as críticas ao CRUTAC apareciam por este se comportar como uma pequena universidade no seio da universidade maior e, devido seu perfil assistencialista e altos custos de manutenção, causaria de certa forma um desperdício de recursos que poderiam ser empregados no ensino e na pesquisa, além do problema do deslocamento dos/as professores/as e dos alunos, que precisavam realizar frequentes viagens da capital para o interior. Da parte dos estudantes, havia uma resistência devido ao caráter de obrigatoriedade, como estágio e, também pela não vinculação aos currículos dos cursos, sendo sua programação estabelecida somente pelo CRUTAC. Esses fatores foram enfraquecendo o programa, que foi tendo sua importância reduzida devido cortes orçamentários, sendo remodelado para outros programas.

O Projeto RONDON, segundo Souza (2010) foi idealizada pelo professor Wilson Choeri durante a realização do I Seminário Sobre Educação e Segurança Nacional, no ano de 1966, com a participação de professores, militares e um grupo de



docentes da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ. Apesar de ser uma proposta de um professor (da educação), é constatar que o Projeto Rondon ficou sob a responsabilidade de militares no Ministério do Interior. Segundo Paiva (1974) os promotores do projeto Rondon optaram por vinculá-lo ao Ministério do Interior com a justificativa de dar ao projeto uma dimensão nacional, mas, sobretudo, com o

[...] objetivo de levar ao interior assistência social e apoio à infraestrutura era secundário - o estudante era a razão de existir do projeto. Principalmente em momentos de crise estudantil, como em 1968 e 1977, o regime quis incentivar uma participação ordenada, ou subordinada, em oposição ao engajamento, visto como irresponsável, associado ao movimento estudantil contrário à ditadura. (RIGUEIRA, 2016, s/p).

Esta citação do texto de Rigueira, é a divulgação da dissertação "Aula prática de Brasil": ditadura, estudantes universitários e imaginário nacionalista no Projeto Rondon (1967-1985), de Gabriel Amato Bruno de Lima, que retrata o estudo que identifica o Projeto Rondon com o governo e que mobiliza diferentes comportamentos nos estudantes, da mesma forma que, a ditadura militar na sociedade era condenada ou glorificada, uma dinâmica social complexa que na

[...] memória social fixa os estudantes no lugar de resistentes ou vítimas. Claro que não se pode subestimar a força das mobilizações contrárias ao regime, mas é possível perceber espectros de comportamento social distintos, o que ajuda a entender a longa duração da ditadura militar, diz Gabriel Amato. (RIGUEIRA, 2016, s/p).

Nesse contexto, Gurgel (1986) identifica a primeira ação do Projeto Rondon no ano de 1967, em que um grupo de 30 estudantes dos cursos de Medicina e Engenharia, coordenados pelo professor Wilson Choeri, deslocou-se para Rondônia, e lá desenvolveram atividades de assistência médica, educação sanitária e levantamentos socioeconômicos. Foi esse grupo que escolheu o nome para o projeto e que definiu o seu lema: integrar para não entregar. Tanto os deslocamentos como as atividades desenvolvidas em Rondônia foram executadas com o auxílio do Exército, por meio do Ministério do Interior. Gurgel (1983) analisa o interesse das forças armadas no Projeto Rondon e aponta que todos os dirigentes das ações, eram militares de orientação nacionalista.

Pelo formato como foi formulado o Projeto Rondon ajuda-nos a entender e caracterizar o papel das universidades e da extensão universitária que, por um lado, tinha o objetivo de viabilizar a integração da universidade com a comunidade,

apostando na participação ordenada dos jovens universitário na comunidade nacional, na lógica integrativa e, por outro lado, se constituía em uma peça estratégica da reforma universitária brasileira, e da consolidação de uma difusão e consolidação de uma forma de governo da população a partir do modelo ditatorial militar. Surgindo num contexto histórico não democrático, se constituía em uma forma de manter sob seu total controle os movimentos estudantis opositores ao regime militar, que aparelhava as instituições estatais (Sousa, 2010). O Rondon, enquanto projeto, cumpria com a possibilidade de enfrentar a resistência e desaprovação das políticas que impactavam as universidades.

Sousa (2010) destaca ainda que o Ministério do Interior proibiu a manifestação de políticas dentro do Projeto Rondon, defendendo que o conhecimento a ser produzido nas universidades deveria ser neutro, mesmo estando sob a influência ideológica de um governo militar. A autora aponta que as viagens promovidas pelo projeto para o interior do país eram usadas como técnicas para seduzir os estudantes a apoiarem o Projeto Rondon e, por consequência, a ideologia militar, uma estratégia para dispersar o movimento estudantil, retirando os estudantes dos centros urbanos durante o período de férias universitárias. A participação dos estudantes universitários se dava de maneira voluntária, não havendo uma relação direta entre o Projeto Rondon e a universidade. Essa característica levanta a problematização sobre sua natureza: seria ele um projeto de extensão universitária, ou apenas um projeto de extensão desenvolvido por universitários?

Após algumas edições os estudantes que participavam do Projeto Rondon, ao retornarem para a universidade, começaram a questionar e apresentar críticas sobre a descontinuidade dos trabalhos desenvolvidos nas comunidades. A extensão na forma de prestação de serviços era feita em dois meses do ano e a comunidade atendida não recebia nenhum acompanhamento, ficando a intervenção apenas como uma ação pontual e esporádica. Esta crítica levou a recomposição do Rondon com a criação de campus avançados, através de parcerias entre as Universidades Federais e o Projeto Rondon. “A ideia era de que a Universidade, ao implantar o seu Campus Avançado, estaria penetrando no interior do país, interiorizando-se e integrando-se com as comunidades, de tal forma que poderia assim contribuir para o ‘desenvolvimento integral do homem brasileiro’” (SOUSA, 2010, p. 66-67).

O apelo à integração, da universidade inserida na comunidade, estava presente desde o início da década de 60 e foi este o princípio basilar da fundação da UFSM,



que se constituiu pela experiência de campus avançado, e que mais tarde, foi dinamizado, a partir da reforma universitária de 1968 e das experiências do Rondon. Para exemplificar isso, reproduzo as três características que distinguem a UFSM em sua fundação:

A primeira foi a preocupação em relação ao acesso ao ensino superior por parte de todas as camadas sociais e, especialmente, da população do interior [...]. O segundo diferencial era a concepção do *Campus* universitário como espaço comunitário, como uma oportunidade de 'vivenciar o universitário'. Em terceiro lugar, a educação deveria ser ministrada em ampla sintonia com o ambiente da região, fazendo uma aliança entre terra, o homem e a educação, embora não devesse ser descuidada a ciência de base e o ensino das humanidades. (BARICHELLO, 2000, p. 60).

Na tradição de campus avançado, a criação da UFSM traz o modelo norte americano *Land Grant Colleges*, as características de interiorização do CRUTAC, e se constitui em uma importante instituição para a implementação do Projeto Rondon e de outro campus avançado. A UFSM coordenou o Rondon e a implementação de um campus avançado em Roraima, no norte do país, pois a UFSM foi criada

[...] de acordo com os ideais da 'Nova Universidade', que tinha como referência o *Land Grant College Act*, ocorrido durante o governo do Presidente Abraão Lincoln, nos Estados Unidos [...]. Previa que todo o Estado Americano que não possuísse uma Universidade era obrigado a criá-la. Estas deveriam ser voltadas para atender a necessidades de sua região, e explorar da melhor forma suas riquezas para conseguir assim um progresso mais rápido. (SPIAZZI, 2011, p. 28).

A UFSM foi planejada com base em um princípio extensionista. Mariano da Rocha Filho, fundador da UFSM, no livro 'A Terra, o Homem e a Educação: Universidade para o desenvolvimento' dá este tom quando relembra da criação da UFSM

[...] a 'Nova universidade' que estava sendo proposta por ele, deveria manter e "renovar os conhecimentos através da pesquisa e da erudição e proporcionar uma educação, não somente aos alunos que procuravam as carreiras que ela oferece, mas também a todo povo que vive na sua área geo-educacional" (MARIANO DA ROCHA FILHO, 1993, p. 36). Devendo, portanto, através da pesquisa e da investigação, encontrar soluções para os problemas de uma zona geo-educacional, aproveitando suas riquezas naturais, garantindo melhorias das condições de vida da população. (SPIAZZI, 2011, p. 25).

As primeiras características extensionistas neste sentido foi a criação do campus avançado da própria UFSM pelos 116 municípios que compunham a área

geo-educacional da instituição. Extensões em cidades que seriam polos de desenvolvimento e com a instalação de cursos de graduação e projetos extensionistas fora da sede. De acordo com a legislação da época (Decreto nº 405/68, Pareceres nº 848/69 e nº 611/69 do Conselho Nacional de Educação do Brasil) essas extensões são construídas legalmente e a UFSM passa a estabelecer as condições de escola para a implementação dos campus avançados (SPIAZZI, 2011). Algumas das condições:

1) A região estar compreendida em uma zona microclimática, com população estudantil do segundo ciclo de, no mínimo, 4.000 estudantes; 2) A cidade ou comunidade escolhida deveria ser capaz de contribuir com uma dotação inicial de um prédio, material escolar e laboratórios satisfatórios para a prática do ensino; 3) A região ou zona microclimática deveria ser capaz de arrecadar, para finalidade de manutenção de sua extensão, verbas suficientes, para manter no mínimo em funcionamento duas séries iniciais de um curso qualquer, “de preferência de cursos básicos correspondentes a uma as áreas fundamentais do ensino”. (MARIANO DA ROCHA FILHO, 1993, P. 36); (SPIAZZI, 2011, p. 29).

Foi com estes critérios que a UFSM instalou os dois Colégios Técnicos de nível médio e profissionalizante, na sede, em Santa Maria, e Frederico Westphalen, Alegrete, São Vicente do Sul, Jaguari, Iraí e São Borja. Ainda, extensões de ensino superior (cursos de Direito, Pedagogia, Letras, Ciência Contábeis, Administração, Estudo Básicos Rurais) nas cidades de Santa Cruz, Bagé, Santana do Livramento, São Gabriel, São Borja, Santiago, Santo Ângelo, Santa Rosa, Três de Maio, Frederico Westphalen, Cruz Alta e Alegrete (SPIAZZI, 2011). Grande parte dos Cursos em forma de extensão mais tarde se transformaram em faculdades autônomas coordenadas pelos municípios e comunidades e, mais recentemente, algumas dessas extensões foram abarcadas pelo Instituto Federal Farroupilha - IFFar ou pela Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA que, com as políticas entre os anos de 2004-2012, via expansão da Educação Técnica e Tecnologia e o Reuni – Reestruturação e Expansão das Universidades.

A UFSM, com a missão da extensão, em 1969 cria a Coordenação Geral das Extensões que fazia a fiscalização e a manutenção de todos os projetos em desenvolvimento. Esta articulação gabarita a UFSM a se mostrar, e isso, chama atenção da OEA – Organização dos Estados Americanos, que em 1969 firma o convênio para a instalação da Faculdade Interamericana de Educação, garantindo a primeira turma de mestres em educação em 1970, com estudantes provenientes do

Brasil, Chile, Bolívia, Colômbia, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai e República Dominicana (SPIAZZI, 2011). Um modelo de extensão que envolvia a abrangência internacional articulada à possibilidade de resolução de problemas, que poderiam ser investigados nas pesquisas de mestrado desenvolvidas.

Em meio a todas estas extensões, a UFSM ficou conhecida pelos feitos, inclusive se espraiando para além dos domínios de sua área geo-educacional, e em 1968 foi convidada dentro das propostas do Projeto Rondon, projetado pelo governo militar do Brasil, para instalar o Campus Avançado de Boa Vista, à época, Território Federal de Roraima, com seis mil quilômetros de distância. Para Spiazzi (2011, p. 37),

A UFSM apesar de não ter sido a pioneira nas Operações Nacionais do Projeto Rondon, foi a pioneira na implementação do Campus Avançado, e ainda, uma das únicas Universidades do país, a participar de quase todas as operações do Projeto Rondon, sendo hoje [ano de 2011] considerada referência entre os Coordenadores, o Projeto. Isto se deve ao exemplar trabalho desenvolvido pela universidade, e ainda pelo seu histórico no Projeto Rondon, ao longo de 42 anos.

Esta associação do Projeto Rondon com as universidades, para Gurgel (1983), estava marcada pela instalação dos campus avançados e na possibilidade de realização de atividades de extensão, desde que não fossem criados conflitos de interesse com as propostas do Rondon que, naquele momento, representava o pensamento militar aplicado a extensão universitária. Um modelo de vida militar como verdadeiro para formar o nacionalismo:

Vocês são brasileiros, perderam o regionalismo, nascem em um estado, casam com uma mulher de outro Estado, de 'outro Brasil', geram e criam filhos em outras unidades da Federação; vocês têm uma mentalidade muito mais globalizada do que as elites civis que, normalmente, trazem a identidade da região onde nascem, onde moram e exercem as suas profissões. Os militares, pela peculiaridade da profissão, circulam o Brasil inteiro e sem querer, sem perceber, tornam-se brasileiros [...] Precisamos fazer com que os jovens, as elites civis que saem da universidade, tenham essa visão global do Brasil que vocês militares, têm (fala do Coronel Pasqualini reproduzida no livro de Motta, 2006, apud SPIAZZI, 2011, p. 38).

Cabe destacar que o processo de extensão promovido pelo Projeto Rondon colocando os jovens como propulsores do processo de interiorização da universidade, seja através da abertura de novos campus em locais isolados, seja por ações isoladas em alguma comunidade, tinha a função de demonstrar que existia outras maneiras, e que cada um poderia se responsabilizar por elas, de agir sem cobranças dirigidas ao

estado e ao governo, sem ideologias socialistas e comunistas, sem protestos, passeatas e greves, mas com ações, segundo o governo militar, mais positivas (SPIAZZI, 2011).

Depois de passar por uma fase heroica, o Rondon sofre a crítica da descontinuidade das ações desenvolvidas e da sazonalidade das ações de extensão universitária. As comunidades atendidas recebiam os extensionistas apenas em seu período de férias escolares, o que ocorria duas vezes no ano. Essas ações pontuais eram incapazes de produzir efeitos consistentes e permanentes. É por isso, segundo Souza (2010), que em 1969 houve uma integração entre as universidades e o Projeto Rondon que até então estava sendo dirigido pelo Ministério do Interior, integração realizada através de um contato formalizado e não apenas através dos estudantes. Tal aproximação aconteceu com a criação dos campus avançados e outras fases até a extinção da Fundação Rondon, em 1989.

A extinção do Projeto Rondon também marca um período de modificação para os campus avançados. Na UFSM, o Campus de Roraima funcionou até 1985, sendo as instalações e o trabalho desenvolvido um embrião para a criação da Universidade Federal de Roraima - UFRR, em 1989.

Para Souza (2010), a década de 1980 inaugura uma nova fase para o país e para as universidades... A democratização, a possibilidade de organização de movimentos estudantis e dos/as docentes, fortificam um contexto de diálogo na universidade, sendo um momento muito especial para repensar a extensão e o papel das instituições na relação com a comunidade. Em 1985 com a eleição dos dirigentes universitários através do voto direto, pessoas reconhecidamente comprometidas com a universidade chegaram aos cargos diretivos e, com isso, a extensão passa a ser compreendida dentro de uma política eminentemente universitária, com fins formativos e de relação com as comunidades. Coisa que fica expressa no tripé da Constituição Federal do Brasil, em 1988. O período de reabertura política e institucionalização da universidade foi marcado pelos movimentos sociais, estudantis e sindicais que pautaram o compromisso social da universidade, uma instituição social de interesse público que precisava ir para além dos muros, saindo dos gabinetes, abandonando o academicismo engessado e produzindo um conhecimento compartilhado.

Nesse contexto de reabertura política e democratização da universidade, muitas das pessoas que estavam impedidas de dialogar, pela ação da ditadura militar,

passaram a ocupar cargos de reitores, pró-reitores e diretores de unidades acadêmicas, nas universidades. Com isso, vários fóruns de discussão, dentre eles o Fórum de Pró-Reitores de Extensão, são criados.

Os idealizadores do Fórum de Pró-Reitores de Extensão eram membros atuantes do movimento sindical docente, representados nas figuras da/dos professora/professores: Maria José Feres, Pró-Reitora de Extensão da Universidade de Juiz de Fora - UFJF; Wolney Garrafa, Decano de Extensão da Universidade de Brasília - UnB; Mario Pederneiras, Pró-Reitor de Extensão da Universidade Federal do Paraná - UFPR; e, Geraldo Guedes, Pró-Reitor de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Para esse grupo, a relação da universidade com a sociedade não poderia ser de apêndice, algo eventual, mas, uma relação orgânica com o ensino e pesquisa (SOUZA, 2010).

Foi um marco para a extensão universitária o I Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, acontecido no Distrito Federal, em 1987. O primeiro trabalho do fórum foi conceituar a extensão universitária brasileira para que, assim, tivessem uma direção para as suas práticas, tendo em vista que muitas atividades completamente desvinculadas da vida acadêmica eram consideradas como extensão universitária, e tendo em vista que, muitas vezes, só eram assim consideradas por não se enquadrarem em outro espaço da universidade (SOUZA, 2010).

No primeiro Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, a extensão foi definida como

O processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade(...) Além de instrumentalizadora do processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FORPROEX 1987, s/p).

Até o sexto encontro do fórum de Pró-Reitores, o tema foi produzir uma noção conceitual para a extensão universitária. No sétimo encontro, no ano de 1994, foi decidido que é aceitável que a extensão universitária seja feita na forma de prestação de serviços, inserida no contexto pedagógico e, também, como venda de serviços da universidade para a sociedade. Essa seria uma forma da universidade buscar recursos fora de seu orçamento, momento em que se desenhava um modelo

neoliberal de menos Estado no financiamento das instituições públicas e, com isso, as discussões em torno de uma parceria público-privada.

O entendimento da extensão como prestação e venda de serviços tem feito com que, muitas vezes, a universidade possa ser gestada a partir dos parâmetros empresariais, com foco na relação produção-lucro, o que vem gerando debates da função social da universidade pública, desde 1994. De um lado, defensores de que os recursos repassados pelo governo são insuficientes para que se tenha uma formação de qualidade e, por isso, não veem problemas em suplementar esses recursos com a venda de serviços de extensão. De outro lado, temos os defensores de que esse incentivo à venda de serviços pela universidade pode ser uma estratégia do Estado para que este se exima da responsabilidade de garantir um ensino superior público e gratuito, e alegam que a universidade não pode ser um instrumento de uso exclusivo daqueles que podem pagar mais, pois assim excluirá aquelas pessoas que também pagam pela universidade, mas que nunca poderiam utilizar os seus serviços.

Por ser ainda inconclusiva, a definição de extensão universitária vem se reconstruindo e se adaptando às mudanças da universidade e da sociedade ao longo dos anos. Atualmente, consolidada no XXVII e no XXVIII Encontros Nacionais de Extensão Universitária, realizados em 2009 e 2010, respectivamente, o FORPROEX - Fórum de Pró-reitoras e Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, apresenta às Universidades Públicas e à sociedade a seguinte noção conceitual da extensão universitária:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade.

Assim definida, a Extensão Universitária denota uma postura da Universidade na sociedade em que se insere. Seu escopo é o de um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, por meio do qual se promove uma interação que pretende transformar não apenas a Universidade, mas, também, os setores sociais com os quais ela interage. A Extensão Universitária denota, também, a prática acadêmica a ser desenvolvida, como manda a Constituição de 1988, de forma indissociável com o Ensino e a Pesquisa, com vistas à promoção e garantia dos

valores democráticos, da equidade e do desenvolvimento da sociedade em suas dimensões humana, ética, econômica, cultural, social.

A ampliação da noção de extensão universitária, a coloca como propulsora de formação, o que também verifiquei no contexto das orientações legais, que pretendo apresentar a seguir.

## 2.4 REGULAMENTAÇÃO DA EXTENSÃO EM DOCUMENTOS LEGAIS DO BRASIL

Após realizar uma contextualização histórica da extensão universitária em textos analíticos de estudiosos da extensão para **compreender a extensão universitária como função e política de atuação das universidades**, senti a necessidade de olhar os documentos regulatórios, considerando que produzem leis e políticas que,

[...] abordam a extensão universitária, tanto os de âmbito geral, quanto os específicos, refletem as influências daquele momento político em que eles são homologados, são resultados dos embates políticos e, principalmente, para a extensão universitária, refletem a concepção oficial [...]. Diante disso demonstram o que se espera da Universidade na sua atuação junto à comunidade. (MACHADO, 2009, p. 48).

Para buscar a legislação federal que vem tratando a extensão universitária, realizei consultas no portal<sup>2</sup> de leis do Planalto. O objetivo desta consulta foi verificar o tratamento dado à extensão universitária nas políticas de governo. A pesquisa foi feita dentro da aba “Legislação Federal”, onde se selecionou, individualmente, as abas Leis Ordinárias, Leis Delegadas, Leis Complementares, Estatutos, Decretos e Decretos-lei.

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/publicacao/busca>>.



Figura 2 – Página Legislação Federal - Planalto



Fonte: Captura de tela<sup>3</sup> feita pelo autor (2020).

Dentro de cada uma das abas, já referidas anteriormente, foi selecionado o período histórico compreendido entre o ano de 1901 e 2020, no que se referia a extensão universitária, como segue:

Figura 3 – Base de Consulta da Legislação Federal entre os anos 1901 e 2020



Fonte: Captura de tela<sup>4</sup> feita pelo autor (2020).

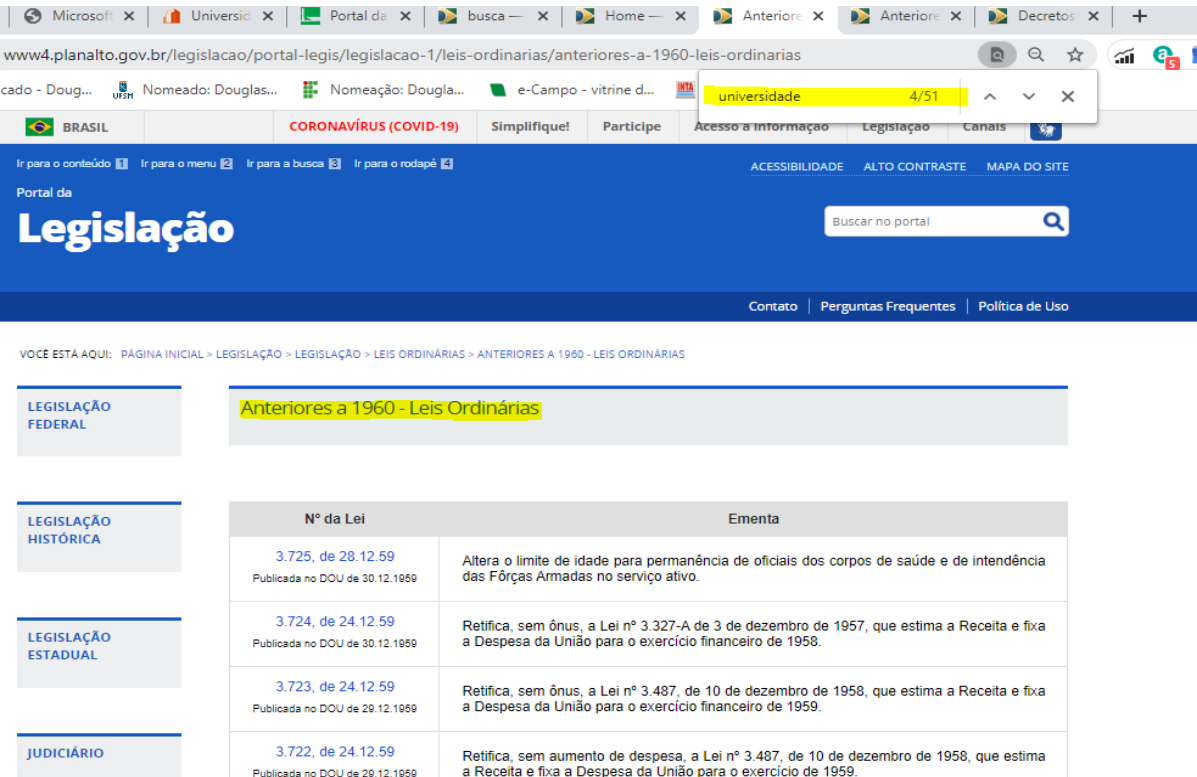
<sup>3</sup> Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>>.

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>>.



Após entrar em cada um desses períodos históricos, foi aplicado um filtro de pesquisa das palavras-chave: os descritores. Com a ferramenta CTRL F, foram pesquisadas as seguintes palavras-chaves, individualmente: Universidade - Universitária - Extensão - Educação. Dessa forma, o buscador apresentou todas as leis que tratavam sobre os assuntos no período histórico selecionado, permitindo a realização da análise das leis que possuíam relação direta com o tema deste trabalho.

Figura 4 – Tela de Resultado da Consulta do Descritor “Universidade” na Legislação Federal anterior ao ano 1960



BRASIL CORONAVÍRUS (COVID-19) Simplifique! Participe Acesso à informação Legislação Canais

Portal da **Legislação** Buscar no portal

VOCE ESTÁ AQUI: PÁGINA INICIAL > LEGISLAÇÃO > LEGISLAÇÃO > LEIS ORDINÁRIAS > ANTERIORES A 1960 - LEIS ORDINÁRIAS

LEGISLAÇÃO FEDERAL

LEGISLAÇÃO HISTÓRICA

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

JUDICIÁRIO

**Anteriores a 1960 - Leis Ordinárias**

Nº da Lei	Ementa
3.725, de 28.12.59 Publicada no DOU de 30.12.1959	Altera o limite de idade para permanência de oficiais dos corpos de saúde e de intendência das Forças Armadas no serviço ativo.
3.724, de 24.12.59 Publicada no DOU de 30.12.1959	Retifica, sem ônus, a Lei nº 3.327-A de 3 de dezembro de 1957, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1958.
3.723, de 24.12.59 Publicada no DOU de 29.12.1959	Retifica, sem ônus, a Lei nº 3.487, de 10 de dezembro de 1958, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1959.
3.722, de 24.12.59 Publicada no DOU de 29.12.1959	Retifica, sem aumento de despesa, a Lei nº 3.487, de 10 de dezembro de 1958, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1959.

Fonte: Captura de tela<sup>5</sup> feita pelo autor (2020).

A metodologia de pesquisa das palavras-chave foi repetida para cada ano, de 1901 até 2020. No quadro-resumo a seguir, são apresentados os resultados dessa pesquisa nas categorias: Leis Ordinárias, Decretos e Decreto-lei. Nas categorias Leis complementares, Leis Delegadas e Estatutos não foram encontrados registros nos filtros pesquisados.

#### Quadro 1 - Síntese de Documentos Regulatórios, em ordem cronológica

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>>.

RESUMO: LEIS ORDINÁRIAS - DECRETOS – DECRETOS-LEIS SOBRE EDUCAÇÃO / UNIVERSIDADE / UNIVERSITÁRIA / EXTENSÃO, em ordem cronológica			
DATA	TIPO	NÚMERO	ASSUNTO
11/04/1931	DECRETO	19.851	Dispõe que, o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras.
20/12/1961	LEI	4024	Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
15/12/1967	LEI	5.379	Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada a adolescentes e adultos.
28/11/1968	LEI	5.540	Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.
05/10/1988	LEI	CONSTITUIÇÃO FEDERAL	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
20/12/1996	LEI	9.394	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
09/01/2001	LEI	10.172	Plano Nacional de Educação - PNE.
29/06/2006	DECRETO	5.854	Estabelece os procedimentos para a concessão do Incentivo à Qualificação e para a efetivação do enquadramento por nível de capacitação dos servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.
24/04/2007	DECRETO	6.095	Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica.
30/06/2008	DECRETO	6.495	Institui o Programa de Extensão Universitária - PROEXT.
29/12/2008	LEI	11.892	Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.
13/04/2012	LEI	12.612	Declara o educador Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira.
25/06/2014	LEI	13.005	Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

21/10/2015	LEI	13.174	Insera o inciso VIII no art. 43 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, entre as finalidades da educação superior, seu envolvimento com a educação básica.
15/12/2017	LEI	13.535	Altera o art. 25 da Lei nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para garantir aos idosos a oferta de cursos e programas de extensão pelas instituições de educação superior.

Fonte: Autor (2020).

Dando continuidade, me proponho a apresentar a legislação, buscando fazer alguns comentários que serão pertinentes ao desenvolvimento da investigação.

#### **2.4.1 As primeiras referências da extensão universitária nas legislações**

Devido à sua característica de colônia de exploração por mais de três séculos, desde a chegada dos portugueses, no Brasil não se desenvolveu a criação de universidades, somente possuíam permissão de funcionamento faculdades isoladas. Enquanto na Europa existiam universidades milenares, a primeira universidade no Brasil só foi criada em 1920 através do Decreto nº 14.343, que instituiu a UFRJ, cujo assunto já foi tratado anteriormente, neste texto.

O cenário político brasileiro, na década de 20, estava conturbado em função do fim da Primeira Guerra Mundial e da crise financeira de 1929, o que possibilitou espaço para a chamada Revolução de 30, que levou Getúlio Vargas à presidência da República. Com o fim da aliança oligárquica do 'café com leite' foi aberto um espaço para mudanças e reformas no então governo provisório de Getúlio Vargas.

Nesse contexto de mudanças, e passados 15 anos de governos provisórios, Getúlio Vargas criou o Ministério de Estado dos Negócios de Educação e Saúde, e empossou no dia 18 de novembro de 1930, o mineiro Francisco Campos para o cargo de Ministro da Educação e Saúde. Francisco Campos era reconhecido por ter feito a reforma do ensino básico no estado de Minas Gerais e, ao chegar ao ministério, dedicou-se a pensar no ensino superior brasileiro. Assim, surge o Estatuto das Universidades Brasileiras, regulamentado pelo Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, sendo ele um primeiro documento oficial com alguma designação para a

extensão universitária. De acordo com Machado (2009, p. 49) “não foi a Revolução de 30 que iniciou ou objetivou a reforma da educação, mas esta proporcionou o seu desenvolvimento’. No decreto dispunha que:

O ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. (Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931).

Este documento foi um valoroso marco na história da universidade brasileira, pois havia 10 anos da instalação da primeira universidade, e agora, teria a possibilidade de constituição de um sistema universitário. O decreto reconhecia a função de ensino e de pesquisa da universidade, acrescentando a eles, de forma tímida, a extensão. O decreto também criou os Conselhos Universitários, órgãos consultivos e deliberativos das universidades, presidido pelo Reitor, e que tinha como uma de suas atribuições o art. 23, inciso XVII: “organizar, de acordo com proposta dos institutos da Universidade, os cursos e conferências de extensão universitária”. Esta é a primeira vez que o termo ‘extensão universitária’ é apresentado em um documento legal do Brasil (MACHADO, 2009).

Conforme o Decreto, ainda, considerando no que trata da organização didática, nas universidades, serão ofertados cursos normais, de ensino superior, de especialização, livres e, no art. 35, letra f: “cursos de extensão universitária destinados a prolongar, em benefício coletivo, a atividade técnica e científica dos institutos universitários” (Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931).

No art. 41, do Decreto, por exemplo, sinaliza-se que os cursos oferecidos na universidade deverão ser aprovados pelo conselho técnico-administrativo e ministrados por docentes ou profissionais de reconhecido saber na área. Pode-se interpretar neste artigo que o estatuto permitia que Técnicos-Administrativos das universidades ministrem cursos de extensão. E, ainda, no art. 42, regulamentando como a extensão universitária deveria ser feita:

Art. 42. A extensão universitária será effectivada por meio de cursos e conferencias de character educacional ou utilitario, uns e outros organizados pelos diversos institutos da universidade, com prévia autorização do conselho universitario. § 1º Os cursos e conferencias, de que trata este artigo, destinam-se principalmente á diffusão de conhecimentos uteis á vida individual ou collectiva, á solução de problemas sociaes ou á propagação de idéas e principios que salvaguardem os altos interesses nacionaes. § 2º Estes cursos e conferencias poderão ser realizados por qualquer instituto universitario em outros institutos de ensino technico ou superior, de ensino secundario ou primario ou em condições que os façam accessiveis ao grande publico. (Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931).

No texto do Decreto, a extensão universitária ganha um certo tom de projetar na sociedade um conhecimento que a universidade poderia produzir ou reproduzir, considerando a propagação e formação de uma rede de necessidades e interesses na sociedade, identificando e projetando soluções para problemas e inaugurando uma forma de propagandear os ideais de desenvolvimento nacional.

No art. 109 do Decreto, ainda pauta a função da prática da extensão universitária. Em seu inciso 1º, o documento apresenta a ideia de extensão como uma atividade 'extramuros' e destaca a importância das atividades práticas de extensão:

Art. 109. A extensão universitária destina-se à diffusão de conhecimentos philosophicos, artisticos, litterarios e scientificos, em beneficio do aperfeiçoamento individual e collectivo. § 1º De accôrdo com os fins acima referidos, a extensão universitária será realizada por meio de cursos intra e extra-universitarios, de conferências de propaganda e ainda de demonstrações praticas que se façam indicadas. § 2º Caberá ao Conselho Universitario, em entendimento com os conselhos technico-administrativos dos diversos institutos, effectivar pelos meios convenientes a extensão universitária. (Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931).

A extensão universitária está projetada no Decreto, então, para se constituir na dinâmica do sistema universitário de forma articulada com a vida social e isso fica evidente no

Art. 99. A vida social universitaria terá como organizações fundamentaes: a) associações de classe, constituídas pelos corpos docente e discente dos institutos universitarios, b) congressos universitarios de 2 em 2 annos; c) extensão universitaria; d) Museu social. (Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931).

Mesmo sendo prevista como objeto de práticas no sistema universitário brasileiro, é compreensível a forma restrita como a extensão foi apresentada: cursos e conferências. Comparativamente, a palavra 'ensino' aparece 63 vezes no Decreto,

enquanto a palavra 'pesquisa' aparece 5 vezes e, a palavra 'extensão' aparece 8 vezes.

Segundo Machado (2009) o decreto que se constitui no Estatuto das Universidades Brasileiras foi um grande marco no Ensino Superior Brasileiro e, importantíssimo para a extensão universitária que, pela primeira vez, foi reconhecida, discutida e apresentada de forma a ter espaços institucional e legal.

#### **2.4.2 A extensão universitária na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961**

O próximo registro legal que temos da extensão universitária se dá 30 anos depois do Decreto nº 19.851, de 1931. Após intensas transformações no mundo, como o período constituído pela 2ª Guerra Mundial e pelo fascismo e extermínio de populações. Enquanto no Brasil uma recente democracia tentava ganhar corpo após o período ditatorial de Getúlio Vargas.

No ano de 1961 sob o governo do presidente João Goulart foi implementada a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que dispunha sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Segundo Saviani (1997) o projeto desta lei foi encaminhado à Câmara Federal em 29 de outubro de 1948, mas apenas em 29 de maio de 1957 é que se iniciou a primeira discussão sobre o seu texto. Durante todo o período o projeto ficou em estudos na Comissão Mista de Leis Complementares na Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal. Em tese, o que já se via nos debates eram disputas entre deputados acusados de 'comunismo' contra os 'nacionalistas', e todos entendiam que controlar a educação no país significava também controlar qual ideologia seria ensinada nas escolas.

De acordo com Saviani (1997) o texto aprovado foi uma solução intermediária entre os extremos apresentados pelo projeto original e o projeto substitutivo elaborado pelo deputado Carlos Lacerda (filiação a União Democrática Nacional - UDN que 3 anos mais tarde foi um dos articuladores civis do golpe militar).

No que tange à extensão universitária, esta lei não apresentou nenhuma novidade. A extensão universitária é citada apenas uma vez no art. 69, que trata sobre os cursos que podem ser ministrados nos estabelecimentos de ensino superior. Conforme o referido artigo:

Art. 69. Nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados os seguintes cursos: a) de graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente, e obtido classificação em concurso de habilitação; b) de pós-graduação, abertos a matrícula de candidatos que hajam concluído o curso de graduação e obtido o respectivo diploma; c) **de especialização, aperfeiçoamento e extensão**, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino abertos a candidatos com o preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos. (LDBEN 4.024, 1961, grifo meu).

Pela leitura deste artigo, podemos pensar que a extensão deveria ser realizada apenas dentro das universidades, o que atenderia apenas ao público já elitizado que a frequentava, distanciando-a assim do objetivo definido pelo Decreto nº 19.851, de 1931, que previa que a extensão universitária deveria ser utilizada para sanar problemas e atender a interesses da comunidade.

No entanto, segundo Machado (2009), o art. 69 expressava uma incongruência no que se refere à extensão e sobre como estava acontecendo nas universidades. Sob influência do movimento estudantil eram realizadas atividades de alfabetização de adultos, serviços de cultura popular e extensão cultural, atividades em que a ênfase da extensão estava nas classes populares. Isso corrobora o que foi descrito anteriormente sobre a atuação do movimento estudantil na extensão universitária, antes da ditadura militar no Brasil.

### **2.4.3 A extensão universitária durante a ditadura militar brasileira**

Com o golpe militar de 1964, o debate político foi cerceado, entidades vistas como 'comunistas' foram criminalizadas (dentre elas a UNE/Movimento Estudantil) e a universidade passou a ser um local de resistência ao novo regime e, portanto, necessitava de controle. É neste período que regulamenta-se outras formas de alfabetização funcional e a educação continuada a adolescentes e adultos, na Lei nº. 5.379, de 15 de dezembro de 1967. Esta lei prevê uma regulamentação e até criminalização de atividades de extensão universitária que vinham sendo realizadas pelo movimento estudantil, e principalmente, por educadores como Paulo Freire. Esta lei desmobilizava as ações que vinham sendo desenvolvidas por dentro das universidades, e de alguma forma, criava um processo de descaracterização da universidade como espaço de desenvolvimento da atividade de extensão. De acordo com tal documento, em seu art. 2º:



Nos programas de alfabetização funcional e educação continuada de adolescentes e adultos, cooperarão as autoridades e órgãos civis e militares de todas as áreas administrativas, nos termos que forem fixados em decreto, bem como, em caráter voluntário, os estudantes de níveis universitário e secundário que possam fazê-lo sem prejuízo de sua própria formação. (Lei nº. 5.379/1967).

Pelo texto, nota-se que o envolvimento de estudantes universitários não se caracteriza mais como extensão universitária, mas participação voluntária de autoridades e órgãos civis e militares. Estas atividades foram mobilizadas pelo Projeto Rondon, que neste período desenhava as atividades de extensão que não estavam articuladas às atividades universitárias, e tinham como pretexto inviabilizar a ação do movimento estudantil sob o contexto de repressão e controle ideológico das atividades desenvolvidas.

Com o golpe militar, o novo governo tinha então total autonomia para ajustar as leis a favor de suas ideias. Foi a oportunidade para retomar o debate sobre a LBD aprovada anos antes, sem o empecilho da oposição às suas pautas. No ano de 1968 o movimento estudantil já havia recuperado alguma força, e os estudantes haviam decidido realizar as reformas que gostariam na universidade por conta própria. De acordo com Saviani (1997), naquele ano, o movimento estudantil ocupou as principais universidades e implantou cursos pilotos e comissões paritárias. O governo vendo que o movimento ganhava força, decidiu se articular para a fazer a reforma antes que ela fosse feita pelos estudantes. Foi, então, nomeado um grupo de trabalho em regime de urgência, situação em que os membros da comissão tiveram 40 dias para apresentarem o projeto a ser apreciado. Caso o prazo fosse excedido, o projeto seria considerado aprovado por decurso de prazo.

A reforma tinha como objetivo encontrar um ponto comum entre duas perspectivas contraditórias, quais foram:

A demanda dos jovens estudantes ou postulantes a estudantes universitários e dos professores que reivindicavam a abolição da cátedra, a autonomia universitária e mais verbas e mais vagas para desenvolver pesquisas e ampliar o raio de ação da universidade; [de outro lado] a demanda dos grupos ligados ao regime instalado com o golpe militar de 1964, que buscavam vincular mais fortemente o ensino superior aos mecanismos de mercado e ao projeto político de modernização em consonância com os requerimentos do capitalismo internacional. (SAVIANI, 1997, p. 24).

A reforma universitária foi regulada pela Lei nº 5.540, de 1968, e a extensão universitária se constitui restrita a ser exercida a partir de critérios estabelecidos em



um perfil que será aceito pelos preceitos militares. A expressão 'extensão universitária' não aparece neste documento e a palavra 'extensão' aparece 3 vezes, agora separada dos cursos de especialização e aperfeiçoamento.

Art. 17. Nas universidades e nos estabelecimentos isolados de ensino superior poderão ser ministradas as seguintes modalidades de cursos: a) de graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente e tenham sido classificados em concurso vestibular; b) de pós-graduação, abertos à matrícula de candidatos diplomados em curso de graduação que preencham as condições prescritas em cada caso; c) de especialização e aperfeiçoamento, abertos à matrícula de candidatos diplomados em cursos de graduação ou que apresentem títulos equivalentes; d) **de extensão e outros, abertos a candidatos que satisfaçam os requisitos exigidos.** (Lei nº 5.540/1968, grifo meu).

A extensão como atendimento das demandas da sociedade e comunidades desaparece das funções da universidade, ficando aquelas centradas no ensino e na pesquisa, como mostra o art. 20: "As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes" (Lei nº 5.540/1968).

Machado (2009) ressalta que a visão da extensão é a prestação de serviço daquilo que a universidade faz, que é o ensino e a pesquisa, como se a extensão colocasse para que a universidade assumisse um papel de prestadora de serviços, que levava à comunidade o conhecimento pronto e acabado, acabando com a preocupação da dialogicidade proposta pelo Movimento Estudantil e por Paulo Freire (1977). A prestação de serviços se constituía em uma forma de controle e de extensão, ou instrumento de imposição da cultura valorativa e dos conhecimentos verdadeiros que haviam passado pelo crivo dos militares. Crivo este bem apresentado no art. 40 da Lei nº 5.540/1968:

Art. 40. As instituições de ensino superior: a) Por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento; b) Assegurarão ao corpo discente meios para a realização dos programas culturais, artísticos, cívicos e desportivos; c) Estimularão as atividades de educação cívica e de desportos, mantendo, para o cumprimento desta norma, orientação adequada e instalações especiais.

Para Gurgel (1986) o art. 40 criou a ideia de que a extensão universitária consistia em um tipo de serviço social assistencialista prestado por estudantes, o que

induziu as universidades a considerar a extensão como uma atividade exclusivamente discente e optativa, relacionada especificamente com atividades cívicas e desportivas ou ações culturais e artísticas, sem vínculos com a atividade acadêmica.

A lei da reforma universitária é, indubitavelmente, um mecanismo que colocou a educação superior a serviço do Estado. Mas não se pode negar que foi ela, igualmente, que definiu um perfil da universidade brasileira, (mesmo com todas as suas implicações) e abriu espaços para novas formulações, no sentido do relacionamento entre educação e sociedade. A extensão universitária na década de 70 não inclui somente a perspectiva colonizadora de levar serviços. Ela parece ter ido adiante, num esforço de estabelecer um processo de comunicação com as classes subalternas, tentando, a partir da iniciativa institucionalizada, dar continuidade ao que se fizera anteriormente, no início da década de 60, através das iniciativas de estudantes, professores e outros grupos de intelectuais. (GURGEL, 1986, p. 87).

#### **2.4.4. A extensão universitária e a redemocratização do Brasil**

A Constituição de 1988 consagrou o processo de redemocratização do Brasil, sendo o marco de um debate instituinte que se estendeu por mais de um ano com a eleição de membros para um processo constituinte, que depois de um período ditatorial pode respeitar o pluralismo partidário com a diversidade de representação de ideias políticas para o país. Em seus 250 artigos a nova Constituição determina e discrimina os direitos e deveres do Estado, e dos cidadãos brasileiros, sendo considerada a Constituição Cidadã, devido sua abordagem em temas sociais.

No capítulo reservado para Educação, a Constituição escreve um texto libertador para as universidades, determinando que: art. 207 “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).

Esta foi a primeira vez em que a extensão universitária foi apresentada como uma atividade indissociável do ensino e da pesquisa dentro da universidade e, ainda, responsabiliza o Estado por seu financiamento quando no art. 213 afirma que as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público.

A constituição de 1988 foi de grande importância para o fortalecimento do entendimento da extensão dentro da universidade e passa a orientar outras leis como a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 – LDBEN 9394/96.**

A década de 80 marca a reabertura política do Brasil, culminando com a aprovação da nova Constituição brasileira, no ano de 1988. Com a promulgação da Constituição Cidadã, a LDBEN 4024/61 foi considerada obsoleta, ressurgindo o debate sobre a necessidade de uma nova LDBEN que contemplasse o novo cenário político brasileiro. Os debates iniciados no ano de 1987 foram concluídos em 1996, quando o presidente Fernando Henrique Cardoso promulgou a lei no dia 20 de dezembro de 1996.

No que compete à extensão universitária, a LDBEN 9394/96 trouxe grandes avanços considerando a influência do Fórum de pró-reitores de extensão. De acordo com Machado (2009) as legislações anteriores (LDBEN 4024/61 e Lei nº 5.540/68) expressavam que os objetivos do ensino superior eram “a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário” (p. 59). Já a LDB de 1996, por estar subordinada à constituição previa a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, discrimina quais são as finalidades da educação superior brasileira:

Art. 43. A educação superior tem por finalidade: I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; VI - **estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade**; VII - **promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição**. VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. (LDBEN 1996, Incluído pela Lei nº 13.174, de 2015).

Observa-se que a extensão universitária ganha um sentido de reciprocidade nas relações de produção de conhecimento e tecnologia, bem como a abertura da universidade para o processo de participação da comunidade, uma universidade perto

e com as pessoas. Ainda, no art. 44 da LDBEN, a extensão é citada reafirmando o compromisso das instituições de ensino superior com a popularização e formação das pessoas e do desenvolvimento social, cultural e econômico das comunidades. Isso é possível tendo em vista a possibilidade de a universidade poder ser entendida como uma 'instituição pluridisciplinar de formação de quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano', art. 52 da LDBEN/1996 que reafirma o vínculo entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

É na autonomia universitária que vejo as possibilidades deste trabalho de pesquisa que traz os TAEs como possíveis protagonistas nas atividades de extensão, pois cabe a UFSM "estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão" como regulamentado no art. 53, inciso III da LDBEN 9394/96.

Também, pena que não responsabilizando na totalidade, o financiamento, segundo o art. 77 da LDBEN, onde as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público, abrindo a possibilidade de bolsas de estudos para essas áreas. É importante considerar que uma atividade que promova participação da comunidade necessita de fomento e recursos.

Mas, onde mais aparece a extensão universitária? Nas disposições transitórias da LDB, que institui-se na Década da Educação, que teve início com a promulgação da lei, e fica então definido o prazo de um ano para que o Congresso Nacional aprove um Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos próximos. Todo processo sintonizado com a Declaração Mundial sobre Educação Para Todos.

No Plano Nacional de Educação brasileiro, o PNE, aprovado em forma de lei, a Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, é reafirmado a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão dentro das universidades. Com isso, a extensão universitária é apresentada com clareza nos três últimos itens do capítulo sobre os Objetivos e Metas para a Educação Superior:

21. Garantir, nas instituições de educação superior, a oferta de cursos de extensão, para atender as necessidades da educação continuada de adultos, com ou sem formação superior, na perspectiva de integrar o necessário esforço nacional de resgate da dívida social e educacional. 22. Garantir a criação de conselhos com a participação da comunidade e de entidades da sociedade civil organizada, para acompanhamento e controle social das atividades universitárias, com o objetivo de assegurar o retorno à sociedade dos resultados das pesquisas, do ensino e da extensão. 23. Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas.

Além disso, nos Objetivos e Metas para a Educação de Jovens e Adultos - EJA parece se resgatar, com outras e novas versões, um ideal que Paulo Freire e o Movimento Estudantil das décadas de 50 e 60 haviam iniciado, que é o de “estimular as universidades e organizações não governamentais a oferecer cursos dirigidos à terceira idade”.

De acordo com Machado (2009) a forma como a extensão universitária foi apresentada nos objetivos e metas foi mais organizativa do que propositiva, pois muitas das atividades de extensão, como a EJA, já vinham sendo realizadas pelas universidades, portanto, nada de novo foi acrescentado, apenas tornou-se oficial o que já era feito. A maior contribuição do PNE, então, foi deixar claro que o atendimento da educação continuada de adultos era um trabalho de extensão.

Quanto aos cursos destinados à terceira idade, alguma coisa já vinha sendo feita pelas universidades, mas somente em 2017 foi aprovada uma lei específica sobre o tema.

O item 23, por exemplo, prevê que 10% dos créditos exigidos para a graduação, fossem desenvolvidos através de projetos de extensão, porém não foi implantado até hoje. Esse foi o item que mais propôs uma mudança significativa para a extensão universitária dentro do PNE em 2001.

Com a criação do Programa de Extensão Universitária – PROEXT, no ano de 2008, o Brasil já sentia as mudanças causadas por um governo popular, na era Lula. Com o projeto de criação de mais vagas nas universidades, concessão de bolsas de estudos e criação de novos campi de escolas técnicas e universidades, o Brasil avançava rápido em direção a universalização do ensino superior. No ano de 2008 um grandioso passo foi dado em direção ao fortalecimento da extensão universitária, com a criação do PROEXT, por meio de uma parceria entre o Ministério da Educação

e o Ministério da Cultura. Esta política pública tem por objetivo selecionar projetos culturais e financiá-los em nível nacional, na forma de atividades de extensão universitária. Pela primeira vez a extensão receberia uma verba específica destinada pelo governo federal, o que contribuiu para o fomento das atividades dentro das universidades.

De acordo com o art. 1º, o PROEXT é destinado a apoiar instituições públicas de educação superior no desenvolvimento de projetos de extensão universitária, com vistas a ampliar sua interação com a sociedade. Devido a importância desta lei, será transcrito aqui integralmente os objetivos do PROEXT:

I - centralizar e racionalizar as ações de apoio à extensão universitária desenvolvidas no âmbito do Ministério da Educação; II - dotar as instituições públicas de ensino superior de melhores condições de gestão das atividades acadêmicas de extensão, permitindo planejamento de longo prazo; III - potencializar e ampliar os patamares de qualidade das ações de extensão, projetando-as para a sociedade e contribuindo para o alcance da missão das instituições públicas de ensino superior; IV - fomentar programas e projetos de extensão que contribuam para o fortalecimento de políticas públicas; V - estimular o desenvolvimento social e o espírito crítico dos estudantes, bem como a atuação profissional pautada na cidadania e na função social da educação superior; VI - contribuir para a melhoria da qualidade da educação brasileira por meio do contato direto dos estudantes com realidades concretas e da troca de saberes acadêmicos e populares; VII - propiciar a democratização e difusão do conhecimento acadêmico; e VIII - fomentar o estreitamento dos vínculos entre as instituições de ensino superior e as comunidades populares do entorno. (BRASIL, Programa de Extensão, 2008).

O programa de 2008 foi importante para a implementação da Política Nacional de Extensão Universitária de 2012 – PROEX, que articula a regulamentação constitucional da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, e neste sentido, cria as possibilidades de as atividades de extensão se articularem e se ampliarem considerando a necessidade de “Reafirmar a Extensão Universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, além de indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade” (PROEX, 2012, p. 09). Além deste, outras 14 metas são apresentadas:

2. Conquistar o reconhecimento, por parte do Poder Público e da sociedade brasileira, da Extensão Universitária como dimensão relevante da atuação universitária, integrada a uma nova concepção de Universidade Pública e de seu projeto político-institucional; 3. Contribuir para que a Extensão Universitária seja parte da solução dos grandes problemas sociais do País; 4. Conferir maior unidade aos programas temáticos que se desenvolvem no âmbito das Universidades Públicas brasileiras; 5. Estimular atividades de Extensão cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da Universidade e da sociedade; 6. Criar condições para a participação da Universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para que ela se constitua como organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas; \* 7. Possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e disponibilização de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do País; \* 8. Defender um financiamento público, transparente e unificado, destinado à execução das ações extensionistas em todo território nacional, viabilizando a continuidade dos programas e projetos; 9. Priorizar práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais (por exemplo, habitação, produção de alimentos, geração de emprego, redistribuição de renda), relacionadas com as áreas de Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho; 10. Estimular a utilização das tecnologias disponíveis para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação em todos os níveis; 11. Considerar as atividades voltadas para o desenvolvimento, produção e preservação cultural e artística como relevantes para a afirmação do caráter nacional e de suas manifestações regionais; \* 12. Estimular a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável como componentes da atividade extensionista; 13. Tornar permanente a avaliação institucional das atividades de Extensão Universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria Universidade; \* 14. Valorizar os programas de extensão interinstitucionais, sob a forma de consórcios, redes ou parcerias, e as atividades voltadas para o intercâmbio e a solidariedade; \* 15. Atuar, de forma solidária, para a cooperação internacional, especialmente a latino-americana.

Assim, tem-se muito o que pensar e fazer em termos de extensão universitária, pois convive-se nas universidades com a prestação de serviços, com serviços de consultoria que foram utilizados para receber recursos privados, com projetos culturais de envergadura nas comunidades que aos poucos foram sendo institucionalizados, com projetos de cursos de aperfeiçoamento e formação continuada, com museus e ou outros órgãos, no caso da UFSM, o Planetário e o Jardim Botânico, como espaço de extensão e ligação com a comunidade, enfim, várias formas de ação que são ainda evidenciadas como atividade de extensão. No próximo capítulo, portanto, busco mostrar um pouco mais de dados em relação a isso.



### 3 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFSM E NO CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS - CCR

Neste capítulo da dissertação apresento em linhas gerais os pontos analisados em minha pesquisa, quais foram:

**Conhecer a extensão e o contexto de desenvolvimento de políticas de extensão e as ações e atividades de extensão da UFSM dando ênfase para a atuação do CCR/UFSM** e, que para tanto, recorri a documentação política, normativa, regulatória e informativa da UFSM e do CCR, e ao conhecer, consegui analisar e elencar aspectos (des)mobilizadores para a atuação do servidor técnico-administrativo da UFSM em ações e atividades de extensão do CCR.

- **Identificar o papel destinado ao servidor técnico-administrativo na extensão da UFSM e no CCR** e, que para tanto, além da documentação já elencada anteriormente, foi construído um levantamento de dados sobre projetos de extensão no Gabinete de Projetos do CCR, considerando a participação de servidores técnicos-administrativos nas atividades de extensão no e do CCR.
- **Analisar e elencar aspectos (des)mobilizadores para a atuação do servidor técnico-administrativo da UFSM em ações e atividades de extensão no CCR**, a partir de análises do questionário aplicado aos servidores da UFSM/CCR.

Para quem vive na UFSM, como já referenciei anteriormente, tem a extensão universitária como eixo importante da constituição da universidade e do trabalho. A UFSM está muito bem representada nacionalmente no que concerne a sua atividade de extensão.

Neste capítulo, portanto, serão apresentadas as seguintes subunidades:

- **3.1 Políticas de extensão e as ações e atividades de extensão da UFSM dando ênfase para a atuação do CCR/UFSM que ainda está em construção;**
- **3.2. A participação de TAEs em projetos de extensão no CCR;**
- **3.3. Como pensar a extensão como possibilidade de atuação dos e com os TAEs do CCR.**

#### 3.1 POLÍTICAS DE EXTENSÃO E AS AÇÕES E ATIVIDADES DE EXTENSÃO NA UFSM E NO CCR/UFSM



Nesta subunidade utilizou-se como material analítico a Política de Extensão da UFSM, de 2008 e de 2019<sup>6</sup>, e evidenciou-se, conforme previsto em tal política, a criação da Comissão de Extensão do CCR, na Resolução nº 032/2019, ou seja, é ali que a Comissão de Extensão do CCR ganha visibilidade<sup>7</sup>.

Foram desenvolvidos aqui os seguintes pontos desta pesquisa:

- Referenciar e apresentar a Política de Extensão da UFSM, a sua caracterização na UFSM e o impacto desta e a relação com a possibilidade funcional dos TAEs se constituírem extensionistas.
- Como o CCR vem implantando a participação de TAEs nas ações de extensão.

### 3.2 A PARTICIPAÇÃO DE TAEs EM PROJETOS DE EXTENSÃO NA UFSM E NO CCR

Para analisar a participação dos TAES em projetos de extensão recorri a dados quantitativos que apontam os projetos de extensão da UFSM. Foi utilizado o 'Portal UFSM em números', que fornece de maneira agrupada e gráfica dados sobre os projetos desenvolvidos na Universidade, categorizados por centro acadêmico e ano. Esses dados foram utilizados para um panorama geral da extensão universitária na UFSM e aprofundados a nível de projetos desenvolvidos no CCR/UFSM. Foram analisados nos projetos do CCR dados quantitativos, tais como número de docentes, discentes e TAEs envolvidos nos projetos, público participante e avaliação do projeto.

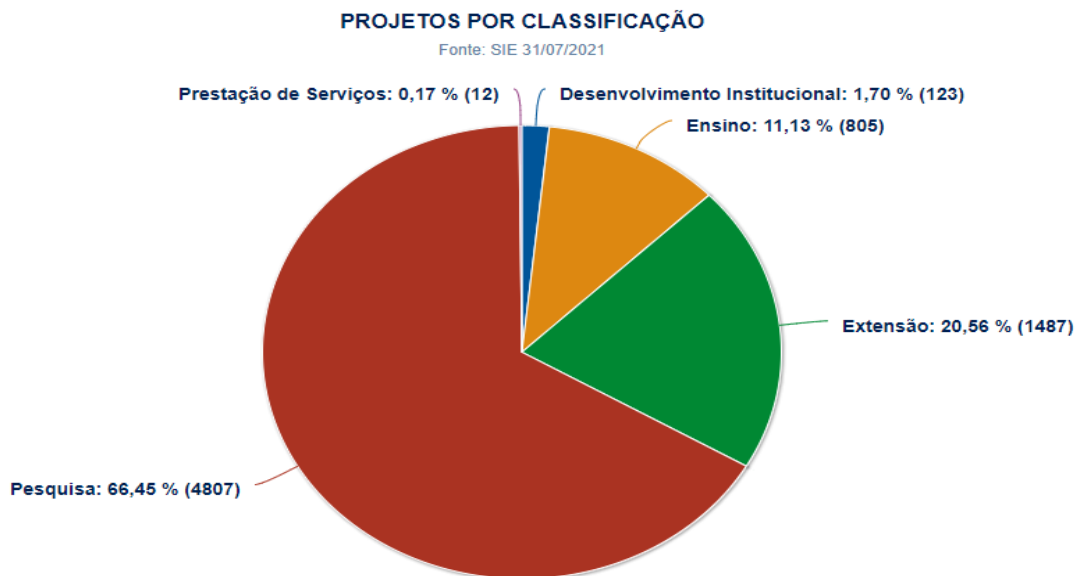
De acordo com o 'Portal UFSM em números', atualmente são desenvolvidos 1.487 projetos de extensão, o que representa 20,56% do total de projetos desenvolvidos pela instituição.

---

<sup>6</sup> Aprovado pelos Pareceres nº 065/08 e nº 016/08 do CEPE. Alterado pela Resolução nº 017/2008. Revogado pela Resolução nº 006/2019. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/346/2019/10/Pol%C3%ADtica-de-Extens%C3%A3o.pdf>>.

<sup>7</sup> Resolução nº 032/2019 da criação dos órgãos colegiados permanentes denominados "Comissão de Legislação e Normas" e "Comissão de Espaço Físico"; e recriação dos órgãos colegiados permanentes denominados "Comissão de Ensino", "Comissão de Pesquisa" e "Comissão de Extensão"; todos vinculados ao CCR, da estrutura organizacional da UFSM. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/pro-reitorias/proplan/resolucao-n-032-2019/>>.

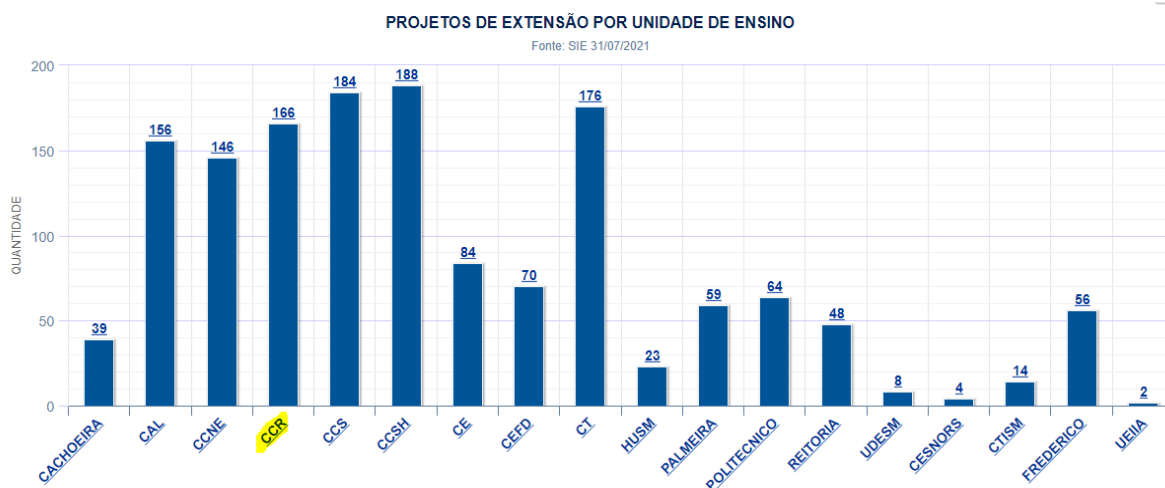
Figura 5 – Gráfico 1 - Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão na UFSM



Fonte: Portal<sup>8</sup> UFSM em números.

Percebe-se que há um predomínio absoluto dos projetos de pesquisa na universidade sobre os projetos de ensino e extensão. Os projetos de extensão da UFSM estão assim divididos por unidade de ensino:

Figura 6 – Gráfico 2 - Projetos de Extensão na UFSM, por Unidade de Ensino



Fonte: Portal<sup>9</sup> UFSM em números.

<sup>8</sup> Disponível em:  
<<https://portal.ufsm.br/ufsm-em-numeros/publico/painel.html;jsessionid=db1d11ec9bba80426b9a9bbd525c?categoria=451>>.

<sup>9</sup> Disponível em:  
<<https://portal.ufsm.br/ufsm-em-numeros/publico/painel.html;jsessionid=db1d11ec9bba80426b9a9bbd525c?categoria=451>>.

O CCR ocupa a quarta posição no ranking de maior número de projetos de extensão. O centro é composto por um total de 11 departamentos, que são: Departamento de Ciências Florestais, Departamento de Clínica de Grandes Animais, Departamento de Clínica de Pequenos Animais, Departamento de Defesa Fitossanitária, Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural, Departamento de Engenharia Rural, Departamento de Fitotecnia, Departamento de Medicina Veterinária Preventiva, Departamento de Solos, Departamento de Tecnologia e Ciência dos Alimentos e Departamento de Zootecnia.

Os dados dos projetos de extensão desenvolvidos por esses departamentos nos últimos seis anos serão levantados para que possamos identificar o percentual de TAEs envolvidos. Esse levantamento de dados será importante para que se possa identificar os TAES participantes, e assim, cumprir com o objetivo de entrevistá-los.

A seguir passo a apresentar os departamentos e seus respectivos projetos de extensão.

### **3.2.1 Projetos de Extensão no Departamento de Ciências Florestais**

O Departamento de Ciências Florestais foi criado em maio de 1978, e divide-se em três setores de atuação: Silvicultura, Manejo Florestal e Tecnologia da Madeira. Atualmente oferece disciplinas para os cursos de Graduação em Engenharia Florestal e Agronomia e, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal e Educação Ambiental. Em termos de pessoal, conta com 16 docentes e 7 técnico-administrativos. Agregado a ele funciona o Centro de Pesquisas Florestais. Também conta com a Revista Ciência Florestal, veículo de divulgação, que publica semestralmente artigos técnico-científicos relacionados à área da ciência florestal<sup>10</sup>. Nos últimos cinco anos, foram desenvolvidos 13 projetos de extensão no departamento, que no quadro a seguir identifique os projetos com a participação de TAEs:

---

<sup>10</sup> Informações retiradas da página oficial do Departamento de Ciências Florestais / UFSM. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/unidades-universitarias/ccr/departamentos/departamento-de-ciencias-florestais/>>.

Quadro 2 – Projetos de Extensão do Departamento de Ciências Florestais UFSM

Projeto	TAEs Extensionistas	C.H Semanal dedicada ao Projeto	Formação Acadêmica do TAE
Diagnose nutricional de plantas, água e solos.	1	2 horas	Jardineiro Graduação em Agronomia
Engenharia Natural.	1	10 horas	Jardineiro Graduação em Agronomia
Educação Ambiental como forma de sensibilização à valorização de espécies arbóreas nativas.	1	1 hora	Técnico em Agropecuária
Programa de valorização das espécies arbóreas nativas do Bioma Mata Atlântica.	1	2 horas	Técnico em Agropecuária

Fonte: Autor (2022). Informações levantadas do Portal<sup>11</sup> de Projetos UFSM.

Na listagem de projetos identifiquei que existem 4 participações de TAEs, no entanto, verificando os nomes dos técnicos evidenciou-se que se repetem, sendo, portanto, apenas dois os TAEs extensionistas no departamento. Isso levou a seguinte problematização:

- O que motiva esses técnicos a participar, qual sua relação com o departamento e o curso de Engenharia Florestal, qual interesse nos projetos desenvolvidos, se têm apoio da chefia, se a carga horária destinada do projeto é descontada de suas atividades, o que esperam quando começaram a participar dos projetos, porque continuam, que tipos de atividades desenvolvem nos projetos, o que pensam sobre seu trabalho nos projetos de extensão?

### 3.2.2 Projetos de Extensão no Departamento de Clínica de Grandes Animais

O Departamento de Clínica de Grandes Animais da UFSM está vinculado aos cursos de graduação e pós-graduação em Medicina Veterinária da universidade. O funcionamento do departamento está ligado ao Hospital Veterinário Universitário –

<sup>11</sup> Disponível em: <<https://portal.ufsm.br/projetos/publico/projetos/list.html;jsessionid=e086ee5805047a6c684ea87cd80b>>.

HVU, da UFSM, onde alguns servidores lotados no HVU também realizam atividades neste departamento, de forma que nos resultados da pesquisa encontraremos o nome de colegas lotados no HVU, mas que por atenderem a vários departamentos, terão seus nomes em projetos de extensão.

Como estudou-se a vinculação de TAEs do CCR em projetos de extensão, iremos considerar a participação dos servidores lotados no HVU, por serem também estes TAEs do CCR. O Departamento possui uma equipe fixa de 3 servidores TAEs e 15 docentes. Neste departamento, nos últimos cinco anos, foram registrados 6 projetos de extensão, dentro os quais destacamos a seguir aqueles projetos com participação de TAEs:

Quadro 3 – Projetos de Extensão do Departamento de Clínica de Grandes Animais UFSM

Projeto	TAEs Extensionistas	C.H Semanal dedicada ao Projeto	Formação Acadêmica do TAE
Capacitação Técnica em Diagnóstico por Imagem Veterinária.	5	2 horas	Doutorado Graduação Graduação Mestrado Graduação

Fonte: Autor (2022). Informações levantadas do Portal<sup>12</sup> de Projetos UFSM.

Identifico que neste departamento apenas 1 dos projetos teve a participação de TAEs na condição de extensionista. Conforme a descrição do projeto 'Capacitação técnica em Diagnóstico por Imagem Veterinária', este projeto tem como objetivo: proporcionar capacitação teórico-prática de graduandos e profissionais da Medicina Veterinária, que atuam principalmente na área de Diagnóstico por Imagem Veterinária, além de promover atividades extensionistas para clínicas, centros de diagnóstico, hospitais, instituições públicas e privadas que necessitam aprimorar as atividades na área do Diagnóstico por Imagem Veterinária. Na descrição do projeto, os TAEs elencados exerceriam a função de ministrantes dos cursos e seminários.

<sup>12</sup> Disponível em: <<https://portal.ufsm.br/projetos/publico/projetos/list.html;jsessionid=e086ee5805047a6c684ea87cd80b>>.

### 3.2.3 Projetos de Extensão no Departamento de Clínica de Pequenos Animais

O Departamento de Clínica de Pequenos Animais da UFSM tem sua estrutura bastante semelhante ao Departamento de Clínica de Grandes Animais, apresentado anteriormente. Ambos estão vinculados aos cursos de graduação e pós-graduação em Medicina Veterinária, e compartilham em seu quadro de pessoas servidores lotados no HUV. Apenas 1 servidor TAE é lotado no departamento, onde exerce a função de secretário. O corpo docente é composto por 10 professores que além das aulas, participam das rotinas de atendimento do HVU/UFSM. Entre os anos 2015 e 2020, o departamento registrou 6 projetos de extensão, que no quadro a seguir identifico os respectivos dados dos TAEs extensionistas.

Quadro 4 – Projetos de Extensão do Departamento de Clínica de Pequenos Animais UFSM

Projeto	TAEs Extensionistas	C.H Semanal dedicada ao Projeto	Formação Acadêmica do TAE
II Ciclo de Palestras em considerações anestésicas na Medicina Veterinária.	1	1 hora	Mestrado
Controle populacional de cães e gatos na área assistida pela Vila Lídia em Santa Maria, RS.	4	2 horas	Mestrado Mestrado Mestrado Doutorado
Controle Populacional de cães e gatos de Júlio de Castilhos, RS.	5	2 horas	Mestrado Doutorado Mestrado Mestrado Doutorado
Formação continuada em Cirurgia Veterinária.	1	2 horas	Doutorado

Fonte: Autor (2022). Informações levantadas do Portal<sup>13</sup> de Projetos UFSM.

Pela leitura dos projetos desenvolvidos pelo Departamento de Clínica de Pequenos Animais, constato que a ação extensionista é direcionada para resolver

<sup>13</sup> Disponível em: <<https://portal.ufsm.br/projetos/publico/projetos/list.html;jsessionid=e086ee5805047a6c684ea87cd80b>>.

problemas da comunidade, a exemplo dos projetos de controle populacional de cães e os cursos de cirurgia ofertados para profissionais da medicina veterinária.

### 3.2.4 Projetos de Extensão no Departamento de Defesa Fitossanitária

O Departamento de Defesa Fitossanitária da UFSM realiza um importante trabalho em nível nacional, no ensino e pesquisa nas áreas de entomologia agrícola e fitopatologia e plantas daninhas. O departamento atende aos cursos de graduação e pós-graduação em Agronomia, Engenharia Florestal e Engenharia Agrícola. Em sua equipe, conta com 4 Técnico-Administrativos em Educação e 11. Nos últimos 5 anos, o departamento registrou 14 projetos de extensão, que dentre eles, identifiquei no quadro a seguir a participação de TAEs na extensão departamental.

Quadro 5 – Projetos de Extensão do Departamento de Defesa Fitossanitária UFSM

Projeto	TAEs Extensio nistas	C.H Semanal dedicada ao Projeto	Formação Acadêmica do TAE
Capacitação técnica sobre manejo de mosca-branca, Bemisia Tabaci (Gennadius, 1889), em olerícolas no Vale do Caí e Região Central do RS.	1	1 hora	Mestrado
Avaliação da eficiência, características físico-químicas e penetração de agrotóxicos e adjuvantes no controle de pragas agroflorestais.	1	1 hora	Mestrado
MIP VAI AO CAMPO - Trocando experiências sobre o Manejo Integrado de Pragas e conservação de polinizadores.	1	2 horas	Mestrado
Eventos Técnicos em Fitossanidade.	3	2 horas	Graduação Doutorado Técnico em Agropecuária

Fonte: Autor (2022). Informações levantadas do Portal<sup>14</sup> de Projetos UFSM.

<sup>14</sup> Disponível em: <<https://portal.ufsm.br/projetos/publico/projetos/list.html?jsessionid=e086ee5805047a6c684ea87cd80b>>.

Analisando os projetos de extensão desenvolvidos no departamento, percebo que a extensão é realizada majoritariamente na forma de cursos de extensão, capacitações para técnicos e agricultores e promoção de dias de campo para divulgação científica. Destaca-se também no departamento projetos direcionados para a divulgação de conhecimentos através de plataformas online. Em relação a participação dos TAEs, observo que dos 14 projetos desenvolvidos entre 2015 e 2020, somente 4 tiveram a participação de TAEs, sendo que em 3 desses projetos o mesmo TAE foi o participante.

### **3.2.5 Projetos de Extensão no Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural**

O Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural – DEAER da UFSM, é uma subunidade do CCR e tem por missão agregar pessoal, professores, técnico-administrativos, acadêmicos de graduação e pós-graduação, de acordo com as exigências do desenvolvimento do ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços nas áreas afins; e, disponibilizar instalações e equipamentos para a consecução de suas atividades. O objetivo geral do Departamento é dedicar-se ao ensino de graduação e pós-graduação, à pesquisa, à extensão, à prestação de serviços a empresas públicas e privadas e à comunidade em geral, nas suas áreas de atuação. As suas áreas de atuação são as seguintes: Extensão, Desenvolvimento e Turismo Rural; Educação Ambiental e Agroecologia; Economia, Administração e Gerenciamento Rural; Comercialização Agropecuária e Cooperativismo; Legislação Agrária e Profissional.

Em sua equipe, conta com 1 servidor TAE que ocupa a função de assistente administrativo e 18 docentes. No departamento, nos últimos 5 anos, se efetivou o registro de 25 projetos de extensão, dentre esses que o quadro a seguir apresenta o quantitativo de TAEs que atuaram nos projetos.

Quadro 6 – Projetos de Extensão do Departamento de Extensão Rural / UFSM



<b>Projeto</b>	<b>TAEs Extensio nistas</b>	<b>C.H Semanal dedicada ao Projeto</b>	<b>Formação Acadêmica do TAE</b>
Projeto Escola Responsável.	1	2 horas	Mestrado
Programa Terra Forte: Organização socioproductiva, gênero e juventude na agricultura familiar.	1	8 horas	Mestrado
Programa Ações Estratégicas para Adequação Ambiental de Agricultores Familiares e Assentados da Reforma Agrária.	1	4 horas	Mestrado
I Encontro dos promotores da agricultura ecológica da Região Centro - RS.	3	1 hora	Doutorado Mestrado Doutorado
Grupo de agroecologia Terra Sul: construindo conhecimento agroecológico na Universidade Federal de Santa Maria.	1	2 horas	Doutorado
X Seminário de formação em agroecologia alimentação e saúde: bases para uma sociedade saudável.	3	1 hora	Doutorado Doutorado Doutorado
Escola Livre e Solidária: a educação popular em assentamentos rurais.	2	1 hora	Doutorado Doutorado
Construção e socialização de conhecimentos e práticas na produção e comercialização de alimentos agroecológicos no Território de Cidadania Central - RS.	1	1 hora	Doutorado
Redes de produção colaborativa de conhecimento em geotecnologias: Democratização do conhecimento e inclusão digital e social em escolas do campo.	1	4 horas	Mestrado
Programa de Extensão em Desenvolvimento Territorial do território do Centro Serra - RS.	3	1 hora	Mestrado Ensino Médio Especialização
Formação de professores para educação ambiental.	2	1 hora	Doutorado Mestrado
Programa de formação continuada para os professores das escolas do campo.	5	2 horas	Doutorado Mestrado Mestrado Mestrado Doutorado
Fomento à economia solidária na região central do Rio Grande do Sul.	2	2 horas	Doutorado Doutorado
I Ciclo de Palestra: Educação do Campo em Debate.	2	1 hora	Doutorado Graduação

Fonte: Autor (2022). Informações levantadas do Portal<sup>15</sup> de Projetos UFSM.

<sup>15</sup> Disponível em: <<https://portal.ufsm.br/projetos/publico/projetos/list.html;jsessionid=e086ee5805047a6c684ea87cd80b>>.

Ao analisar os projetos do departamento, percebe-se que este é o departamento do CCR que mais desenvolve projetos de extensão, congregando servidores de outros departamentos do centro, que atuam em parceria nos projetos.

### 3.2.6 Projetos de Extensão no Departamento de Engenharia Rural

O Departamento de Engenharia Rural da UFSM é vinculado a um total de 29 cursos de graduação e pós-graduação, nas áreas de Ciências Agrárias, Engenharias e Ciências Exatas e da Terra. Sua equipe é formada por 6 Técnico-Administrativos em Educação de nível médio e 23 docentes. A seguir, apresento os projetos de extensão com a participação de TAEs, considerando que, nos últimos 5 anos, o departamento teve um total de 17 projetos de extensão registrados.

Quadro 7 – Projetos de Extensão do Departamento de Engenharia Rural UFSM

Projeto	TAEs Extensivistas	C.H Semanal dedicada ao Projeto	Formação Acadêmica do TAE
9ª Jornada Latino-americana e do Caribe do gvSIG.	2	2 horas	Ensino Médio Mestrado
Difusão e Fomento de Inovações Geotecnológicas em Agricultura de Precisão e Digital para Fóruns Agropecuários do MAPA Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.	1	2 horas	Mestrado

Fonte: Autor (2022). Informações levantadas do Portal<sup>16</sup> de Projetos UFSM.

Apesar deste ser o departamento com maior número de professores e que atende a maior quantidade de cursos, observo que possui a menor participação de TAEs nos projetos de extensão. Consultando os nomes dos TAEs que participaram dos 2 projetos, descobri que eles não são vinculados ao Departamento de Engenharia Agrícola, mas sim desempenham funções administrativas no CCR.

<sup>16</sup> Disponíveis em: <<https://portal.ufsm.br/projetos/publico/projetos/list.html;jsessionid=e086ee5805047a6c684ea87cd80b>>.

### 3.2.7 Projetos de Extensão no Departamento de Fitotecnia

O Departamento de Fitotecnia da UFSM é o local de trabalho do autor deste projeto. Atualmente o departamento conta com uma equipe de 12 TAEs, que realizam seus trabalhos nas seguintes subunidades: Laboratório de Análise de Sementes, Estação Meteorológica da UFSM e Setor de Horticultura. Seguindo a metodologia deste trabalho, os projetos de extensão desenvolvidos entre os anos de 2015 e 2020, no departamento, foram 12, onde a seguir identifiquei os projetos de extensão com TAEs extensionistas.

Quadro 8 – Projetos de Extensão do Departamento de Fitotecnia UFSM

Projeto	TAEs Extensionistas	C.H Semanal dedicada ao Projeto	Formação Acadêmica do TAE
Estudo da qualidade física e fisiológica de sementes de espécies agrícolas utilizadas no Estado do Rio Grande do Sul.	3	5 horas 20 horas 2 horas	Doutorado Doutorado Mestrado
Previsão de safra de arroz irrigado para o Rio Grande do Sul.	1	1 hora	Ensino Fundamental
Agrometeorologia em Boletins Técnicos.	1	2 horas	Graduação
Estação Meteorológica de Santa Maria.	2	4 horas	Mestrado Graduação

Fonte: Autor (2022). Informações levantadas do Portal<sup>17</sup> de Projetos UFSM.

Ao analisar o quadro, percebo que os projetos de extensão desenvolvidos estão restritos à Estação Meteorológica e ao Laboratório de Sementes. Conhecendo as atividades desenvolvidas nesses setores, constato que os projetos de extensão registrados são basicamente a função destas subunidades, e a extensão realizada não prevê contato com a comunidade. Importante destacar a ausência de projetos como dias de campo ou realização de cursos com a participação dos TAEs do departamento.

<sup>17</sup> Disponíveis em: <<https://portal.ufsm.br/projetos/publico/projetos/list.html;jsessionid=e086ee5805047a6c684ea87cd80b>>.

### 3.2.8 Projetos de Extensão no Departamento de Medicina Veterinária Preventiva

O Departamento de Medicina Veterinária da UFSM preventiva oferta disciplinas de graduação e pós-graduação aos cursos de Ciências Agrárias da UFSM e, aos cursos de Residência em Área Profissional da Saúde - Medicina Veterinária.

O departamento conta com 3 servidores TAEs e 11 docentes, que desenvolveram 17 projetos de extensão, entre 2015/2020, onde no quadro a seguir retrato a participação dos TAEs nos projetos.

Quadro 9 – Projetos de Extensão do Departamento de Medicina Veterinária Preventiva UFSM

Projeto	TAEs Extensio nistas	C.H Semanal dedicada ao Projeto	Formação Acadêmica do TAE
Propostas de ações e intervenções dos residentes do PRAPS/MV nos programas da SMDR.	1	4 horas	Mestrado
Ações junto ao grupo Mexe Coração na conscientização contra o tráfico de animais silvestres.	1	2 horas	Doutorado
Prevalência de microtoxinas em matérias primas e alimentos destinados ao consumo humano e animal no Brasil: mapeamento, regionalização e modelagem de um programa de gerenciamento de controle.	2	2 horas	Mestrado Mestrado
Monitoramento e diagnóstico das infecções parasitárias dos animais domésticos e de produção na saúde animal - Etapa II.	1	4 horas	Doutorado
Workshop Interdisciplinar em Medicina Veterinária - Etapa I.	1	1 hora	Graduação
Diagnóstico sorológico de toxoplasmose em animais domésticos e silvestres por Imunofluorescência Indireta.	1	2 horas	Doutorado
Monitoramento e diagnóstico das infecções parasitárias dos animais domésticos e de produção na saúde animal - Etapa III.	1	2 horas	Doutorado

Fonte: Autor (2022). Informações levantadas do Portal<sup>18</sup> de Projetos UFSM.

<sup>18</sup> Disponível em: <<https://portal.ufsm.br/projetos/publico/projetos/list.html;jsessionid=e086ee5805047a6c684ea87cd80b>>.

Analisando as informações do quadro, percebo que apesar de o departamento possuir apenas 3 servidores TAEs, esses participam de com certa frequência dos projetos desenvolvidos. Ao consultar o currículo dos servidores, constata-se que predominam servidores com cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

### **3.2.9 Projetos de Extensão no Departamento de Solos**

O Departamento de Solos da UFSM está envolvido com pesquisas em Ciência do Solo desde 1970, época de criação do então Curso de Pós-graduação em Biodinâmica do Solo. O Departamento de Solos possui uma área experimental de 35 hectares, com galpão para armazenamento de insumos, produtos e equipamentos agrícolas. O Departamento, ainda, possui laboratórios de Química e Fertilidade do Solo, Microbiologia do Solo, Biologia do Solo, Manejo do Solo, Gênese do Solo e Física do Solo e o Laboratório de Análises de Solos – LAS, que presta o serviço de análises à comunidade rural da região de Santa Maria e de todo o Estado.

Sua equipe é composta por 10 servidores TAEs e 17 docentes, atendendo aos cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Agrárias do CCR.

Entre 2015 e 2020, foram registrados um total de 20 projetos de extensão e a participação de TAEs, onde identifico no quadro a seguir.

<b>Projeto</b>	<b>TAEs Extensio nistas</b>	<b>C.H Semanal dedicada ao Projeto</b>	<b>Formação Acadêmica do TAE</b>
Análise e difusão do conhecimento em física do solo.	1	2 horas	Técnico em Agropecuária
Análises químicas, físicas e biológicas dos solos de diferentes regiões do estado do Rio Grande do Sul.	8	4 horas 1 hora 1 hora 1 hora 4 horas 4 horas 1 hora 1 hora	Mestrado Mestrado Ensino Fundamental Graduação Graduação Graduação Ensino médio Ensino Fundamental
Pesquisa participativa em solo e água em áreas de assentamentos rurais.	1	1 hora	Mestrado
Análise de nitrogênio e carbono e de isótopos estáveis de <sup>13</sup> C e <sup>15</sup> N em amostras sólidas.	2	4 horas 4 horas	Doutorado Mestrado
Avaliação de atributos químicos, físicos e biológicos em solos agrícolas.	6	20 horas 2 horas 2 horas 4 horas 20 horas	Graduação Doutorado Mestrado Graduação Ensino Fundamental
Uso e manejo dos solos da Área Didático-Experimental do Departamento de Solos.	2	4 horas	Mestrado Graduação
Avaliação de atributos químicos, físicos e biológicos em solos agrícolas.	3	4 horas 4 horas 4 horas	Graduação Graduação Ensino Fundamental
Solos arenosos: uso, manejo e conservação.	2	4 horas 4 horas	Mestrado Graduação

Fonte: Autor (2022). Informações levantadas do Portal<sup>19</sup> de Projetos UFSM.

Percebo que neste departamento há uma expressiva participação dos TAEs nas atividades de extensão, o que pode ser justificada pelos serviços de análise de solos, que são configurados como atividade de extensão universitária.

<sup>19</sup> Disponível em: <<https://portal.ufsm.br/projetos/publico/projetos/list.html;jsessionid=e086ee5805047a6c684ea87cd80b>>.

### 3.2.10 Projetos de Extensão no Departamento Tecnologia e Ciência dos Alimentos

O departamento de Tecnologia e Ciência dos Alimentos da UFSM é constituído para contribuir na formação de profissionais habilitados a trabalhar com alimentos, sendo vinculado aos seguintes cursos: Farmácia, Agronomia, Química Industrial, Medicina Veterinária, Zootecnia, Nutrição, Engenharia de Alimentos, Química Industrial de Alimentos e Curso Superior de Tecnologia em Alimentos.

Sua estrutura é composta por diversos laboratórios, de forma que dos 10 TAEs do departamento, 8 são técnicos laboratoristas. A equipe conta também com 28 docentes. Foram registrados 19 projetos de extensão, dentre eles, que no quadro a seguir, identifique os TAEs participantes.

Quadro 11 – Projetos de Extensão do Departamento de Tecnologia e Ciência dos Alimentos UFSM

Projeto	TAEs Extensio nistas	C.H Semanal dedicada ao Projeto	Formação Acadêmica do TAE
Alimentação Escolar: Universo para fomentar hábitos alimentares saudáveis.	1	1 hora	Doutorado
Controle de qualidade e valor nutricional dos alimentos, das matérias primas alimentares e subprodutos agroindustriais.	5	8 horas 4 horas 4 horas 4 horas 4 horas	Ensino Médio Graduação Graduação Graduação Ensino Médio
Fórum do Leite: rumo à excelência.	1	10 horas	Graduação
Fortalecimento da cadeia produtiva da olivicultura na região Central do Rio Grande do Sul.	1	2 horas	Doutorado
Programa de Extensão em desenvolvimento da cadeia produtiva do leite de Santa Maria.	1	2 horas	Mestrado
Fórum do setor de alimentos da quarta colônia.	1	1 hora	Mestrado
Capacitação e treinamento em técnicas bromatológicas: Uma abordagem prática.	4 horas	4 horas 4 horas	Graduação Ensino Médio
Meliponicultura: uma forma de valorizar a família do campo da região central do Rio Grande do Sul e da baixada maranhense.	1	2 horas	Graduação

Fonte: Autor (2022). Informações levantadas do Portal<sup>20</sup> de Projetos UFSM.

Ao analisar os projetos de extensão do quadro, constato que este foi o departamento com maior número de registros no período estudado. Ao ler os resumos destes projetos, percebo que em sua maioria, a extensão neste departamento, é feita através da oferta de cursos, seminários, oficinas e assistência técnica à comunidade. Percebo, também, que a maioria dos TAEs do departamento está envolvida em pelo menos 1 projeto.

### **3.2.11 Projetos de Extensão no Departamento de Zootecnia**

O Departamento de Zootecnia da UFSM foi criado em 1963, sob a denominação de Instituto de Zootecnia subordinado diretamente à Reitoria da UFSM, com 6 professores atendendo os Cursos de Agronomia e Medicina Veterinária, e com forte repercussão na comunidade através de trabalhos de extensão.

Um ponto importante para este trabalho é a presença de um Núcleo de Extensão em Zootecnia, criado no ano de 2014 com o objetivo dar suporte administrativo para o desenvolvimento de programas e projetos de extensão, realizados em alguns dos laboratórios coordenados pelo departamento de zootecnia, que visem o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento da agricultura familiar regional.

De acordo com a página do departamento, o suporte oferecido pelo Núcleo está presente na organização de reuniões com os coordenadores, divulgação das pesquisas e projetos junto aos agentes de desenvolvimento rural, de extensão e aos produtores. Bem como, a realização de cursos de capacitação e dias de campo nas áreas de Apicultura, Avicultura, Piscicultura, Ovinocultura, Suinocultura, Bovinocultura de Corte e de Leite<sup>21</sup>. O Núcleo de Extensão em Zootecnia é coordenado por 2 servidores TAEs, 1 deles zootecnista e outro agrônomo.

Em sua equipe, o Departamento de Zootecnia possui 13 servidores TAEs e 29 docentes. Entre os anos 2015 e 2020, foram desenvolvidos 22 projetos de extensão

---

<sup>20</sup> Disponíveis em: <<https://portal.ufsm.br/projetos/publico/projetos/list.html;jsessionid=e086ee5805047a6c684ea87cd80b>>.

<sup>21</sup> Disponível em: <<https://www.ufsm.br/unidades-universitarias/ccr/nucleo-de-extensao/>>.



pelo departamento, cujos projetos com a participação de TAEs estão no quadro a seguir.

Quadro 12 – Projetos de Extensão do Departamento de Zootecnia UFSM

<b>Projeto</b>	<b>TAEs Extensio nistas</b>	<b>C.H Semanal dedicada ao Projeto</b>	<b>Formação Acadêmica do TAE</b>
Agroecologia e agricultura orgânica em foco: formação acadêmica complementar.	1	1 hora	Doutorado
Gestão de resíduos sólidos recicláveis no campus da UFSM, em Camobi, Santa Maria.	2	2 horas 2 horas 3 horas	Graduação Graduação Mestrado
Desenvolvimento e avaliação de tecnologias para criação sustentável de suínos.	1	4 horas	Ensino Fundamental
Determinação do valor nutricional de forrageiras e alimentos concentrados para animais.	6	4 horas 2 horas 4 horas 2 horas 2 horas 4 horas	Doutorado Ensino Fundamental Mestrado Mestrado Ensino Fundamental Ensino Fundamental Mestrado
Divulgação do uso da lã ovina através do artesanato.	1	12 horas	Mestrado
Horta agroecológica comunitária Neide Vaz na Associação de Moradores do Residencial Dom Ivo Lorscheiter.	4	1 hora 2 horas 20 horas 16 horas	Doutorado Doutorado Mestrado Graduação
Ateliê de Tecelagem.	2	4 horas 8 horas	Mestrado Mestrado
Nutrição e saúde dos animais de companhia: Levando conhecimentos à comunidade, incentivando a guarda responsável e o não abandono.	1	2 horas	Doutorado
Uso da cama sobreposta (Deep Beding) na criação de suínos - difusão na região central do Rio Grande do Sul.	1	2 horas	Doutorado

Fonte: Autor (2022). Informações levantadas do Portal<sup>22</sup> de Projetos UFSM.

<sup>22</sup> Disponível em: <<https://portal.ufsm.br/projetos/publico/projetos/list.html;jsessionid=e086ee5805047a6c684ea87cd80b>>.

O Departamento de Zootecnia da UFSM destaca-se pelo número de projetos desenvolvidos, mas principalmente por ser o único departamento do CCR a possuir um núcleo específico dedicado ao fomento da extensão. Outro ponto que merece destaque é o fato deste núcleo ser conduzido por 2 servidores TAEs com formação em ciências agrárias, o que atende em todos os requisitos os objetivos dessa pesquisa e torna obrigatória uma entrevista elaborada, onde se possa conhecer melhor a história desse núcleo, suas funções e resultados, e compreender por que apenas o Departamento de Zootecnia tem um órgão estruturado para atender aos projetos de extensão.

Finalizada a análise quantitativa obtive o resultado de que do total de 181 TAEs no CCR, 59 participaram de pelo menos um projeto de extensão entre os anos de 2015 e 2020. Se considerarmos os TAEs que participaram de ao menos dois projetos, esse número reduz para 22. E, apenas 8 TAEs participaram de três ou mais projetos de extensão, nos últimos 5 anos.

Do total de TAEs o número de participação na extensão universitária é muito reduzido, já que a área de aplicabilidade e conhecimentos técnicos que os TAEs do CCR possuem (comprovação de titulação técnica ou de nível superior para ingressar em seus cargos), lhes possibilitando a participação efetiva na extensão.

Na análise do perfil dos técnicos participantes de projetos de extensão no CCR, a partir de uma busca rápida nos seus Currículos Lattes, é a de que a maioria tem ensino superior ao exigido para o cargo. Isso leva a algumas identificações que podem ser um dos quesitos para que se invista mais efetivamente na formação dos TAEs, com o objetivo de criar as perspectivas de engajamento e de produção e criação de projetos.

As possibilidades da atuação dos TAEs como extensionistas me levou a buscar compreender a carreira profissionais destes na universidade, que está regulamentada pelo Decreto nº 5.824, de 29 de junho de 2006, que estabelece os procedimentos para a concessão do Incentivo a Qualificação e, para a efetivação do enquadramento por nível de capacitação dos servidores integrantes do Plano de Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação. Esta lei determina o valor sobre o salário básico que será acrescentado caso o servidor conclua um curso formal de nível superior ao exigido para o cargo que ocupa. Esta lei divide os cargos Técnico-Administrativos em Educação em 10 ambientes organizacionais, quais sejam: Administrativo, Infraestrutura, Ciências Humanas, Jurídicas e Econômicas, Ciências Biológicas,

Ciências Exatas e da Natureza, Ciências da Saúde, Agropecuário, Informação, Artes, Comunicação e Difusão, Marítimo, Fluvial e Lacustre. A lei descreve quais são as atribuições para os ocupantes dos cargos de cada um desses ambientes organizacionais e a prática da extensão que está presente em todos eles, o que permite interpretar que a lei que trata sobre a progressão dos TAEs atribui a categoria a função de exercer atividades de extensão.

Usando como exemplo o Ambiente Organizacional "Agropecuário", a lei determina que os servidores são responsáveis por:

Planejamento, execução e avaliação das atividades de pesquisa e extensão e de apoio ao ensino em sala de aula, nos laboratórios, oficinas, fazenda-escola, campos de experimento ou outros espaços onde ocorram a produção e a transmissão do conhecimento no campo das Ciências Agropecuárias. (BRASIL,2006)

Sendo assim, fica atribuído aos TAEs desse ambiente organizacional, planejar, executar e avaliar atividades de extensão. O mesmo exemplo se repete para os demais ambientes organizacionais, estendendo a todos os TAEs a função de Extensionistas. Então a pergunta: Por que tão poucos TAEs se envolvem com a prática e em projetos de extensão?

É importante ressaltar uma novidade, e ao mesmo tempo, um processo de restrição com relação a participação de TAEs em projetos de extensão, que está no art. 2º e diz que:

**III - as equipes responsáveis pelo desenvolvimento dos projetos deverão ser compostas majoritariamente por professores e estudantes de graduação** da própria instituição; e **IV - a coordenação da equipe executora deverá ficar a cargo de um docente** do quadro efetivo da instituição na qual o programa ou projeto for desenvolvido. (BRASIL, 2006, grifos nossos).

Percebe-se aqui que, mesmo os servidores TAEs tendo competência legal para desenvolver atividades de extensão (garantida pela Lei nº 5.824 apresentada acima), este decreto os impede de exercer a função de coordenadores dos projetos e, não permite que haja um número maior de TAEs do que de docentes, nos projetos submetidos ao edital.

Pelo fato dessa lei ter sido aprovada depois da Lei nº 5.824, entende-se que há uma discordância entre elas, em prejuízo dos técnicos, que perdem sua função de extensionistas. Isso pode ajudar a explicar o fato de a maioria dos projetos de extensão universitária ficarem restritos a docentes e discentes, excluindo do processo

os servidores TAEs ou colocando-os em uma função coadjuvante (informação essa que é uma constatação minha e não resultado da pesquisa-avaliar-retirar).

Cabe destacar o avanço que representa este decreto para a extensão universitária, uma vez que quebrou o paradigma de considerar a extensão apenas como o oferecimento de cursos e prestação de serviços, e passou a oferecer recursos para bolsas de extensão e financiamento de projetos de interesse da comunidade.

As reflexões até aqui foram importantes para o planejamento do envio dos questionários que serão objeto de reflexão na próxima seção deste capítulo, tendo como objetivo: **Analisar e elencar aspectos (des)mobilizadores para a atuação do servidor técnico-administrativo da UFSM em atividades de extensão no CCR.**

### 3.3. COMO PENSAR A EXTENSÃO COMO POSSIBILIDADE DE ATUAÇÃO DOS E COM OS TAEs DO CCR

Após a submissão do projeto de pesquisa à banca de qualificação, e recebidas as valiosas contribuições, dei prosseguimento à pesquisa através da aplicação de um questionário eletrônico criado na plataforma Google Forms<sup>23</sup>.

O questionário foi elaborado em conjunto com a Orientadora, e foi baseado nas discussões e leituras realizadas, bem como nos apontamentos e sugestões feitas pela banca de qualificação. Busquei com este questionário dirigido aos TAEs, identificar, avaliar e quantificar a participação deles nas atividades de extensão desenvolvidas no CCR e, também, identificar quais são os fatores que limitam ou contribuem para essa participação.

O questionário foi estruturado em 15 questões, sendo 10 questões de respostas objetivas e 5 questões de respostas descritivas, divididas em 4 blocos: O primeiro bloco pretendia identificar o conhecimento dos TAEs sobre as políticas nacionais e institucionais sobre a extensão universitária. O segundo bloco tinha como objetivo quantificar a participação dos TAEs do CCR em projetos de extensão. O terceiro bloco visava identificar quais eram os fatores que incentivavam e quais os fatores que dificultavam a participação dos TAEs nos projetos de extensão. Já o quarto bloco pretendia identificar o interesse dos TAEs em participar de atividades institucionais direcionadas à formação de extensionistas.

---

<sup>23</sup> Que consta no Apêndice na íntegra.

O questionário foi enviado para a lista de e-mails dos servidores TAEs do CCR semanalmente, com o primeiro envio no dia 02 de janeiro de 2022, e o último envio, no dia 31 de janeiro de 2022. O critério para encerramento dos envios do questionário para a lista de e-mails foi a estabilização do número de respostas após 2 envios (o questionário foi enviado duas semanas consecutivas, sem que retornasse nenhuma resposta nova). Entendeu-se, com isso, que todos os servidores TAEs dispostos a contribuir com a pesquisa já o haviam feito, e os demais servidores não iriam responder ao questionário independentemente de quantos novos envios fossem realizados.

Ao todo, o questionário recebeu 16 respostas, o que representa 9% dos 178 servidores TAEs do CCR. A perspectiva de entrevistas não era atingir a maioria ou um percentual elevado, mas que pudesse engajar aqueles TAEs que estão fazendo extensão.

Considerando, também, que os respondentes representam um subgrupo bastante específico, caracterizado por constituir-se servidores com interesse pessoal no assunto de extensão universitária, posso dizer que os resultados são parciais, e que, a tendência é que a situação do grande grupo seja mais impactante no que diz respeito aos servidores que não sabem ou sabem muito menos sobre extensão universitária.

A seguir, apresento as questões/perguntas realizadas com suas respectivas respostas, acompanhadas de uma breve discussão/interpretação feita por mim, pesquisador, sobre os resultados.

Questão 1: Você já teve contato com a Política Nacional de Extensão Universitária?

Figura 7 – Gráfico 4 - Respostas da Questão 1 do Questionário



Fonte: Questionário<sup>24</sup> enviado aos TAEs do CCR.

<sup>24</sup> Disponível em: <[https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd\\_Gb3TdpT7sHiDQWdsQVubdumgk/edit](https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd_Gb3TdpT7sHiDQWdsQVubdumgk/edit)>.

<[https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-](https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd_Gb3TdpT7sHiDQWdsQVubdumgk/edit)

Esta questão buscou identificar o conhecimento dos TAEs do CCR a respeito da Política Nacional de Extensão Universitária. Considerando que a extensão constitui um dos tripés da universidade pública, e que é, portanto, um assunto que deveria transpassar e ser compreendido por todas as categorias que formam a universidade, identifiquei com esta questão que os TAEs não estão a par suficientemente deste assunto.

Ao analisar o gráfico, percebo que 50% dos TAEs que responderam ao questionário desconhecem completamente tal política, e que 25% apenas ouviram falar sobre tal tema. Os outros 25% já leram este documento, mas não lembram de seu conteúdo, uma vez que não utilizam tal política para suas atividades de trabalho. Dessa forma, observa-se que nenhum dos TAEs que respondeu a esta pesquisa conhece e/ou sabe utilizar adequadamente a Política Nacional de Extensão Universitária.

Considerando que os TAEs fazem parte de um subgrupo específico, que apresentam alguma afinidade com o assunto da extensão universitária e, por isso, aceitaram responder o questionário, pode-se inferir que os demais TAEs do CCR sabem ainda menos sobre tal política.

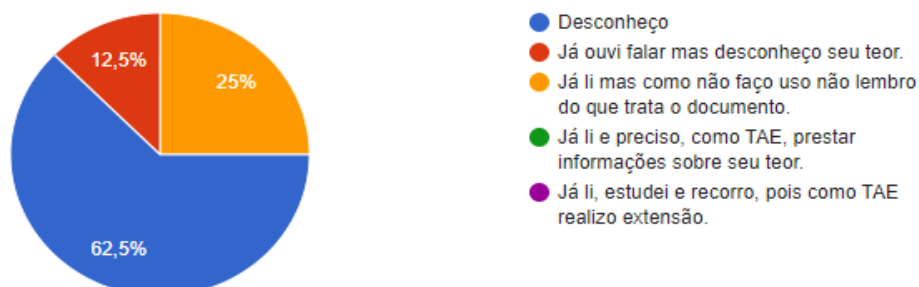
Desconhecer o documento significa ignorar um terço das atribuições das universidades. Se os TAEs conseguem realizar seus trabalhos sem conhecer esse documento, que norteia um dos tripés da universidade pública, pode-se pensar que tal documento é irrelevante para sua atuação profissional e, portanto, a extensão não tem relevância dentro de suas atividades, o que me leva a intrigar se a extensão está constituída nos espaços do centro como base do tripé para o funcionamento da instituição.

A segunda questão tinha a intenção de aferir o conhecimento dos TAEs sobre a Resolução CNE/CES nº 007/2018, que institui as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, que estabelece que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos. Para esta questão, foram observados os resultados apresentados no gráfico a seguir.

Figura 8 – Gráfico 5 - Respostas da Questão 2 do Questionário

2. Você já teve a oportunidade de conhecer a Resolução CNE/CES nº 007/2018, que Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira?

16 respostas



Fonte: Questionário<sup>25</sup> enviado aos TAEs do CCR.

Tal como na primeira questão do bloco, percebe-se o desconhecimento dos TAEs sobre esta resolução. Considerando o impacto que esta resolução possui na educação superior brasileira, destinando no mínimo 10% da carga horária dos cursos para projetos de extensão, chama a atenção o fato de que todos os respondentes desconhecem completamente ou não lembram do seu conteúdo.

No mês de abril de 2019 a UFSM aprovou sua política de extensão, que dispõe sobre as diretrizes e os objetivos da extensão na UFSM e da Pró-Reitoria de Extensão; os eixos e as linhas da extensão; a caracterização, classificação, registro e financiamento das ações de extensão; a composição e finalidade da Câmara de Extensão, das Comissões de Extensão e do Fórum Regional Permanente de Extensão; a avaliação e valorização da extensão; e a inserção das ações de extensão no ensino, no âmbito da UFSM.

A questão 3 pretendia identificar se houve a participação dos TAEs do CCR na construção do documento. Esta questão estava inserida no primeiro bloco, e tinha como objetivo identificar se os TAEs estavam a par das políticas institucionais de extensão, transportando o entendimento do macro (políticas nacionais de extensão) para o micro (política de extensão da UFSM).

Decidi deixar esta questão em aberto, para que os TAEs pudessem descrever como foi a sua participação. Os resultados colhidos foram os da imagem a seguir.

<sup>25</sup> Disponível em: <[https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd\\_Gb3TdP7sHiDQWdsQVubdumgk/edit](https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd_Gb3TdP7sHiDQWdsQVubdumgk/edit)>.

<[https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd\\_Gb3TdP7sHiDQWdsQVubdumgk/edit](https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd_Gb3TdP7sHiDQWdsQVubdumgk/edit)>.



### Figura 9 – Respostas da Questão 3 do Questionário

3. Você participou das discussões e elaboração da Política de Extensão da UFSM? Justifique por que você PARTICIPOU ou por que você NÃO PARTICIPOU das discussões.

16 respostas

Não. Não fui informado a respeito disso.
Não participei
Nao
Não participei porque não lembro de ter sido comunicado
NÃO PARTICIPOU
Não participei , pois , não fui convidado .
Não pois não tinha conhecimento do assunto
Não participei. Não sabia da data que ocorreram as discussões.
Não dispomos de tempo para participar
Não. Nunca foi atrativo os fóruns de discussão e não há estímulo para participar dessa atividade.
Não tive conhecimento.
Participei como membro de Comissão de Extensão
Não. nunca fui convidado.
Não participei, não houve oportunidade
NÃO. PORQUE NÃO TIVE INTERESSE.
Não participei das discussões, não sabia que esse assunto estava em discussão, não fui comunicado institucionalmente

Fonte: Questionário<sup>26</sup> enviado aos TAEs do CCR.

Esta questão traz respostas que considero muito importantes e representativas. Primeiramente, deve-se considerar que alguns TAEs (a exemplo do autor) não eram

<sup>26</sup> Disponível em: <[https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd\\_Gb3TdpT7sHiDQWdsQVubdumgk/edit](https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd_Gb3TdpT7sHiDQWdsQVubdumgk/edit)>.

<[https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-](https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd_Gb3TdpT7sHiDQWdsQVubdumgk/edit)



servidores da UFSM na data das discussões desta resolução, justificando a não participação nos debates.

Ao analisar a resposta dos colegas TAEs, identifico que a maioria não participou pois não foi comunicado sobre tais discussões. Isso não significa que tais técnicos participariam caso fossem convidados, mas também pode indicar um ponto a ser melhorado na comunicação institucional da UFSM, no sentido de que a instituição abra tais discussões a todos os membros da universidade.

Acredito que na época da discussão, esse convite tenha sido feito aos TAEs, e a universidade tenha dado abertura à categoria para participar dos debates, pois percebo na UFSM uma comunicação democrática e bastante efetiva feita principalmente por e-mail e suas mídias sociais. Apesar disso, um dos colegas justificou sua ausência da seguinte forma: “- Não participei pois não dispomos de tempo para participar”. Esta teria sido também a minha resposta, caso estivesse na condição de entrevistado.

Enquanto servidor da UFSM, percebo uma cultura institucional (que não está escrita, mas que pode ser sentida) de que o TAE só está trabalhando se estiver em seu ambiente específico de trabalho, e ainda, se estiver sentado na sua cadeira/laboratório/trator. Quaisquer outras atividades que sejam desenvolvidas fora desse [limitado e emparedado] espaço, não são entendidas como trabalho efetivo.

Eu e todos os demais colegas sabemos da importância de participar dos debates e sabemos também que temos direito e obrigação de contribuir, mas sentimos dificuldade de justificar isso às nossas chefias de departamento. Não dispomos de uma carga horária que nos permita agendar horários para participar das reuniões ou sair da universidade para fazer extensão. Há um entendimento de que devemos ficar em regime de plantão, no aguardo das demandas dos/as docentes e que eles são as cabeças pensantes da universidade, e que devem, portanto, decidirem pautas como as políticas de extensão.

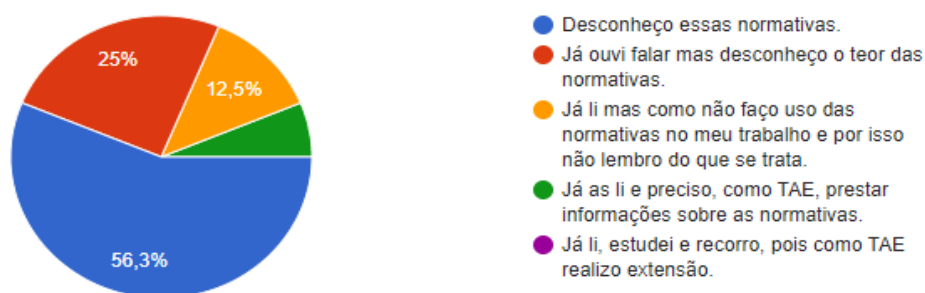
Ainda dentro do primeiro bloco de questões, foi perguntado sobre o conhecimento dos TAEs sobre as demais instruções normativas e resoluções institucionais da UFSM, que tratam sobre a extensão universitária, tais como: Instrução Normativa nº 01/2019 (com orientações técnicas para a regulamentação, registro e avaliação das ações de extensão na UFSM); Resolução nº 03/2019 (que regulamenta a inserção das ações de extensão nos currículos da graduação); Instrução Normativa nº 06/2019 da PROGRAD (com orientações técnicas para

inserção da extensão nos Projetos Pedagógicos de cursos de graduação); e, a mais recente, a Resolução UFSM nº 043/2021 (que aprova a Política Cultural de Extensão da UFSM). Onde a seguir está exposto no gráfico, bem como, as discussões que podem ser levantadas sobre os resultados inferidos.

Figura 10 – Gráfico 6 - Respostas da Questão 4 do Questionário

4. A UFSM vem criando muitas instruções, resoluções e propondo políticas de mudança cultural para a Extensão na UFSM. Exemplos são: - Instrução Normativa nº 01/2019 (orientações técnicas para a regulamentação, registro e avaliação das ações de extensão na UFSM); - Resolução 03/2019 (Regulamenta a inserção das ações de extensão nos currículos da graduação); - Instrução Normativa nº 06/2019 da PROGRAD (orientações técnicas para inserção da extensão nos projetos Pedagógicos de cursos de graduação); e - A mais recente a Resolução UFSM n. 043/2021 (aprova a Política Cultural de Extensão da UFSM) Diante dessas normativas na UFSM, escolha a afirmativa que melhor representa sua situação:

16 respostas



Fonte: Questionário<sup>27</sup> enviado aos TAEs do CCR.

Os documentos citados nessa questão são de conhecimento obrigatório àqueles que trabalham com extensão universitária, visto que todos os projetos, solicitação de recursos financeiros ou bolsistas devem ser orientados por essas políticas e instruções. Se os TAEs não conhecem estes documentos, é porque provavelmente não participam da elaboração dos projetos de extensão, dando-se sua participação apenas na parte operacional ou na condição de beneficiado. Isso me leva a pensar que são poucos os TAEs que planejam e coordenam projetos de extensão. Apenas um TAE declarou que precisa recorrer a tais documentos para exercer seu trabalho na UFSM.

<sup>27</sup> Disponível em: <[https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd\\_Gb3TdpT7sHiDQWdsQVubdumgk/edit](https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd_Gb3TdpT7sHiDQWdsQVubdumgk/edit)>.

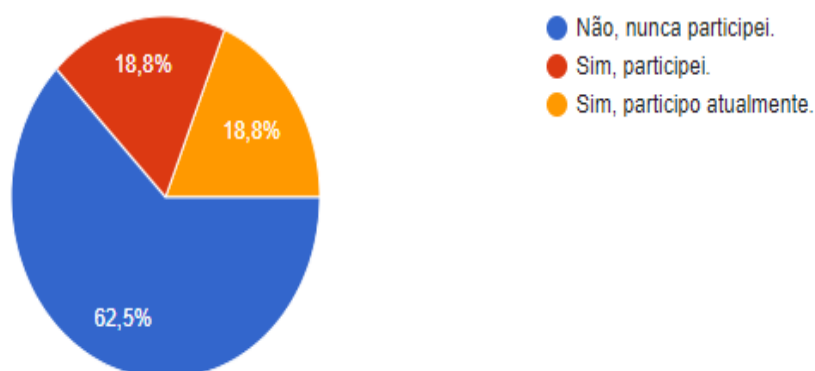
<[https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-](https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd_Gb3TdpT7sHiDQWdsQVubdumgk/edit)

O segundo bloco de questões tinha como objetivo quantificar a participação dos TAEs em atividades de extensão e identificar como se dava tal participação. A primeira questão/pergunta feita nesse bloco foi se o servidor já havia participado alguma vez de uma atividade de extensão. Para esta questão, foi gerado o gráfico a seguir.

Figura 11 – Gráfico 7 - Respostas da Questão 5 do Questionário

5. Em algum momento e/ou atualmente, como TAE participou e/ou participa de algum projeto de extensão universitária?

16 respostas



Fonte: Questionário<sup>28</sup> enviado aos TAEs do CCR.

Chama a atenção que 62% dos TAEs nunca tenham participado de nenhuma atividade de extensão desenvolvida pela UFSM. Considerando que entre os respondentes estão servidores que trabalham na instituição a mais de 10 anos, o que torna-me relevante pensar em quais foram as atividades que os mesmos desenvolveram durante esse tempo... Estariam mais dedicados ao ensino? À pesquisa? Isso faz pensar, inclusive, que a extensão universitária é vista como uma atividade de menor valor dentro da universidade. Parece-me que um servidor pode fazer toda sua carreira e se aposentar na instituição sem nunca ter participado de um projeto de extensão. Isso já não é possível quando se trata do ensino e da pesquisa, o que demonstra a predominância desses pilares dentro da universidade.

A questão número 5 foi composta de três subquestões: a questão 5.1 buscava quantificar o número de atividades de extensão que os TAEs participam atualmente;

<sup>28</sup> Disponível em: <[https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd\\_Gb3TdpT7sHiDQWdsQVubdumgk/edit](https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd_Gb3TdpT7sHiDQWdsQVubdumgk/edit)>.

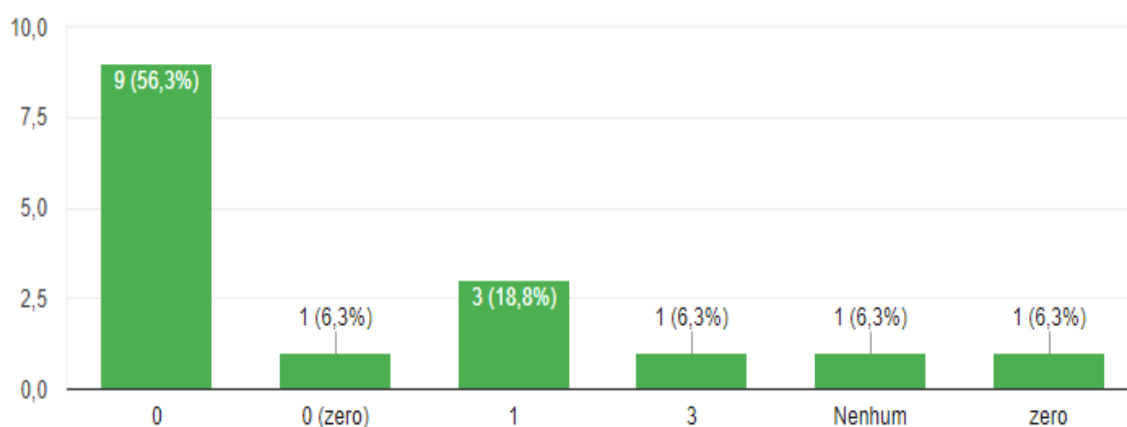
<[https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd\\_Gb3TdpT7sHiDQWdsQVubdumgk/edit](https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd_Gb3TdpT7sHiDQWdsQVubdumgk/edit)>.

a questão 5.2 buscava quantificar o número de atividades extensionistas que os respondentes participaram ao longo de suas carreiras; e, a questão 5.3 perguntava sobre quais foram os motivos que fizeram com que os TAEs deixassem de participar de atividades de extensão. As respectivas respostas das questões 5.1 e 5.2 estão representadas nos gráficos a seguir.

Figura 12 – Gráfico 8 - Respostas da Questão 5.1 do Questionário

5.1. Em números, digite quantos projetos de extensão você participa atualmente:

16 respostas



Fonte: Questionário<sup>29</sup> enviado aos TAEs do CCR.

Com base nas respostas destes TAEs, percebo que dos 16 servidores, 12 deles, ou seja, 75% não participam de nenhum projeto de extensão atualmente. Vale ressaltar que nos últimos dois anos a maioria dos Técnicos-Administrativos da universidade trabalharam de forma remota, o que pode ter contribuído para a baixa participação.

Para verificar se essa baixa participação era algo eventual, causado pela pandemia, a questão 5.2 buscava saber se os TAEs haviam participado de projetos de extensão no passado. O gráfico a seguir representa os resultados observados.

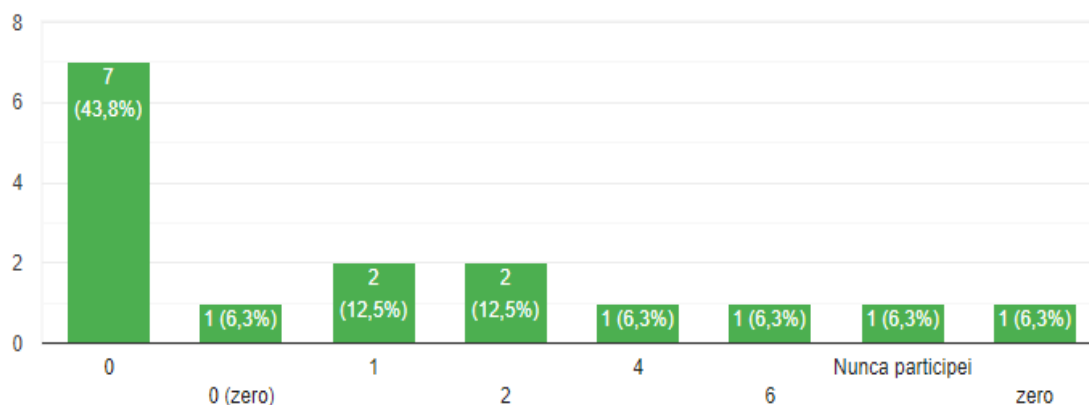
<sup>29</sup> Disponível em: <[https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd\\_Gb3Tdpt7sHiDQWdsQVubdumgk/edit](https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd_Gb3Tdpt7sHiDQWdsQVubdumgk/edit)>.

<[https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd\\_Gb3Tdpt7sHiDQWdsQVubdumgk/edit](https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd_Gb3Tdpt7sHiDQWdsQVubdumgk/edit)>.

Figura 13 – Gráfico 9 - Respostas da Questão 5.2 do Questionário

5.2. Em números, digite quantos projetos de extensão você já participou enquanto servidor TAE:

16 respostas



Fonte: Questionário<sup>30</sup> enviado aos TAEs do CCR.

Ao analisar as respostas, percebemos que dos 16 TAEs respondentes, 10 deles, ou seja, 62,5% nunca participaram de projetos de extensão, o que indica que os TAEs que não participam de extensão atualmente não o fazem devido a pandemia, mas sim porque já não participavam anteriormente. Esta questão, também tinha como objetivo identificar qual o número médio de projetos de extensão em que os TAEs participaram. Observou-se que dos 6 servidores que relataram participar de extensão, 2 deles participaram de somente uma atividade e 2 participaram de duas atividades. Somente 1 servidor relatou ter participado de seis projetos de extensão ao longo de sua carreira, destoando das médias dos demais respondentes.

Com a sequência de questões do bloco, esperava identificar se em algum momento a participação dos TAEs em extensão havia sido mais efetiva, e quais foram os motivos que inviabilizaram a continuidade da participação. Para responder esta questão, foi adicionada ao questionário a questão 5.3, apresentada a seguir.

<sup>30</sup> Disponível em: <[https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd\\_Gb3TdpT7sHiDQWdsQVubdumgk/edit](https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd_Gb3TdpT7sHiDQWdsQVubdumgk/edit)>.

<[https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd\\_Gb3TdpT7sHiDQWdsQVubdumgk/edit](https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd_Gb3TdpT7sHiDQWdsQVubdumgk/edit)>.

## Figura 14 – Respostas da Questão 5.3 do Questionário

5.3. O que fez você parar de participar de projetos de extensão universitária?

16 respostas

Nunca participei
Fui ameaçado pelo Hulk agiota
Xx
Nada
nunca participei pois nunca fui convidado
Não conseguir ter uma participação mais efetiva.
nada
alguns acabaram
Estou participando.
Estou participando.
Não há estímulo profissional para desenvolver a atividade.
Contribuição com a sociedade
Nunca participei.
não participei, nunca houve oportunidade
Falta de tempo
Nunca participei de projetos de extensão.

Fonte: Questionário<sup>31</sup> enviado aos TAEs do CCR.

Como já observado nas questões anteriores, a maioria dos TAEs nunca participou de projetos de extensão. Dentre os que participaram, 1 relatou que ‘não há estímulo profissional para desenvolver a atividade’. Ao contrário do regime de trabalho dos/as docentes, em que a extensão pode ser usada como forma de justificar as horas

<sup>31</sup> Disponível em: <[https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd\\_Gb3TdP7sHiDQWdsQVubdumgk/edit](https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd_Gb3TdP7sHiDQWdsQVubdumgk/edit)>.

trabalhadas no plano de trabalho, para os TAEs a extensão se torna uma atividade extra, pois as horas dedicadas aos projetos não são abatidas da carga horária semanal, nem há uma redução das demandas de trabalho.

De acordo com minha experiência de trabalho na UFSM, percebo que muitas vezes professores/as incluem os nomes dos TAEs em projetos de ensino/pesquisa/extensão para que se sintam na responsabilidade de dar uma maior atenção aos projetos/demandas deles, os/as professores/as. Parece acontecer uma espécie de negócio, onde o/a professor/a convida o TAE a participar de seu projeto oferecendo o benefício de 'publicações que possam ir para o Lattes', e em troca, o TAE se sente na obrigação de atender as demandas do/a professor/a com prioridade, uma vez que agora ele é um dos membros do projeto.

A questão 6, portanto, tinha como objetivo verificar se a hipótese que levantei acima acontecia na extensão universitária. E de maneira direta, perguntei acerca da forma em que o servidor TAE havia participado dos projetos. A questão e os seus respectivos resultados podem ser conferidos a seguir.

Figura 15 – Gráfico 9 - Respostas da Questão 6 do Questionário

6. Com relação a sua participação qual função foi exercida por você nos projetos de extensão que participou ou participa?

16 respostas



Fonte: Questionário<sup>32</sup> enviado aos TAEs do CCR.

<sup>32</sup> Disponível em: <[https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd\\_Gb3TdpT7sHiDQWdsQVubdumgk/edit](https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd_Gb3TdpT7sHiDQWdsQVubdumgk/edit)>.

<[https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-](https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd_Gb3TdpT7sHiDQWdsQVubdumgk/edit)

A maioria dos TAEs nunca participou de extensão universitária. Dentro os que participaram, 2 relataram que contribuíram com seus conhecimentos técnicos, 2 relataram que auxiliaram na escrita e tomadas de decisão, 1 dos TAEs foi coordenador do projeto de extensão e 2 TAEs relataram apenas ter seu nome incluído no projeto, não sabendo bem do que se tratava.

As respostas representam a perspectiva de que um subgrupo bastante específico dentro do CCR, caracterizado por possuir um conhecimento e envolvimento acima da média com a extensão universitária, pode ter criado respostas viesadas. Ao que se observa, o número de TAEs que coordenou extensão ou ajudou na escrita/articulação do projeto é inferior a 12,5%. Acredito que se essa questão/pergunta fosse feita individualmente a cada um dos TAEs, e tivéssemos 100% de respostas, esses valores seriam diferentes. O mesmo vale para as demais questões, pois acredito que todas elas apresentem um resultado viesado, devido ao número pequeno de respondentes, e também, por estas serem as pessoas que já tinham alguma relação/interesse com a extensão universitária.

As questões 7 e 8, por sua vez, buscavam identificar a percepção dos TAEs sobre sua capacidade atual de elaborar um projeto de extensão e, se dispõem de conhecimentos, habilidades e capacidade técnica para atuarem como extensionistas. Com relação a se sentirem aptos a desenvolver um projeto de extensão, as respostas foram igualmente divididas: 3 TAEs disseram se sentir aptos, 3 disseram não se sentir aptos e 3 disseram não saber responder no momento.

Figura 16 – Respostas da Questão 7 do Questionário

7. Você se sente apto para elaborar um projeto de extensão universitária?  
16 respostas

Sim
Não
Sim.
Nao
não saberia dizer
mais ou menos
sim
Não me sinto apto
Não. Somente após tomar conhecimento das normativas que regem a extensão Universitária; e em minha área de conhecimento e que esteia contemplada pela política de extensão de nossa Instituição.

Fonte: Questionário<sup>33</sup> enviado aos TAEs do CCR.

<sup>33</sup> Disponível em: <[https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd\\_Gb3TdpT7sHiDQWdsQVubdumgk/edit](https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd_Gb3TdpT7sHiDQWdsQVubdumgk/edit)>.



Um dos TAE expressou que só se sentiria apto a promover a extensão universitária, após tomar conhecimento das normativas que regem a extensão e que estivesse contemplado pela política de extensão da UFSM.

A questão 8 objetivou identificar a percepção dos TAEs sobre a capacidade dos demais colegas TAEs atuarem como extensionistas. As respostas para esta questão podem ser conferidas no gráfico a seguir.

Figura 17 – Respostas da Questão 8 do Questionário

8. Você acredita que os servidores TAEs da UFSM poderiam dentro de sua atuação trabalhar com extensão universitária?

16 respostas



Fonte: Questionário<sup>34</sup> enviado aos TAEs do CCR.

De maneira geral, os TAEs compreendem, que enquanto categoria, são capazes de atuar na condição de extensionistas na UFSM. Se somarmos as respostas: “Todos os TAEs poderiam ter em suas funções o trabalho com extensão universitária” e as respostas da alternativa: “A maioria dos TAEs poderia ampliar a sua atuação para trabalhar com extensão universitária”, percebemos que 75% dos TAEs acreditam que poderiam propor, coordenar e atuar como extensionistas.

A questão 9 buscava identificar se os TAEs possuíam algum horário especial ou liberação de atividades para que pudessem se dedicar à extensão. Percebi, então, que na maioria dos departamentos do CCR, a extensão quando realizada pelos TAEs é feita durante o horário de trabalho, mas sem que o TAE deixe de ter as mesmas

<sup>34</sup> Disponível em: <[https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd\\_Gb3TdpT7sHiDQWdsQVubdumgk/edit](https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd_Gb3TdpT7sHiDQWdsQVubdumgk/edit)>.

atribuições que já possuía anteriormente, ou seja, ao decidir se tornar um extensionista, o TAE sabe que está adicionando mais um compromisso à sua rotina de trabalho. As respostas para esta questão estão a seguir.

Figura 18 – Gráfico 11 - Respostas da Questão 9 do Questionário

9. Dentro de seu departamento, as horas dedicadas aos projetos de extensão universitária são reconhecidas por sua chefia como período de trabalho?

16 respostas



Fonte: Questionário<sup>35</sup> enviado aos TAEs do CCR.

Dos TAEs que realizam extensão, 50% participa dos projetos durante o expediente de trabalho, mas continua a desenvolver todas as demais atividades que já compunham sua atribuição. Apenas 1 TAE respondeu que: ‘Sim, justifico à minha chefia que preciso de tempo para me dedicar aos projetos de extensão e, com isso, tem redução de trabalhos como TAE’. Isso demonstra que existe uma abertura por parte das chefias e direções do CCR para que TAEs atuem como extensionistas.

A questão 11 buscou identificar se os TAEs sabiam, ao prestarem concurso público para a UFSM, que a extensão faria parte de suas atribuições enquanto servidor. As respostas aparecem a seguir.

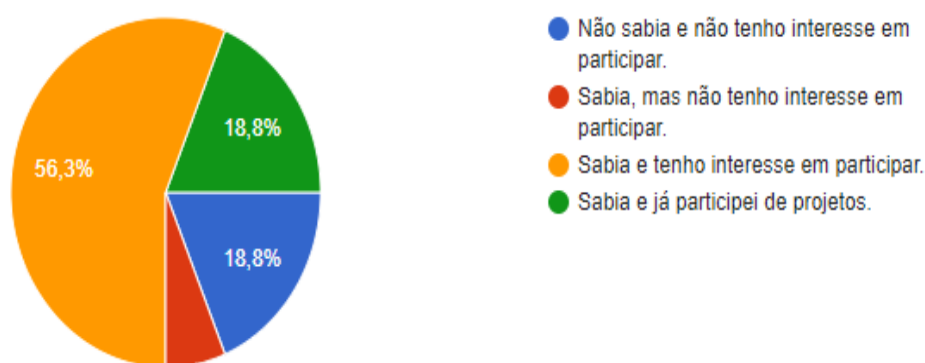
<sup>35</sup> Disponível em: <[https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd\\_Gb3TdpT7sHiDQWdsQVubdumgk/edit](https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd_Gb3TdpT7sHiDQWdsQVubdumgk/edit)>.

<[https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd\\_Gb3TdpT7sHiDQWdsQVubdumgk/edit](https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd_Gb3TdpT7sHiDQWdsQVubdumgk/edit)>.

Figura 19 – Gráfico 12 - Respostas da Questão 11 do Questionário

11. Quando você prestou concurso para a UFSM, sabia que uma de suas atribuições seria participar de projetos de extensão universitária?

16 respostas



Fonte: Questionário<sup>36</sup> enviado aos TAEs do CCR.

Pode-se verificar que a maioria dos TAEs (56,3%) sabiam que a extensão seria uma de suas atribuições enquanto servidor, mas ainda não teriam tido a oportunidade de participar de projetos. Outros 18,3% afirmaram que sabiam que a extensão fazia parte das atribuições do servidor TAE e já teriam tido a oportunidade de participar como extensionistas. Os demais respondentes (18,1%) relataram que sabiam dessa atribuição, mas não têm interesse em participar de projetos de extensão, e um TAE apenas (6,3%) disse que não sabia e não tem interesse.

Se agruparmos os TAEs que sabiam que a extensão seria uma atribuição do cargo, mas que ainda não tiveram oportunidade de participar de projetos de extensão, somados com aqueles que sabiam e já participaram de projetos, constatamos que 75% dos TAEs têm em comum o desejo e o interesse de atuarem como extensionistas.

Mas qual o motivo que desperta o interesse dos TAEs em atuarem como extensionistas? Já vimos pelas respostas anteriores e análise dos planos de carreira dos TAEs, que esta atividade não repercute em retribuição financeira ou em oportunidade de crescimento dentro da estrutura da universidade, mas, sim,

<sup>36</sup> Disponível em: <[https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd\\_Gb3TdP7sHiDQWdsQVubdumgk/edit](https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd_Gb3TdP7sHiDQWdsQVubdumgk/edit)>.

<[https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd\\_Gb3TdP7sHiDQWdsQVubdumgk/edit](https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd_Gb3TdP7sHiDQWdsQVubdumgk/edit)>.

representa um trabalho a mais, que será somado a todos os já exercidos pelo servidor. A questão 13 buscou conhecer o que então motivava os TAEs a serem extensionistas com o objetivo de mobilizar os respondentes a expressarem-se.

## Figura 20 – Respostas da Questão 13 do Questionário

13. Em sua opinião, o que motiva os servidores TAEs a participarem de projetos de extensão?

16 respostas

Teste
Xxxx
Não sei
a participação em tais projetos em nada amplia na sua carreira, ao contrário da classe docente
Inserir-se na sociedade; retorno a comunidade do investimento na universidade..
poder ajudar naquilo que temos capacidade técnica .
Hoje em dia é por incentivo do setor
Reconhecimento e vontade de fazer parte o tripé da Universidade.
Aprender e transmitir conhecimento
As vezes é a oportunidade de atuar mais dentro da própria área.
Desconheço algo que atualmente motive os servidores.
Conhecimento
Troca de experiência com o ambiente externo à nossa Instituição de Ensino.
Fazer parte de uma equipe/grupo de trabalho e quando o projeto está em sua área de formação, atuação e ou interesse.
Vontade de melhorar algo e que dê retorno financeiro pra manter e investir no projeto
Possibilidade de compartilhar seus conhecimentos com a comunidade, satisfação de realizar uma atividade em prol da comunidade.

Fonte: Questionário<sup>37</sup> enviado aos TAEs do CCR.

<sup>37</sup> Disponível em: <[https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd\\_Gb3TdpT7sHiDQWdsQVubdumgk/edit](https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd_Gb3TdpT7sHiDQWdsQVubdumgk/edit)>.

Com isso, pude constatar o alinhamento dos TAEs com a ideia de uma universidade pública e social, e a busca por transmitir os conhecimentos da universidade para a comunidade, como uma forma de retribuição aos investimentos feitos na universidade. Outros TAEs demonstram alinhamento com os princípios da extensão freiriana, baseada na troca de saberes e aproximação de realidades. Um TAE relatou que se sente motivado por poder contribuir com aquilo em que tem capacidade técnica, e outro respondeu que a extensão oferece uma possibilidade de atuar mais diretamente em sua área de formação.

Muitos servidores TAEs, principalmente os que trabalham em funções administrativas, possuem uma formação diferente da exigida para assumir o cargo. Incentivados pelo Plano de Carreira dos Servidores TAEs das IFES (Lei nº 11.091/2005). Esses servidores adquirem uma formação muito superior à exigida para o seu cargo, sendo comum encontrarmos doutores nas mais diversas áreas ocupando cargos administrativos de nível médio. Todo esse capital intelectual e investimento de recursos públicos em formação profissional, muitas vezes, é pouco ou nada utilizado pela universidade, que limita o TAE à sua função especificada na descrição sumária do cargo.

Conforme o que disseram 2 dos TAEs, às vezes, “é a oportunidade de atuar mais dentro da própria área” e “fazer parte de uma equipe/grupo de trabalho quando o projeto está em sua área de formação, atuação e/ou interesse”. Conforme as respostas dos colegas, a extensão pode ser também uma importante ferramenta para a melhoria no ambiente de trabalho do TAE, à medida que possibilita que o mesmo se sinta inserido em um grupo que compartilhe dos mesmos interesses, e se sinta realizado profissionalmente por poder ajudar a melhorar a sociedade com seu trabalho. Acredito que este ponto poderia ser mais bem explorado pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFSM, com a criação de políticas que possibilitem que as habilidades e formação dos TAEs seja direcionada para projetos de extensão, em benefício do TAE, da Universidade e de toda a comunidade.

Percebi, com as respostas anteriores, que os TAEs se consideram aptos e dispostos a atuarem como extensionistas e sabem da importância dessa prática para a sociedade e a universidade. Mas por qual motivo a participação é tão baixa? Por que 62% dos TAEs nunca participaram de projetos de extensão e 75% desconhecem completamente as políticas nacionais e institucionais de extensão? Como conseguem

realizar seu trabalho sem esses conhecimentos, já que a extensão faz parte das atribuições dos TAEs e é um dos tripés da Universidade?

A questão 12, para tanto, buscou informações para esses questionamentos. O que, na visão dos TAEs, está impedindo uma maior participação como extensionistas? E, da mesma forma que a anterior, essa questão foi estruturada para receber respostas descritivas e sem um número máximo de caracteres, para que os TAEs respondentes pudessem detalhar suas percepções sobre o tema. Assim, na figura a seguir estão as respostas obtidas.

Figura 21 – Respostas da Questão 12 do Questionário

12. Em sua opinião, o que dificulta a participação dos TAEs nos projetos de extensão?

16 respostas

Xxxc
Não sei
não são convidados pq a classe dominante na universidade é dos docentes
A concorrência com os docentes.
preconceito .
autonomia para dividir seu horario
Divulgação e reconhecimento da capacidade técnica dos superiores.
Falta de tempo e oportunidade
Falta estímulo, seja financeiro ou funcional.
Desconsideração das atividades de extensão como horas efetivamente trabalhadas.
Liberação da chefia
Melhorar a divulgação interna dos projetos de extensão de modo ser acessível aos TAEs.
A crença da maioria dos docentes em relação aos TAEs, que os consideram inferiores ou inaptos para atividades que não sejam meramente burocráticas.
Tempo ou vontade, depende do TAE
Não há estímulo, não há uma carga horaria que possa ser dedicada para as atividades de extensão, a chefia parece não gostar muito que nos ausentemos do ambiente de trabalho.

Fonte: Questionário<sup>38</sup> enviado aos TAEs do CCR.

<sup>38</sup> Disponível em: <[https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd\\_Gb3TdPT7sHiDQWdsQVubdumgk/edit](https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd_Gb3TdPT7sHiDQWdsQVubdumgk/edit)>.

Como já dito anteriormente, acredito que este conjunto de respostas seja a informação mais valiosa de toda essa pesquisa. Aqui, pude observar com certo detalhamento as dificuldades dos TAEs que desejam atuar como extensionistas.

Um dos TAEs relatou: 'Os TAEs não são convidados [a participar de projetos de extensão] porque a classe dominante na universidade é dos docentes'. Ao que sugere as leis e normas da universidade, tudo indica que tanto os Técnico-Administrativos em Educação quanto os/as docentes estão no mesmo nível, sem que um exerça sobre o outro poder ou autoridade. No entanto, no dia a dia, no trabalho, nos departamentos da UFSM, percebemos que há sim uma relação de hierarquia e subordinação entre docentes e TAEs. Talvez muitos TAEs se sintam inferiorizados ou intimidados a proporem projetos de extensão, por acreditarem que o trabalho intelectual na universidade está reservado apenas aos docentes.

Outro colega relatou algo na mesma linha, dizendo que uma das dificuldades para o TAE realizar extensão é a concorrência com os/as docentes. O problema de relações de poder entre docentes e TAEs é expresso em mais uma resposta: "A crença da maioria dos docentes em relação aos TAEs, que os consideram inferiores ou inaptos para atividades que não sejam meramente burocráticas". A intenção desta pesquisa não era identificar conflitos nos ambientes de trabalho da universidade, mas mediante tantas respostas que abordam o mesmo problema, acredito ser necessário um estudo mais detalhado sobre este assunto. Não se pode deixar passar despercebido que em um grupo de 16 respondentes, 6 declaram por vontade própria (lembrando que esta foi uma questão de respostas abertas) que sofrem limitações em suas possibilidades de atuação, que são impostas por docentes. Um dos respondentes resumiu seu sentimento em relação a isso como "preconceito" [quanto ao entendimento da capacidade dos TAEs em realizarem trabalhos intelectuais].

Dois colegas relataram que suas atuações enquanto extensionistas são dificultadas devido a "[pouca] divulgação e reconhecimento da capacidade técnica dos superiores". Outro colega aponta que "[não consegue] liberação da chefia". É válido lembrar que na maioria dos departamentos o chefe é um servidor docente.

Outro ponto citado por 3 dos TAEs foi relacionado ao tempo disponível para realizar as atividades de extensão. Um dos TAEs respondeu: "Desconsideração das atividades de extensão como horas efetivamente trabalhadas", o que retoma a um problema já discutido anteriormente, relacionado a ausência de uma política que permita o TAE a destinar uma parte de sua carga horária à projetos de extensão, para



que estes projetos não se tornem uma atividade extra em seu trabalho. Na mesma linha outro colega respondeu que “[falta] autonomia para dividir seu horário”, se referindo também à diferença existente entre TAEs e docentes em relação à forma como estas classes podem organizar seu devido tempo de trabalho.

O ‘tempo’ como fator limitante esteve presente nas respostas (de mais de 3 colegas) que disseram: “Falta tempo e oportunidade [para atuarem como extensionistas]” e “Tempo ou vontade depende do TAE”. Estas respostas têm em comum o fato de apresentarem a falta de tempo como fator limitante, mas divergem quanto às oportunidades: um dos colegas relata que faltam oportunidades para que os TAEs participem, enquanto outro acredita que a ‘falta de vontade’ de alguns TAEs é um dos principais fatores limitantes à participação.

A expressão ‘falta de estímulo’ aparece em 2 respostas: um dos TAEs aponta que “Falta estímulo, seja financeiro ou funcional”, uma vez que as horas dedicadas à extensão não são válidas para progressões funcionais. Mesmo trabalhando em uma instituição acadêmica, o Currículo Lattes dos TAEs não tem valor algum para suas progressões, ou seja, mesmo que o TAE se dedique com afinco à pesquisa e a extensão, isso em nada irá contribuir para seu plano de carreira, nem somar horas para suas progressões funcionais. A Lei nº 11.091 de 2005, que regulamenta o plano de carreira dos TAEs, privilegia apenas cursos e formações com carga horária superior a 20 horas. Isso abre a possibilidade de que o TAE opte por fazer um curso EAD com foco único em receber o certificado, para que possa acumular as horas necessárias à sua progressão. Acredito que seria mais adequado que as atividades de ensino, pesquisa e extensão fossem utilizadas para as progressões, estimulando assim, a participação e o desenvolvimento de projetos.

Um TAE apresentou sua resposta de maneira mais detalhada, onde escreveu: “[a participação em extensão é dificultada pois] Não há estímulo, não há uma carga horária que possa ser dedicada para as atividades de extensão, a chefia parece não gostar muito que nos ausentamos do ambiente de trabalho”. Da mesma forma que os demais colegas, este servidor relatou se sentir desestimulado a se dedicar a extensão devido à ausência de uma carga horária que possa ser dedicada aos projetos, possivelmente pelos motivos já relatados acima. Este servidor também trouxe outro ponto importante: relatou sentir que sua chefia se incomoda com o fato de que os servidores TAEs se ausentam de seu ambiente de trabalho. É impossível que as atividades de extensão sejam realizadas exclusivamente nos ambientes de trabalho



dos TAEs, pois se assim fosse, não seria extensão. A extensão pode ocorrer dentro da universidade, mas deve, preferencialmente, atravessar os muros desta e buscar a comunidade. Se for para ficar fechado dentro de sua sala, é impossível fazer extensão. A própria palavra extensão, na análise semântica feita no início do livro de Paulo Freire, demonstra que ela deve acontecer 'além-muros'.

Cria-se então, um impasse entre chefia e TAE. Percebo que nos departamentos há uma cobrança de que o servidor TAE esteja sempre em seu ambiente de trabalho, e as eventuais ausências, quaisquer que sejam os motivos, não são bem-vistas pelos colegas. O TAE que deseja atuar como extensionista precisa ter coragem para enfrentar e se defender dos apontamentos que recebe, e justificar constantemente o que está fazendo fora de seu local de trabalho, em um horário que 'deveria estar trabalhando', independentemente de que esta saída eventual tenha acontecido para participar de alguma comissão, debates de políticas da universidade, assembleias de classe ou participar de extensão universitária.

Diante do exposto, é surpreendente que tantos TAEs (75%) demonstrem interesse em atuar como extensionistas. Isso demonstra um espírito altruísta e motivado, e é uma preocupação da categoria em retribuir à sociedade seus investimentos em pesquisa, ensino e tecnologias. Demonstra que mesmo limitados e sem estímulos, os TAEs do CCR estão alinhados com a missão de nossa universidade, de "construir e difundir conhecimento, comprometida com a formação de pessoas capazes de inovar e contribuir com o desenvolvimento da sociedade, de modo sustentável".

Com esta questão, posso concluir que os fatores que limitam a participação dos TAEs em atividades de extensão são: falta de tempo, falta de estímulos financeiros ou funcionais, falta de uma carga horária que possa ser destinada exclusivamente para extensão e a presença de uma hierarquia que não deveria existir, mas que é sentida, onde fica implícito que o trabalho dos TAEs deve se limitar a atividades burocráticas ou braçais, ficando o trabalho intelectual restrito aos docentes.

A hipótese da falta de estímulos à atuação dos TAEs como extensionistas já havia sido pensada anteriormente pelo pesquisador, pois este sente e compartilha das mesmas opiniões que foram expressas pelos colegas. Dessa forma, perguntou-se aos TAEs do CCR se sentiam falta de uma política institucional de estímulo à participação como extensionistas. De maneira unânime, os TAEs responderam que sim e que achavam muito importante tal política, conforme pode ser verificado a seguir.

Figura 22 – Gráfico 12 - Respostas da Questão 10 do Questionário

10. Você gostaria que a UFSM implementasse uma política de incentivo aos TAEs para fomentar sua participação como extensionistas?

16 respostas



Fonte: Questionário<sup>39</sup> enviado aos TAEs do CCR.

É unânime que existe uma insatisfação dos TAEs com as políticas atuais de extensão da UFSM, pois os mesmos não se sentem contemplados por tais políticas e nem motivados a participarem de atividades de extensão. Os TAEs têm interesse de serem mais atuantes na extensão, colocando seus conhecimentos técnicos e habilidades à disposição da universidade, para que juntos promovam iniciativas capazes de fomentar a extensão e beneficiar a sociedade.

Os TAEs relataram que gostariam de ser incluídos nos projetos, ou então, ter a possibilidade de desenvolver seus próprios projetos de extensão. Sendo que, na última questão, buscava identificar o interesse dos TAEs em participar de um curso que promovesse a formação e a capacitação dos TAEs para atuarem como extensionistas. Esta questão objetivou confirmar o real interesse dos TAEs, pois ao se disporem a participar de um curso de formação extensionista, compreende-se que o desejo de atuar na extensão seria legítimo. Os resultados, então, a partir daí, podem ser observados a seguir.

<sup>39</sup> Disponível em: <[https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd\\_Gb3TdpT7sHiDQWdsQVubdumgk/edit](https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd_Gb3TdpT7sHiDQWdsQVubdumgk/edit)>.

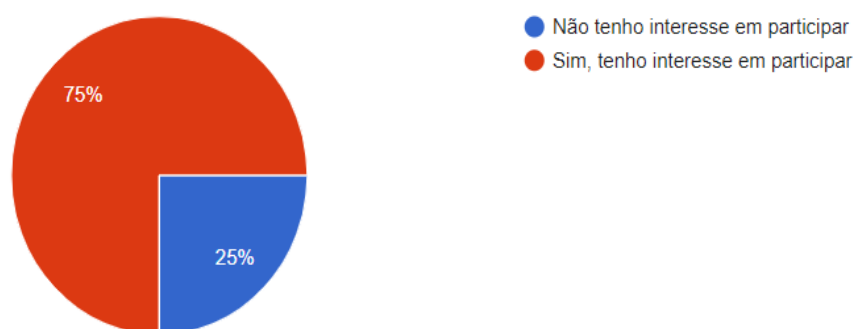
<[https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd\\_Gb3TdpT7sHiDQWdsQVubdumgk/edit](https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd_Gb3TdpT7sHiDQWdsQVubdumgk/edit)>.

Figura 23 – Gráfico 13 - Respostas da Questão 14 do Questionário

14. Você teria interesse em participar de um projeto de extensão que promovesse um curso institucional sobre "Extensão Universitária", com foco na "atuação dos TAEs na extensão universitária"?



16 respostas



Fonte: Questionário<sup>40</sup> enviado aos TAEs do CCR.

Fica nítido que os TAEs do CCR têm um grande interesse em compartilhar seus conhecimentos através da extensão. Possivelmente nos outros centros os mesmos resultados sejam encontrados. Temos pessoas muito qualificadas e dispostas a atuarem como extensionistas, desejosas de contribuir com a sociedade e de se sentirem mais valorizadas em seus ambientes de trabalho. É preciso apenas tensioná-las a acreditar na possibilidade e construir um processo de formação para isso.

A palavra extensão foi repetida quase que exaustivamente nesta parte do texto, na análise e discussão da percepção sobre a participação dos TAEs na extensão, no CCR. Mas, eis que chegou o momento de encerrar o capítulo e introduzir o próximo, que será o último desta dissertação. Chegou a hora de apresentar um produto que transforma: algo prático, palpável e aplicado. E qual a melhor forma de concluir uma pesquisa sobre extensão, que não seja com uma prática extensionista ou um curso de extensão? Creio que não há!

Convido, portanto, o/a leitor/a a conhecer o produto final deste trabalho de pesquisa. Uma proposta de intervenção derivada de quase 3 anos de estudos, trocas, pesquisas, [des]construções e investimento público. Assim, com imensa alegria e um sentimento de realização pessoal próprio, encerro a última obrigação com o mestrado,

<sup>40</sup> Disponível em: <[https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd\\_Gb3TdpT7sHiDQWdsQVubdumgk/edit](https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd_Gb3TdpT7sHiDQWdsQVubdumgk/edit)>.

<[https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd\\_Gb3TdpT7sHiDQWdsQVubdumgk/edit](https://docs.google.com/forms/d/1eid03m4q-0loKVYUd_Gb3TdpT7sHiDQWdsQVubdumgk/edit)>.

a partir de um projeto de extensão, algo que me fez adentrar, permanecer, lutar, questionar, e, com muito orgulho, conquistar meu espaço de extensionista dentro da Universidade Federal de Santa Maria.

#### **4. CONCLUSÃO DA PESQUISA: AGORA APARECE O PRODUTO - PROJETO DE EXTENSÃO “DO PLANTIO À COLHEITA: A FORMAÇÃO DE TAEs EXTENSIONISTAS NO CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**

##### **4.1 APRESENTAÇÃO**

Inquietava-me quando criança a lógica da agricultura. Era uma tarde no início de minha quarta ou quinta primavera, e como todos os anos, a natureza recompensou aos que sobreviveram ao inverno, dando-lhes fartura de aromas, sabores e alimentos nutritivos. O galpão onde estávamos ia se enchendo de abóboras, cebolas, morangas, trigo e batatas. As abóboras e morangas eram empilhadas em cima das palhas de milho, que absorviam sua umidade e evitavam o apodrecimento. As cebolas, feitas réstias e penduradas em uma vara de cerne de cocão feita pelo meu tataravô. O trigo era amarrado em feixes... Aguardava pacientemente de cabeça para baixo a vinda do vizinho com sua trilhadeira para debulhar seus grãos. Do lado da máquina de debulhar milho ficavam as batatas, espalhadas pelo chão ('batatinha quando nasce'...).

Era ali, naquele cenário, que estávamos eu e minha nona... As dezenas de anos de trabalho pesado na agricultura foram 'recompensadas' em sua velhice com um severo problema de coluna, que limitava a maioria de seus movimentos. Eu era, portanto, o seu auxiliar na maioria das tarefas, onde formávamos uma parceria imbatível: ela com sua experiência quase secular, mas com um corpo debilitado, que me ensinava tudo que sabia da 'roça', enquanto eu, com meu esqueleto novo e flexível, e 'cabeça de esponja', ia executando e absorvendo tudo que conseguia.

A tarefa daquela tarde, em específico, era simples: eu deveria caminhar pelo monte de batatas e ir escolhendo e selecionando as maiores e mais bonitas. Assim, pegava quantas cabia em minhas mãos e levava para a nona, que colocava-as cuidadosamente em um saco de ráfia. Aquelas seriam as batatas destinadas ao plantio do próximo ano. Seriam as batatas que iriam nos garantir mais um ano de alimento, força e vida. Assim era feito e refeito todos os anos... um processo... Contudo, algo que me pareceu um equívoco...

- .....
- *Nona, por que a gente não come essas batata bonita ao invés de plantar? Nós vamos guardar as feia para nós e dá as boa pra terra!*
  - *Sim, mas se a gente planta as bonita, as que nasce o ano que vem vão sé ainda mais bonita.*
  - *Mas tem pé de batata que dá só uma batata, o que que adianta eu plantar então? Aquele dia que as vaca escaparam na roça elas comeram um monte de pé de batata também, as furniga comeram também. Se a gente tivesse guardado e comido as batata grande, pra nós era mais vantagem.*
  - *Sim, às vez se perde uns pé, em ano de seca se perde quase tudo. Mas se uma dessas batata bonita consegui cresce, ela vai dá 20 batata boa. Aí ano que vem ao invés da gente tê só uma batata boa vamos tê 19. Uma vam guarda para a planta de novo.*
- .....

Aqui, em especial, peço licença para o uso deste vocabulário nesta parte de meu texto. Espero que as demais páginas escritas sejam suficientes para comprovar meu domínio da língua e o compromisso com o lugar acadêmico da/na pesquisa. Mas, estas linhas servirão como uma homenagem a minha nona que tanto me ensinou e, também, como uma forma de lembrança de quem eu sou, de onde vim e onde foram forjados meus valores...

A agricultura estimula a generosidade e a crença no futuro. Se não fosse a esperança de dias melhores, prósperos e fartos, o que faria com que um agricultor deixasse de lado seu desejo de comer a melhor espiga de milho, os melhores grãos de feijão, as melhores batatas, reservando-as para semente? A minha nona não tinha certeza se estaria viva na próxima safra, teria que passar por mais um inverno antes disso, mas sabia que alguém estaria, que alguém iria aproveitar da sua abnegação, ou do seu investimento.

A crença nas boas sementes nos fez evoluir enquanto sociedade. Por milhares de anos os agricultores plantaram suas melhores sementes e ensinaram isso aos seus descendentes, e deu certo. O milho que era produzido pelos Incas não tinha mais que 20 grãos por espiga, mas todos os anos os agricultores guardavam as sementes daquelas espigas mais produtivas, de forma que hoje temos espigas com mais de 600 grãos. O mesmo se aplica no plantio de batatas, bananas e aipim. Nossa sociedade

desfruta de um nível de segurança alimentar nunca obtido na história da civilização, e deve isso fielmente aos agricultores e pesquisadores do passado e do presente. Agricultores e pesquisadores, agricultores pesquisadores, pesquisadores das universidades, agricultores nas universidades.

Durante todo meu mestrado muito me preocupei se este trabalho teria algum proveito a alguém, se deixaria uma boa semente para a próxima safra. Por muitas vezes julguei que não, que tudo teria sido apenas um desperdício dos recursos públicos que foram investidos em minha formação, e desrespeito com o escasso tempo de minha Orientadora, que generosamente me acolheu e acreditou na minha pesquisa...

Nesta reta final, me afastei do ambiente acadêmico, voltei para minha casa e minha vida de agricultor, e foi de lá que escrevi estes últimos dois capítulos. As lembranças das tardes no galpão com a minha nona me trouxeram a tranquilidade de pensar como ela pensava: não é preciso que todas as batatas plantadas vinguem, já plantamos sabendo que algumas serão perdidas. Já plantamos sabendo que algumas não darão frutos. Mesmo assim plantamos, e plantamos o que temos de melhor, pois sabemos que aquelas que prosperarem darão tantos frutos que irão compensar todas aquelas que se perderam.

A semente do produto deste mestrado é a melhor que eu tenho neste momento, mas que certamente será inferior à semente que terei daqui 10 anos. Mas preciso plantá-la hoje e cultivá-la pelo maior tempo possível, melhorando e qualificando ano a ano, passo a passo. O que irei plantar é uma semente da Extensão Universitária para e entre os TAEs da UFSM... Uma semente que já demonstrou ter um terreno fértil para se reproduzir e espaço para crescer. Como forma de plantio, irei escolher um projeto de extensão universitária. Meu terreno será o Centro de Ciências Rurais da UFSM, o tão mencionado CCR. A forma de cultivo será através de encontros quinzenais de formação e discussão. Como é a primeira vez que esta semente é plantada, não sabemos ainda quais serão os frutos, mas espera-se que sejam colhidas vigorosas sementes multiplicadoras da extensão universitária.

Como produto final deste mestrado profissional apresento, então, o Projeto de Extensão “Do Plantio à Colheita: A Formação de TAEs extensionistas no Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Maria”.

O projeto a seguir está apresentado no formato do modelo de projetos de extensão que a UFSM solicita oficialmente, e tenho também o projeto disponível no Portal de Projetos da UFSM.

## 4.2 O PROJETO DE EXTENSÃO: “DO PLANTIO À COLHEITA: A FORMAÇÃO DE TAEs EXTENSIONISTAS NO CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA”.

### 4.2.1 Resumo

A extensão, juntamente com o ensino e a pesquisa, faz parte do tripé que constitui a universidade pública brasileira. A universidade, por sua vez, é formada por estudantes, docentes e servidores Técnico-Administrativos em Educação, todos responsáveis por desenvolverem atividades que contemplem todas as áreas de atuação da universidade. No entanto, quando se observa o percentual de servidores TAEs da UFSM que participam de projetos de extensão universitária, constata-se que a participação é pequena. Este trabalho é o produto final de um mestrado em Políticas Públicas e Gestão Educacional, onde o autor buscou identificar quais são os fatores que motivam e desestimulam a participação dos TAEs em projetos de extensão universitária no CCR/UFSM. Durante as pesquisas deste mestrado, constatou-se que os servidores TAEs têm interesse em participar dos projetos de extensão, mas são limitados por fatores como: falta de estímulo das chefias, excesso de trabalho e dificuldades de conciliar seu trabalho com a carga horária necessária ao projeto. Muitos servidores alegaram, também, desconhecer essa possibilidade e não se sentirem capacitados no momento para coordenar projetos de extensão. A proposta deste projeto de extensão é elaborar uma formação que incentive, oriente e direcione a participação dos TAEs enquanto extensionistas. A iniciativa terá início no CCR/UFSM, e posteriormente, será estendida às demais unidades da instituição. Pretendo com este projeto que a ideia da atuação dos TAEs enquanto extensionistas seja multiplicada na universidade, sensibilizando os demais colegas que ainda não se atentaram a essa possibilidade.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Técnico-Administrativo em Educação.



#### 4.2.2 Identificação

- a) Tipo de Ação de Extensão: Projeto de Extensão.
- b) Identificação de órgãos ou instituições ou entidades envolvidas na ação: Universidade Federal de Santa Maria.
- c) Área temática e linha(s) de extensão: Área temática 04 - EDUCAÇÃO. Linha de Extensão: 04.07 - Temas específicos: Formação de Servidores Técnico-Administrativos em Educação.
- d) Local de Execução: Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Maria.
- e) Período de execução: 01/06/2022 à 31/12/2022.
- f) Equipe de trabalho: Douglas Vicente Alchieri, Técnico-Administrativo em Educação - Coordenador; Leandra Bôer Possa, Docente, Coorientadora, Colegas TAEs, Participantes.
- g) Público: Servidores Técnico-Administrativos em Educação, do Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Maria.

#### 4.2.3. Introdução do projeto de extensão

A origem deste projeto de extensão remonta a chegada do autor, servidor TAE Técnico em Agropecuária, na UFSM, no ano de 2019, vindo de outra instituição de ensino (IFRS). Em seu trabalho anterior, o servidor desempenhava cargo igual ao que foi aprovado para a UFSM, e participava e coordenava projetos de extensão universitária desenvolvidos com agricultores do município, e com detentos de um presídio regional.

Ao chegar na UFSM, este servidor percebeu que colegas TAEs que já trabalhavam há anos, ou mesmo décadas, na instituição, não tinham conhecimento sobre as possibilidades de atuação enquanto extensionistas, e muitos deles nunca haviam participado dos projetos de extensão desenvolvidos pela universidade. Percebeu também que a cultura organizacional da instituição criava obstáculos não palpáveis, mas existentes, para a participação dos TAEs em extensão, tais como: desencorajamento por parte dos colegas, falta de flexibilidade nos horários por parte da chefia, acúmulo de trabalho em caso de participar de atividades fora da instituição, e entendimento por parte de muitos colegas TAEs de que o servidor TAE possui como

função exclusiva assessorar o/a docente em suas atividades de ensino e pesquisa, sem autonomia e/ou capacidade para desenvolver seus próprios projetos.

O servidor ingressou no mesmo ano de 2019 no curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão educacional, oferecido pelo Centro de Educação da UFSM, onde realizou leituras e desenvolveu uma pesquisa sobre a participação dos servidores TAEs do CCR/FSM enquanto extensionistas, chegando às seguintes conclusões: O corpo de servidores Técnico-Administrativos em Educação da UFSM é composto por profissionais com formação de excelência, aprovados em concursos públicos bastante disputados e que buscam constantemente se aperfeiçoar dentro do ambiente acadêmico. No entanto, este potencial intelectual é pouco utilizado nos projetos de extensão da UFSM. Prova disso é a baixa participação dos servidores TAEs em projetos de extensão universitária.

De acordo com dados obtidos durante a realização deste mestrado, dos 144 servidores TAEs do CCR/UFSM, apenas 59 participaram de 1 projeto de extensão, nos últimos 5 anos. Quando se verifica quantos TAEs participaram de 3 ou mais projetos de extensão, descobre-se que esse número foi de apenas 8 servidores, já incluídos os TAEs que participaram apenas na condição de alunos de cursos ou seminários, ou seja, não tiveram uma participação ativa na condição de propositores/coordenadores de ações extensionistas. Sendo assim, percebe-se que há uma baixa participação dos TAEs nos projetos de extensão do CCR/UFSM, o que pode ser considerado um desperdício de recursos humanos dentro da universidade.

Durante a pesquisa do mestrado, foi aplicado um questionário que identificou o interesse dos servidores TAEs em atuarem como extensionistas. Identificou-se, também, que há uma demanda por parte dos TAEs de cursos de capacitação voltados para a formação de extensionistas.

Observando esse anseio dos TAEs em desenvolver e participar de extensão universitária, e reconhecendo o substancial benefício que esta participação traria para a UFSM e a comunidade, foi criado este projeto de extensão, com o objetivo de capacitar os TAEs e fomentar sua participação nos projetos de extensão universitária.

Este projeto de extensão dialoga com o ensino e a pesquisa, uma vez que é fruto de uma pesquisa de mestrado desenvolvida na UFSM. O projeto dialoga com o ensino, pois será oferecido em forma de curso de formação/capacitação voltado inicialmente para servidores do CCR/UFSM, e posteriormente, havendo demanda, poderá ser estendido à toda a comunidade acadêmica.

O projeto de extensão será denominado “Do Plantio à Colheita: A Formação de TAEs extensionistas no Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Maria”, em virtude da proximidade e identificação desses servidores com termos relacionados à agricultura. O projeto será desenvolvido através de um curso com duração de 40 horas, dividido em encontros presenciais, web-conferências e atividades de estudos individuais.

#### **4.2.4. Objetivos**

Este projeto de extensão tem como objetivo fomentar a participação dos servidores TAEs nas atividades de extensão universitária na Universidade Federal de Santa Maria.

- OBJETIVO GERAL: Elaborar e implementar um curso de extensão que capacite os servidores TAEs do CCR/UFSM para que estes atuem como extensionistas na universidade.
- OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Criar um curso de extensão que apresente aos TAEs as possibilidades de atuação enquanto extensionistas; Construir as possibilidades para os servidores TAEs em seu potencial atuarem em projetos de extensão; Capacitar os servidores TAEs para que estes sejam capazes de elaborar seus próprios projetos de extensão; Fomentar projetos de extensão no CCR/UFSM, e posteriormente, nos demais centros de ensino da UFSM; Dialogar com as chefias dos centros para que incentivem seus servidores TAEs a participar de atividades de extensão universitária; Criar um grupo de discussão de servidores TAEs extensionistas; Incentivar para a criação da primeira política nacional de incentivo à atuação dos TAEs na extensão universitária; Propor uma política de extensão universitária para os TAEs da UFSM.

#### **4.2.5. Justificativa do Projeto de extensão**

A extensão universitária, juntamente com o ensino e a pesquisa, forma o que se convencionou chamar de tripé das universidades públicas. As universidades, por sua vez, são instituições produtoras e transmissoras de conhecimentos, onde a principal ‘matéria prima’ é o recurso humano, ou seja, as pessoas que fazem parte da

instituição. As pessoas nas universidades estão organizadas em três grupos, com algumas características que os diferem, mas não os tornam distintos, quais sejam: Discentes, Docentes e Técnico-Administrativos em Educação. Para que a universidade cumpra seus objetivos e suas funções sociais, essas três categorias devem trabalhar alinhadas e de maneira igualitária, dividindo suas atribuições dentre atividades que representem e atendam os pilares da universidade

Dada essa paridade de funções e atribuições, o que se espera encontrar é uma divisão igualitária dentre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, uma vez que todas têm um mesmo peso e importância na universidade. Espera-se encontrar, também, uma paridade na participação de Discentes, Docentes e TAEs nestas atividades. No entanto, ao consultarmos os números da UFSM, constatamos algumas distorções que merecem uma análise mais aprofundada.

Ao verificar o Portal<sup>41</sup> UFSM em números percebi uma discrepância entre o número de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Os projetos de pesquisa representam 66% dos projetos desenvolvidos na universidade, enquanto os projetos de ensino representam 11% e os projetos de extensão contribuem com 20% deste total. Constatei, com estes números, que a UFSM tem uma grande atuação na pesquisa, em detrimento ao ensino e à extensão.

Em pesquisa realizada pelo autor deste projeto, observou-se, também, que dentre os/as Discentes, Docentes e TAEs, a participação não se dá de forma igualitária nos projetos desenvolvidos pela universidade. A pesquisa feita no CCR/UFSM concluiu que a participação dos servidores TAEs nos projetos de extensão é quase inexpressiva. No levantamento feito, constatei que 62% dos TAEs nunca participaram de atividades de extensão. Dentre os que participaram, a maioria (75%) teve participação em apenas um projeto durante toda sua carreira na UFSM.

Percebi, com estes dados, que a extensão universitária ocupa uma posição de menor importância dentro da UFSM, e que os servidores TAEs não possuem uma atuação constante e efetiva nesse pilar da universidade. Questionei, portanto, quais são as causas que colocam a extensão universitária nessa posição de inferioridade, bem como quais são os fatores impeditivos para que mais projetos sejam desenvolvidos e possibilitem a participação dos servidores TAEs.

---

<sup>41</sup> Disponível em: <<https://portal.ufsm.br/ufsm-em-numeros/publico/index.html>>.

Nesta mesma pesquisa, constatei que os servidores TAEs têm interesse em atuarem como extensionistas, mas em sua maioria não se sentem preparados para elaborar e conduzir um projeto de extensão. Ao mesmo tempo, 75% dos respondentes afirmaram que têm interesse em participar de um curso de extensão universitária com foco na formação de TAEs extensionistas no âmbito do CCR/UFSM.

Considerando o alto nível de formação dos TAEs da UFSM, bem como a concorrência dos concursos públicos realizados para a universidade e os salários atrativos pagos pela instituição, depreende-se que dentre os TAEs da UFSM temos um grande capital humano, com relevantes habilidades técnicas e conhecimentos em suas áreas de atuação.

Cheguei, então, aos fatores que justificam e fundamentam este projeto de extensão: de um lado, tem-se o baixo número de projetos de extensão na UFSM (quando comparado à pesquisa), somado à baixa participação dos servidores TAEs nestes projetos. Por outro lado, tem-se um corpo técnico formado por profissionais de referência em suas áreas, com um alto nível de formação e dispostos a atuarem como extensionistas na universidade, mas que não conhecem o caminho pelo qual devem percorrer para tornarem-se extensionistas.

Surge, então, a demanda deste curso de extensão, que visa capacitar os servidores TAEs do CCR/UFSM para que estes sejam capazes de liderar ações de extensão e contribuir com seus conhecimentos, habilidades, motivação e desejo de participar de maneira mais efetiva das atividades-fim da UFSM. Com esta formação, espera-se, também, um aumento no número de cursos de extensão oferecidos pela UFSM, uma vez que ao final do curso, os TAEs participantes terão condições de coordenar seus próprios projetos de extensão, contribuindo para toda a sociedade na medida em que colocam seus conhecimentos à disposição desta, usando a extensão universitária como ferramenta de desenvolvimento social, divulgação científica e troca de conhecimentos.

Com o aumento no número de projetos, os estudantes da universidade também serão beneficiados, na medida em que terão maiores oportunidades de adquirir experiência em extensão e concorrer a bolsas disponibilizadas pelos projetos. Sabendo das dificuldades de implementação que a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 vem enfrentando nas universidades, a participação efetiva dos TAEs na extensão iria contribuir também para que se atingisse o mínimo de 10% de atividades de extensão nos currículos de graduação.

#### 4.2.6. Metodologia de ação do projeto de extensão

O curso de extensão “Do Plantio à Colheita: A Formação de TAEs extensionistas no Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Maria” já tenta trazer em seu nome um pouco de como se dará sua metodologia. Ao usar em seu título palavras que remetem a agricultura, este curso pretende promover uma abordagem aprofundada das ideias, conceitos e práticas de extensão universitária, apresentando estes conteúdos em um formato que seja análogo e aplicado ao cotidiano dos TAEs do CCR, que se relacionam com a agricultura mais do que como meio de trabalho, mas sim como uma vocação e escolha de vida.

Na agricultura nada é mais importante do que a semente. Sem a semente, o solo, a água, o ar e a luz solar são substâncias inertes, cadeias de moléculas químicas limitadas e estáticas. É na semente que está a vida, na semente que está a esperança e o novo, a chance de evolução e mudança.

O curso será desenvolvido em etapas que serão chamadas de ‘épocas’, evoluindo desde a ‘época do plantio’ até a ‘época da colheita’. Este curso terá uma carga horária total de 42 horas, divididas em 8 encontros presenciais, com duração de 4 horas e 10 atividades de estudos individuais (com carga horária de 1 hora cada). Os encontros serão quinzenais e os dias dos encontros presenciais serão definidos em conjunto com os participantes, mediante seleção de dias e horários no formulário de inscrição. Os encontros presenciais serão realizados nos auditórios do CCR e as atividades individuais de estudo serão disponibilizadas na plataforma Google Classroom.

A descrição das atividades de cada época e os planos de atividades do projeto serão devidamente apresentados a seguir.

##### 4.2.6.1. *Época 1: Escolha das sementes*

Relembrando as tardes no galpão com minha nona, quando selecionávamos as melhores batatas para o plantio, será a época destinada à escolha das sementes que iremos trabalhar ao longo do curso. Porém, ao contrário do que os agricultores fazem, esta seleção não será feita pelo semeador, e sim, pela ‘semente’. As ‘sementes’ serão convidadas através de seus endereços eletrônicos e redes sociais, bem como por cartazes de divulgação, onde aquelas que se sentirem tocadas pelo

convite poderão realizar sua inscrição para o curso, mediante submissão via formulário eletrônico, que será disponibilizado na plataforma Google Forms. Neste formulário serão solicitadas informações básicas de contato, e também, sugestão de dias e horários para a realização dos encontros presenciais.

Tanto no e-mail de convite, quanto no formulário de inscrição, estará disponível um vídeo de apresentação do curso, onde ao confirmar a inscrição, a dita 'semente' irá receber o material básico para sua 'germinação', composto pelo conteúdo programático do curso e material introdutório, que será desenvolvido por meio de uma 'linguagem agrícola', visando com isso, aproximar e despertar interesse no curso.

#### 4.2.6.1.1 Plano um da atividade extensionista de formação

<b>DADOS DO CURSO</b>
<p><b>Instituição:</b> Universidade Federal de Santa Maria  <b>Curso:</b> Do Plantio à Colheita: A Formação de TAEs extensionistas no Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Maria  <b>Extensionista:</b> Douglas Vicente Alchieri  <b>Data:</b> 01/06/2022  <b>Duração:</b> 2 horas</p>
<b>TEMA</b>
<p>Época 1: Envio dos convites, seleção das sementes e apresentação de conteúdos introdutórios motivadores.</p>
<b>OBJETIVOS</b>
<p><b>Geral:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Comunicar aos TAEs do CCR sobre a oferta do curso e receber as inscrições dos interessados.</li> </ul>
<p><b>Específicos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar a divulgação do curso através de e-mail institucional e cartazes no CCR/UFSM;</li> <li>- Disponibilizar um sistema de inscrição online;</li> <li>- Disponibilizar as alternativas de dias e horários do curso;</li> <li>- Disponibilizar vídeo de apresentação do curso;</li> <li>- Encaminhar material de boas-vindas aos inscritos.</li> </ul>
<b>CONTEÚDO</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Importância da extensão universitária;             <ol style="list-style-type: none"> <li>1.1 Breve relato da história da extensão universitária;</li> <li>1.2 Apresentação da importância da extensão universitária para a universidade e sociedade.</li> </ol> </li> </ol>



<b>METODOLOGIA DE ENSINO</b>
Inicialmente será enviado um convite para participação no curso através do e-mail institucional dos servidores. O convite também será feito via cartazes em locais de uso comum. O convite conterá um link que irá direcionar o interessado para a página de inscrições. O formulário de inscrições estará disponível em formulário do Google Docs. Neste mesmo formulário, o participante poderá escolher o dia e horário que julgar mais adequado para os encontros. Ao finalizar sua inscrição, o participante terá acesso a um vídeo de boas-vindas informando detalhes do curso, e também, um material introdutório que irá abordar, de maneira leve e receptiva, aspectos da importância da extensão universitária.
<b>AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM</b>
A avaliação desta etapa será feita através da contabilização do número de inscritos.
<b>RECURSOS NECESSÁRIOS</b>
Cartazes, computador, conta Google, celular com câmera de boa qualidade.
<b>REFERÊNCIAS</b>
DEUS, Sandra de. <b>Extensão universitária: trajetórias e desafios</b> . Santa Maria, RS: Ed. PRE-UFSM, 2020. FREIRE, Paulo. <b>Extensão ou comunicação</b> . 13ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. SOUSA, Ana Luiza Lima. <b>A história da extensão universitária</b> . 2ª ed. Campinas, SP. Editora Alínea, 2010. p. 138. TAVARES, Christiane Andrade Regis, FREITAS, Katia Siqueira de. <b>Extensão Universitária: O patinho feio da academia?</b> Jundiaí, Paco Editorial, 2016. p. 156.

#### 4.2.6.2. *Época 2: Recepção das 'sementes', apresentação do 'plano safra' e apresentação das 'raízes' da extensão universitária*

O lugar destinado ao armazenamento das sementes é sempre escolhido com muito carinho. Por mais desorganizado que seja o agricultor, sempre reserva para as sementes um cantinho limpo, seco e arejado dentro de seu galpão. Ele entende da importância deste cuidado pré-plantio, pois sabe que pode perder capacidade de germinação e vigor caso não o faça.

Embora não se preocupe em expor seu próprio corpo ao sol forte nos dias de verão, nem reclame de caminhar amassando o barro com geada no inverno, não faz o mesmo com as sementes. Para colocar suas sementes na terra, o agricultor escolhe com astúcia e cuidado o dia do plantio: deve ser um dia de sol primaveril, logo depois de uma chuva, preferencialmente enquanto as saracuras ainda cantam e o 'mormaço' sirva para avisar a semente de que é hora de acordar. Nesse momento se desvalha



de toda a rudeza de sua profissão e com seus dedos duros pega uma a uma as sementes e deposita-as na cova recém-aberta. É iniciada mais uma safra.

Como faz o agricultor no dia do plantio, esta atividade tem como objetivo propiciar um momento especial às 'sementes', para que estas se sintam valorizadas e bem recebidas no que representa o início de nossa safra. Neste primeiro encontro daremos as boas-vindas aos participantes e com muito afeto iremos nos apresentar e iniciar a formação de um grupo de TAEs extensionistas.

Será apresentado o que convencionamos chamar de 'plano safra' do curso, que compreende às informações de horários, datas, conteúdos que serão estudados e assuntos gerais.

Posteriormente, será apresentada as 'raízes' deste curso, rememorando a história da extensão universitária no mundo, no Brasil e na UFSM. Para contar essa história, será utilizada a dinâmica do "Pintinho Acadêmico e Pintinho Pirr" (em anexo).

Ao final do encontro, será disponibilizado na plataforma Google Classroom um resumo didático do capítulo 2 desta dissertação, discorrendo sobre a história e evolução da extensão universitária.

#### 4.2.6.2.2 Plano dois da atividade extensionista de formação

DADOS DO CURSO
<p><b>Instituição:</b> Universidade Federal de Santa Maria  <b>Curso:</b> Do Plantio à Colheita: A Formação de TAEs extensionistas no Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Maria  <b>Extensionista:</b> Douglas Vicente Alchieri  <b>Data:</b> 15/06/2022  <b>Duração:</b> 5 horas</p>
TEMA
<p><b>Época 2:</b> Recepção das 'sementes', apresentação do 'plano safra' e apresentação das 'raízes' da extensão universitária.</p>
OBJETIVOS
<p><b>Geral:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Recepção dos participantes, apresentação do curso e apresentação da história da extensão universitária.</li> </ul>
<p><b>Específicos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Diálogo introdutório com apresentação do extensionista e apresentação individual dos participantes;</li> </ul>

- Apresentação da pesquisa de mestrado que deu origem a este curso;
- Apresentação da história da extensão universitária no mundo e na UFSM.

### CONTEÚDO

1. Apresentação do curso
  - 1.1 Apresentação da história e da pesquisa que deram origem a este curso.
2. História da Extensão Universitária
  - 2.1 Surgimento da Extensão Universitária;
  - 2.2 A Extensão Universitária no início do século XX;
  - 2.3 A Extensão Universitária nas ditaduras brasileiras;
  - 2.4 A Extensão Universitária na reabertura da política brasileira;
  - 2.4 O legado da UFSM para a extensão universitária brasileira;
  - 2.4 A Extensão Universitária na atualidade;

### METODOLOGIA DE ENSINO

Nesta aula será utilizada a dinâmica do “Pintinho Acadêmico e o Pintinho Pirr” (dois personagens criados para representar as diferenças e problemas de comunicação entre a academia e os agricultores). Estes personagens servirão para contar a história da extensão universitária desde seu surgimento até os dias atuais. Será feita uma apresentação em Powerpoint com o intuito de facilitar e fixar os conteúdos mediante a apresentação de imagens, documentos e vídeos. Será realizada a exposição dialogada do conteúdo, com espaço para questionamentos, críticas e solução de dúvidas. Ao final, os participantes receberão o material para estudos individuais, composto por um texto com um resumo dos assuntos apresentados em aula. Será disponibilizado no Google Forms um questionário para fixação dos conhecimentos.

### AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

- A avaliação será feita participação dos estudantes contribuindo na exposição, perguntando e respondendo;
- Pelas respostas obtidas no questionário disponibilizado no Google Forms.

### RECURSOS NECESSÁRIOS

Quadro branco, pincel, projetor multimídia, computador, conta Google.

### REFERÊNCIAS

DEUS, Sandra de. **Extensão universitária: trajetórias e desafios**. Santa Maria, RS: Ed. PRE-UFSM, 2020.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. 13ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária**. 2ª ed. Campinas, SP. Editora Alínea, 2010. p. 138.

TAVARES, Christiane Andrade Regis, FREITAS, Katia Siqueira de. **Extensão Universitária: O patinho feio da academia?** Jundiaí, Paco Editorial, 2016. p. 156.

#### 4.2.6.3. *Época 3: O “Contínuo solo-planta-atmosfera” e a regulamentação legal da extensão universitária (Parte 1)*

Desde que o primeiro ser vivo vegetal desenvolveu uma estrutura molecular denominada de estroma, permitindo as trocas gasosas entre plantas e ambiente, o “Contínuo solo-planta-atmosfera” (SPAC) se tornou uma lei da natureza, capaz de descrever o movimento da água nesse sistema. Por milhares de anos a humanidade plantou e colheu se valendo do SPAC mesmo sem conhecê-lo e entendê-lo. Dito isso, sujeita-se o leitor a pensar que entender o sistema solo-planta-atmosfera é desnecessário, visto que por milhares de anos a agricultura se desenvolveu sem que fosse preciso estudá-lo.

Mas o fato é que após dominarmos esta ciência e tratá-la como uma lei da natureza, foi possível aumentar a produção agrícola mundial em mais de 50 vezes, e a escassez de alimentos que sempre foi um problema da sociedade e fator motivador de milhares de guerras, foi substituído por outro problema: o excesso de alimentos que deu origem a sociedade mais obesa da história até o momento.

Tal como na agricultura, o trabalho do extensionista pode ser feito mesmo sem que o TAE tenha grandes conhecimentos sobre o assunto. Mas para que esse trabalho produza resultados consistentes e seja capaz de impactar a sociedade, considero fundamental que os servidores conheçam os documentos que normatizam a prática extensionista nas universidades públicas brasileiras.

Em pesquisa feita com os TAEs do CCR identificou-se que nenhum dos servidores conhece ou se recorda dos documentos relacionados à extensão universitária, seja no âmbito nacional ou na esfera da UFSM. Dessa forma, torna-se impraticável que o servidor TAE consiga articular seu trabalho com a prática extensionista, uma vez que não conhece quais são os limites e as possibilidades de sua atuação.

Esta época tem como objetivo apresentar aos participantes as principais leis, decretos, regulamentos e políticas que embasam e orientam a extensão universitária. Espera-se que com estes conhecimentos os TAEs consigam visualizar espaços potenciais de ação e pontos que precisam ser melhorados dentro da UFSM.

Entendendo que este tema é mais cansativo de ser estudado e visando melhor organização didática, proporcionar maior fluidez no assunto e possibilitar discussões, esta época será dividida em duas partes: na parte 1 será abordado as leis e os

decretos da extensão universitária em âmbito federal. Na parte 2, serão estudadas as políticas nacionais de extensão e as políticas de extensão da UFSM.

#### 4.2.6.3.1 Plano três da atividade extensionista de formação

<b>DADOS DO CURSO</b>
<p><b>Instituição:</b> Universidade Federal de Santa Maria  <b>Curso:</b> Do Plantio à Colheita: A Formação de TAEs extensionistas no Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Maria  <b>Extensionista:</b> Douglas Vicente Alchieri  <b>Data:</b> 01/07/2022  <b>Duração:</b> 5 horas</p>
<b>TEMA</b>
<p>Época 3 (Parte 1): O “Contínuo solo-planta-atmosfera” e a regulamentação legal da extensão universitária.</p>
<b>OBJETIVOS</b>
<p><b>Geral:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Estudo das leis e decretos que regulamentam a extensão universitária brasileira.</li> </ul>
<p><b>Específicos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Contextualização histórica do surgimento de cada lei;</li> <li>- Discussão sobre a aplicabilidade das leis e decretos na UFSM;</li> <li>- Discussão sobre as possibilidades de atuação dos TAEs em extensão, amparados pelas leis e decretos</li> </ul>
<b>CONTEÚDO</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. As leis e decretos que regulamentam a extensão universitária em âmbito federal             <ol style="list-style-type: none"> <li>1.1 Decreto nº 19.851, de 11/04/1931;</li> <li>1.2 Constituição Federal, de 05/10/1988;</li> <li>1.3 Lei nº 9.394, de 20/12/1996;</li> <li>1.4 Lei nº 10.172, de 09/01/2001;</li> <li>1.5 Decreto nº 5.854, de 29/06/2006;</li> <li>1.6 Decreto nº 6.495, de 30/06/2008;</li> <li>1.7 Lei nº 11.892, de 29/12/2008;</li> <li>1.8 Lei nº 13.005, de 25/06/2014;</li> <li>1.9 Lei nº 13.535, de 15/12/2017.</li> </ol> </li> </ol>
<b>METODOLOGIA DE ENSINO</b>
<p>Nesta aula será feita uma análise dos pontos que tratam sobre a extensão universitária nos decretos e leis do governo federal. Inicialmente será feita uma contextualização do momento histórico em que a lei foi aprovada, visando compreender quais eram as políticas de estado e governo daquele momento histórico, e como essas políticas influenciaram o entendimento da extensão universitária. Posteriormente serão abordados os artigos que tratam sobre extensão em cada uma das leis. Será discutido com a turma quais são as possibilidades e dificuldades para que os TAEs se adequem às leis e decretos, e como elas incentivam/limitam a participação dos TAEs na extensão.</p>

Será disponibilizado como material de estudo individual um quadro resumo das leis, que será impresso e entregue aos participantes.

Como atividade de reflexão crítica, os participantes deverão responder um questionário que será disponibilizado no Google Forms apresentando sugestões de texto que deveriam ser incluídos/excluídos nas leis e decretos estudados.

#### AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

- A avaliação será feita através da análise da interação dos participantes, contribuindo na exposição, perguntando e respondendo;
- Pelas respostas obtidas no questionário disponibilizado no Google Forms.

#### RECURSOS NECESSÁRIOS

Quadro branco, pincel, projetor multimídia, computador, conta Google, folhas de papel A4 e impressora.

#### REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.172**, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. 2001.

Brasil. **Decreto-lei nº 5.854**, de 29 de junho de 2006. Estabelece os procedimentos para a concessão do Incentivo à Qualificação. 2006.

Brasil. **Decreto-lei nº 6.495**, de 30 de junho de 2008. Institui o programa de Extensão Universitária - PROEXT. 2008.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008.

BRASIL. **Lei Federal nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. p. 25.

#### 4.2.6.4. Época 3: A Política Nacional de Extensão Universitária e a Política de Extensão Universitária da UFSM (Parte 2)

Dando continuidade, neste encontro, serão estudadas as políticas que determinam diretrizes da extensão universitária.

##### 4.2.6.4.1 Plano quatro da atividade extensionista de formação

#### DADOS DO CURSO

**Instituição:** Universidade Federal de Santa Maria

**Curso:** Do Plantio à Colheita: A Formação de TAEs extensionistas no Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Maria

**Extensionista:** Douglas Vicente Alchieri

**Data:** 15/07/2022

**Duração:** 5 horas

### TEMA

Época 3 (Parte 2): O “Contínuo solo-planta-atmosfera” e a regulamentação legal da extensão universitária. Política Nacional de Extensão Universitária e Política de Extensão Universitária da UFSM.

### OBJETIVOS

**Geral:**

- Estudo das políticas que estabelecem as diretrizes para a extensão universitária.

**Específicos:**

- Contextualização histórica do surgimento da Políticas Nacionais de Extensão;
- Discussão sobre a implementação das Políticas Nacionais e Institucional;
- Discussão sobre as possibilidades de atuação dos TAEs em extensão, amparados pelas políticas estudadas.

### CONTEÚDO

1. Política Nacional de Extensão Universitária (2012)
2. Política de Extensão Universitária da UFSM (2009)

### METODOLOGIA DE ENSINO

Nesta aula será feita uma análise da política nacional e institucional de extensão universitária. Inicialmente será feita uma contextualização do momento histórico em que as políticas foram aprovadas, visando compreender quais eram as políticas de estado e governo daquele momento histórico e como essas políticas influenciaram o entendimento da extensão universitária. Será discutido com a turma quais são as possibilidades e dificuldades para que os TAEs sejam contemplados por essas políticas e como elas incentivam/limitam a participação dos TAEs na extensão.

Será disponibilizado como material de estudo individual um quadro resumo das políticas, que será impresso e entregue aos participantes.

Como atividade de reflexão crítica, os participantes deverão responder um questionário que será disponibilizado no Google Forms apresentando sugestões de texto que deveriam ser incluídos/excluídos nos textos estudados.

### AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

- A avaliação será feita através da análise da interação dos participantes, contribuindo na exposição, perguntando e respondendo;
- Pelas respostas obtidas no questionário disponibilizado no Google Forms.

### RECURSOS NECESSÁRIOS

Quadro branco, pincel, projetor multimídia, computador, conta Google, folhas de papel A4 e impressora.

REFERÊNCIAS
<p>FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO (FORPROEX). <b>Política Nacional de Extensão Universitária</b>. 2012.</p> <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. <b>Resolução nº 6</b>, de 29 de abril de 2019. Aprova a Política de Extensão da Universidade Federal de Santa Maria. 2019.</p>

#### 4.2.6.5. *Época 4: “O dia de campo”: dia de conhecer o trabalho que vem dando resultado na lavoura do vizinho*

Camisa nova, bota nova, chapéu novo. Quem vê o cuidado com as vestimentas, o ânimo e a pontualidade com que chega, é capaz de imaginar que aqueles senhores e senhoras têm algum compromisso na justiça, na igreja ou são convidados de alguma festa de bodas. Mas hoje não tem juiz, não tem padre e nem aniversariante. O clima festivo e leve é promovido pelo dia de campo que está acontecendo na terra do vizinho.

Para estes trabalhadores que não saem de casa para nada, estas senhoras e senhores, humildes, francos e valentes, os dias de campo são momentos de reunião, aprendizado e partilha. Saem de suas casas de ouvidos e coração abertos para ouvir o que o palestrante do dia tem a dizer. Em alguns momentos não conseguem segurar o orgulho que sentem quando descobrem que o palestrante, é também, professor na universidade onde o filho estuda. É o momento em que as pesquisas são apresentadas ao seu público final, em que a extensão permite o elo entre a pesquisa e o ensino.

Escutam atentamente tudo. O palestrante usa a lavoura do anfitrião como exemplo e conta como foi possível obter aqueles resultados. Conta todas as dificuldades do processo, as superações e quais serão os próximos desafios. Os agricultores encerram o dia de campo encorajados, dispostos a colocar em prática o que aprenderam, pois já viram que aquela novidade funcionou na lavoura do vizinho. Sabem que terão algumas particularidades nas suas lavouras, mas com sua esperança e força do braço serão capazes de superá-las.

Os dias de campo são ferramentas muito usadas na extensão rural, pois permitem que os agricultores vejam e experienciem as novidades e tecnologias. Essa prática funciona especialmente quando aplicada dentro de comunidades do mesmo

município ou microrregião, pois encoraja os agricultores a adotarem as mudanças apresentadas, afinal, 'se o vizinho conseguiu eu também consigo'.

A proposta desta 'época' do curso é reproduzir a dinâmica de um 'dia de campo', momento no qual os participantes possam conhecer o trabalho de sucesso que já vem sendo feito pelos 'vizinhos', visitar, dialogar e trocar experiências com os colegas TAEs que já desenvolvem projetos de extensão na UFSM.

Os palestrantes desse 'dia de campo' serão os TAEs do CCR/UFSM que coordenam ou já coordenaram projetos de extensão no Centro. O evento irá acontecer no Jardim Botânico da UFSM, por ser este um local que se assemelha ao espaço de um 'dia de campo rural', e ainda, por lá serem desenvolvidos diversos projetos de extensão coordenados por TAEs.

Espera-se com esta atividade que os participantes identifiquem quais foram as dificuldades que os colegas enfrentaram em suas jornadas como extensionistas, e também, de que forma foram superadas.

#### 4.2.6.5.1 Plano cinco da atividade extensionista de formação

DADOS DO CURSO
<p><b>Instituição:</b> Universidade Federal de Santa Maria  <b>Curso:</b> Do Plantio à Colheita: A Formação de TAEs extensionistas no Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Maria  <b>Extensionista:</b> Douglas Vicente Alchieri  <b>Data:</b> 13/08/2022  <b>Duração:</b> 5 horas</p>
TEMA
<p>Época 4: "O dia de campo": dia de conhecer o trabalho que vem dando resultado na lavoura do vizinho.</p>
OBJETIVOS
<p><b>Geral:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Possibilitar trocas de experiências entre os TAEs que já atuam como extensionistas e os extensionistas em formação.</li> </ul>
<p><b>Específicos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificar formas encontradas pelos TAEs extensionistas para superar as dificuldades de atuação na extensão universitária;</li> <li>- Promover um momento de vivência prática aos participantes que nunca participaram de projetos de extensão;</li> <li>- Utilizar os exemplos de sucesso dentro da UFSM como fator motivador.</li> </ul>



<b>CONTEÚDO</b>
1. Palestras sobre a atuação de servidores TAEs como extensionistas
<b>METODOLOGIA DE ENSINO</b>
<p>Neste encontro os participantes irão conhecer ações de extensão universitária coordenadas por TAEs do CCR. O encontro será no formato de 'um dia de campo', onde os participantes irão visitar todos os projetos de extensão coordenados por colegas TAEs. Serão convidados palestrantes capazes de contar sobre as dificuldades enfrentadas e a forma de superação que permitiram o trabalho como extensionista. Os palestrantes irão apresentar seus projetos e será aberto espaço para discussão e troca de experiências.</p> <p>O evento acontecerá no Jardim Botânico da UFSM.</p> <p>Espera-se com esta atividade que os servidores TAEs sintam-se motivados e encorajados a desenvolver seus próprios projetos de extensão. Será criada uma rede de apoio congregando os TAEs extensionistas e aqueles que ainda estão em processo de formação.</p>
<b>AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A avaliação será feita através da análise das dúvidas e debates gerados durante as palestras.</li> </ul>
<b>RECURSOS NECESSÁRIOS</b>
Sala de eventos no Jardim Botânico da UFSM, quadro branco, pincel, computador e projetor multimídia.
<b>REFERÊNCIAS</b>
<p>FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO (FORPROEX). <b>Política Nacional de Extensão Universitária</b>. 2012.</p> <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. <b>Resolução nº 6</b>, de 29 de abril de 2019. Aprova a Política de Extensão da Universidade Federal de Santa Maria.</p>

#### 4.2.6.6. *Época 5: Agricultura convencional X Agricultura orgânica: As diferentes formas de percepção das pragas*

Há um debate acirrado no CCR entre aqueles que defendem a agricultura orgânica e aqueles que defendem a agricultura convencional. Num primeiro momento será pertinente a reflexão sobre porque chamamos a agricultura que utiliza químicos de convencional, uma vez que 'convencionalmente' por mais de dez mil anos a agricultura orgânica foi a única praticada no mundo, dado que os agroquímicos surgiram somente no século XX. Sendo assim, a agricultura convencional deveria ser a orgânica, e a agricultura química deveria receber um nome mais apropriado.

Dentre todas as diferenças nesses dois modelos de cultivar, me atentarei nesses próximos parágrafos em um detalhe em especial: a diferença entre a “pessoa agricultor químico” e a “pessoa agricultor orgânico”.

Antes da humanidade decidir cercar uma área de terra e chamar aquele espaço de ‘sua lavoura’, as plantas se reproduziam livremente nos ambientes mais favoráveis ao seu desenvolvimento, e os insetos, pragas, doenças e plantas daninhas eram apenas fatores naturais responsáveis por manter o equilíbrio do meio ambiente.

Ao cercar sua lavoura, a humanidade passou a tomar todas as medidas possíveis para que nenhum ser vivo atrapalhasse a plantação, fosse ele seu vizinho, animais domésticos, outras plantas indesejadas, insetos ou mesmo bactérias, vírus e fungos. O homem conseguiu manter seu vizinho afastado de sua plantação criando leis que garantem a propriedade privada, mas por milhares de anos não conseguiu o mesmo acordo com os animais e plantas daninhas. A humanidade deu a esses seres vivos indesejados o nome de “pragas agrícolas” e declarou a elas uma guerra mortal, que por milhares de anos buscou tecnologias capazes de exterminá-las.

Mas a humanidade conseguiu criar antes um produto capaz de dizimar seu semelhante do que as pragas. Durante a Segunda Guerra Mundial, com o grande desenvolvimento da indústria química usada para extermínio de pessoas, percebeu-se que tal tecnologia poderia ser usada para, enfim, eliminar as pragas agrícolas. A humanidade conseguiu, então, o que buscava há milênios: uma lavoura onde o único ser vivo era a planta cultivada pelo agricultor.

A busca pelo equilíbrio é uma constante na natureza, e rapidamente as ‘pragas’ conseguiram se adaptar, exigindo que o agricultor aplicasse um veneno mais potente. O veneno mais potente veio, e novamente as pragas se adaptaram, num ciclo vicioso. O veneno ficou tão potente que começou a matar o agricultor, enquanto as pragas continuaram se adaptando e sobrevivendo. Surgiu então dois tipos de ‘pessoa agricultor’: a ‘pessoa agricultor químico’ e a ‘pessoa agricultor orgânico’, com visões distintas sobre o que significa plantar alimento.

A “pessoa agricultor orgânico” entende que tudo aquilo que é prejudicial para a sua lavoura deve ser eliminado imediatamente, com medidas drásticas de controle. Ele não tolera a concorrência com outros seres vivos em sua lavoura. A lavoura deve ser o mais homogênea possível, e preferencialmente todas as plantas devem ser clones umas das outras para que inexistam variabilidades genéticas. Para este agricultor, nos milhares de hectares de sua plantação, deve existir apenas e somente

a planta que ele escolheu produzir. Essa lógica de extermínio e ausência de diversidade vai contra toda a evolução natural dos seres vivos. Este agricultor não se preocupa com possíveis efeitos residuais de agrotóxicos nos alimentos que produz. Para ele uma lavoura limpa vale mais do que um alimento limpo.

Em outra vertente, temos o 'agricultor orgânico'. Este agricultor entende que as diferenças, a diversidade e a concorrência de outros seres vivos fazem parte da lógica da natureza, e, portanto, é natural que isso aconteça também em sua lavoura. Este agricultor entende que é normal sua lavoura ser atacada por pragas, e sabe que até um certo nível isso nem chega a ser prejudicial. Ele se sente confortável ao encontrar uma larva no fruto que vai comer, pois entende que se a larva não morreu, ele também não morrerá ao comer aquele fruto. Ele entende que a concorrência com as pragas sempre irá existir, e ao invés de eliminar as pragas, busca fortalecer suas plantas.

Peço desculpas ao leitor por estender tanto uma discussão de cunho agrícola em uma dissertação que trata sobre a extensão universitária, mas como a proposta deste curso é a formação de TAEs do CCR, busco em todas as 'épocas' um fator que seja motivador para o debate, especialmente por este assunto ter sido um dos principais achados desta pesquisa.

Nesta época do curso falaremos sobre as 'pragas' que prejudicam a participação dos TAEs em projetos de extensão universitária, pois como já visto no capítulo 4, há uma série de fatores que desmotivam/limitam esta participação, tais como: preconceito, concorrência com os/as docentes, ausência de carga horária que possa ser destinada aos projetos, falta de reconhecimento da chefia, ausência de estímulos funcionais e financeiro, dentre tantos outros.

Neste encontro serão abordadas estratégias de combate a essas "pragas" através da filosofia do 'agricultor orgânico': ao invés de tentarmos eliminá-las, buscaremos alternativas para seu controle, equilíbrio e convivência pacífica. Ao invés de travarmos uma batalha pela sua destruição, buscaremos alternativas que tornem os TAEs uma 'planta' mais forte.

Para colaborar com estas discussões, serão convidados membros da Pró-Reitoria de Extensão, da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e da Direção do CCR, para que em conjunto possam ser esclarecidas dúvidas e pensadas alternativas que viabilizem a maior participação dos TAEs enquanto extensionistas.

#### 4.2.6.6.1 Plano seis da atividade extensionista de formação

<b>DADOS DO CURSO</b>
<p><b>Instituição:</b> Universidade Federal de Santa Maria  <b>Curso:</b> Do Plantio à Colheita: A Formação de TAEs extensionistas no Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Maria  <b>Extensionista:</b> Douglas Vicente Alchieri  <b>Data:</b> 26/08/2022  <b>Duração:</b> 5 horas</p>
<b>TEMA</b>
<p>Época 5: Agricultura convencional X Agricultura orgânica: as diferentes formas de percepção das pragas.</p>
<b>OBJETIVOS</b>
<p><b>Geral:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Discussão de fatores que desmotivam/limitam a participação dos TAEs em projetos de extensão.</li> </ul>
<p><b>Específicos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Apresentação dos resultados observados na pesquisa sobre fatores que desmotivam/limitam a participação dos TAEs em projetos de extensão;</li> <li>- Discussão sobre os resultados observados e proposição de alternativas dentro da filosofia do 'agricultor orgânico';</li> <li>- Promover uma mesa redonda com a participação de TAEs, da Pró-Reitoria de Extensão, Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e da Direção do CCR para debater mudanças que possam ser implementadas visando favorecer a participação dos TAEs como extensionistas.</li> </ul>
<b>CONTEÚDO</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Resultados da pesquisa "Interações dos TAEs do CCR/UFSM com a Extensão Universitária"</li> <li>2. Diferentes abordagens para solução dos problemas identificados na pesquisa</li> </ol>
<b>METODOLOGIA DE ENSINO</b>
<p>Neste encontro será feita a apresentação dos dados observados na pesquisa "Interações dos TAEs do CCR/UFSM com a Extensão Universitária". Serão analisadas as respostas referentes aos fatores que desmobilizam/limitam a participação dos servidores TAEs enquanto extensionistas. Para que a atividade seja conduzida de maneira leve e propositiva, será utilizado como fator motivador do debate: "as diferenças de concepção no enfrentamento de pragas nas agriculturas convencional e orgânica". Espera-se, com isso, que os TAEs se sintam à vontade para apresentar sua favorável ou contrária nas discussões realizadas.</p> <p>Para este encontro serão convidados representantes da Pró-Reitoria de Extensão, da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e da Direção do CCR com o objetivo de dirimir eventuais dúvidas ou interpretações inadequadas. Será proposto um debate entre os participantes e representantes das Pró-Reitorias e Direção do CCR, visando identificar alternativas que possam ser implementadas para fomentar a participação dos TAEs na extensão.</p>

<b>AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A avaliação será feita através da análise dos encaminhamentos feitos durante os debates.</li> </ul>
<b>RECURSOS NECESSÁRIOS</b>
Sala de eventos no CCR/UFSM, quadro branco, pincel, computador e projetor multimídia.
<b>REFERÊNCIAS</b>
<p>FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO (FORPROEX). <b>Política Nacional de Extensão Universitária</b>. 2012.</p> <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. <b>Resolução nº 6</b>, de 29 de abril de 2019. Aprova a Política de Extensão da Universidade Federal de Santa Maria. 2019.</p>

#### 4.2.6.7. *Época 6: “Basta um pedaço de terra para a semente ser pão”*

O agricultor familiar é, antes de tudo, um apaixonado pela sua terrinha. Aquele pedaço de chão onde planta já foi regado com o suor de várias gerações da sua família, e também, foi palco da maioria dos acontecimentos marcantes na vida daquelas senhoras e senhores. Foi ali na sombra das mandiocas que o filho balbuciou as primeiras palavras, foi ali que o nono colheu uma abóbora tão grande que saiu até no jornal da cidade, foi ali que os bois dispararam com o arado e quase mataram o pai... É assim que dia após dia vão se criando histórias e colecionando memórias enquanto semeiam, cultivam e colhem.

O contato diário e por horas seguidas com sua terra faz com que o agricultor desenvolva uma percepção detalhada de cada pedaço de sua lavoura, de forma que ele conheça qual o espaço mais adequado para cada planta. Sabe onde o solo é muito úmido, onde é muito seco, onde o ataque de formigas é maior, onde as pedras afloram com facilidade, onde a sombra do mato atrapalha as plantas. Por conhecer tão bem sua terra, o agricultor familiar consegue então direcionar as diferentes sementes que pretende cultivar naquele ano para o local mais adequado da sua propriedade.

O solo arenoso e ácido não produz milho, então lá ele planta a mandioca. A terra úmida da várzea apodrece a mandioca, mas é muito boa para o arroz. Já a terra seca e pedregosa do morro é péssima para o arroz, mas produz muito bem o feijão. E é assim que todos os anos o agricultor monta o quebra-cabeça de suas lavouras, se valendo de todo o conhecimento e intimidade que tem com sua terra, suas

sementes, de forma que sempre consegue escolher e direcionar a semente mais adequada para cada pedaço de sua terra. Com sua vasta experiência, sabe que toda semente tem um lugar apropriado para prosperar, assim como cada cantinho de sua terra tem o seu potencial de ser produtivo. O agricultor é o alquimista que permite que a 'semente de trigo' encontre o seu 'pedaço de terra' e, seja capaz de se tornar um 'pão'.

Ao contrário das sementes, nós, enquanto servidores da UFSM, não temos um agricultor cuidadoso que nos direcione aos lugares que permitam manifestar todo o potencial que construímos e armazenamos antes de ingressar na universidade. Ao tomar posse, somos encaminhados para o 'solo' que está disponível no momento e é lá que ficamos 'plantados', independentemente de aquele ser o terreno adequado ou não para nossas 'sementes'.

A ideia dessa época do curso é promover um momento de reflexão entre os participantes, para que estes percebam quais são suas potencialidades e onde elas podem ser aproveitadas, usando a extensão universitária como uma ferramenta que potencializa o aproveitamento do capital intelectual, humano e técnico.

Um dos pontos identificados na pesquisa é que os TAEs veem na extensão uma forma de atuar mais diretamente nas suas áreas de especialidade, naquilo que possuem conhecimento e vocação para fazer, independentemente do cargo que ocupam. Nesta atividade, pretende-se criar um momento em que os TAEs identifiquem 'aquilo em que são bons', e em cima disso, pensem em projetos de extensão capazes de beneficiar a sociedade. Com esse direcionamento, espera-se que os TAEs sejam capazes de identificar temas em que sejam capazes de produzir extensão universitária, buscando a realização pessoal de poder trabalhar com o que gostam, e ao mesmo tempo, contemplar demandas da sociedade, unindo a semente e o solo adequados.

#### 4.2.6.7.1 Plano sete da atividade extensionista de formação

<b>DADOS DO CURSO</b>
<p><b>Instituição:</b> Universidade Federal de Santa Maria  <b>Curso:</b> Do Plantio à Colheita: A Formação de TAEs extensionistas no Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Maria  <b>Extensionista:</b> Douglas Vicente Alchieri  <b>Data:</b> 04/09/2022</p>

<b>Duração:</b> 5 horas
<b>TEMA</b>
Época 6: “Basta um pedaço de terra para a semente ser pão”.
<b>OBJETIVOS</b>
Geral: Possibilitar que os participantes reflitam sobre quais são suas habilidades, conhecimentos técnicos e interesses pessoais, e identifiquem formas de que estas competências sejam transformadas em projetos de extensão universitária.
<b>Específicos:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificar temas de interesse dos servidores TAEs;</li> <li>- Apresentação das competências dos participantes;</li> <li>- Promover um debate em que o grupo poderá dar sugestões sobre formas com que determinadas competências apresentadas possam ser convertidas em projetos de extensão;</li> <li>- Possibilitar que cada um dos participantes encontre uma possibilidade de atuação enquanto extensionista.</li> </ul>
<b>CONTEÚDO</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Resultados da pesquisa “Interações dos TAEs do CCR/UFSM com a Extensão Universitária”</li> <li>2. Apresentação das competências e habilidades dos participantes</li> </ol>
<b>METODOLOGIA DE ENSINO</b>
<p>Esta época do curso pretende que cada ‘semente’ encontre o ‘solo’ mais adaptado para seu desenvolvimento. Sendo assim, neste encontro os participantes serão convidados a pensarem sobre aqueles temas que têm interesse, as áreas em que possuem formação ou nas habilidades que desenvolveram em outros ambientes de trabalho, e que possam ser transformados em projetos de extensão. Este encontro será mediado pela equipe de psicólogos da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, que irá conduzir os momentos de reflexão e discussão.</p> <p>Durante o encontro, os participantes serão convidados a elaborar um pré-projeto, onde delinearão seu projeto de extensão, contendo informações como título do projeto, área de atuação, público-alvo, parcerias e resultados esperados.</p> <p>Espera-se que ao final desta atividade os TAEs se sintam encorajados e motivados a colocarem em prática os projetos que elaboraram na atividade.</p> <p>A história do agricultor que escolhe as sementes adequadas a cada solo será utilizada como tema motivador da aula.</p>
<b>AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A avaliação será feita por meio da participação e engajamento dos TAEs, pelas contribuições do grupo e pelas apresentações dos pré-projetos elaborados.</li> </ul>
<b>RECURSOS NECESSÁRIOS</b>
Sala de eventos no CCR/UFSM, quadro branco, pincel, computador e projetor multimídia, folhas A4, canetas coloridas.

REFERÊNCIAS
<p>FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO (FORPROEX). <b>Política Nacional de Extensão Universitária</b>. 2012.</p> <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. <b>Resolução nº 6</b>, de 29 de abril de 2019. Aprova a Política de Extensão da Universidade Federal de Santa Maria. 2019.</p>

#### 4.2.6.8 Época 7: O dia de entregar a 'papelada' do Pronaf

Os vizinhos moram lá depois da curva. Da casa até a estrada tem uns bons 300 metros de distância. O silêncio é interrompido apenas por alguma galinha orgulhosa de seu ovo ou pela vaca de leite avisando que já chegou para a ordenha. Por 364 dias essa tranquilidade se repete, mas tem um dia que o caos se instala no sítio: o dia de entregar a documentação no banco para o financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf.

Para o agricultor, ir até a cidade e lidar com documentação significa deixar o trabalho se acumulando em casa, uma vez que o mato continua crescendo e a fome dos animais vai aumentando enquanto ele espera na fila do banco.

A maioria dos agricultores não têm muita afinidade com documentação, certidões, escrituras, orçamentos e etc. Para assustá-los, basta dizer que precisam baixar um aplicativo do banco para acessar a conta via celular ou reunir as notas do 'bloco de produtor'. Felizmente, nossos agricultores são bem assistidos pelos Sindicatos Rurais, Emater e algumas Secretarias Municipais de Agricultura. Os técnicos destas entidades detêm uma grande confiança por parte dos agricultores, que os autorizam a despachar as documentações dos financiamentos. Na maioria das vezes são os próprios extensionistas destas entidades que preenchem tudo, estimam as demandas, orçam os preços, elaboram os projetos, encaminham as análises de solo, enfim, cumprem todas as demandas burocráticas necessárias para que o agricultor tenha seu pedido de crédito cadastrado e aceito no sistema dos bancos.

Tal como os técnicos auxiliam os agricultores com a documentação e os meios digitais, esta época do curso servirá para que os participantes conheçam as burocracias necessárias para a implementação e financiamento de um projeto de extensão. Neste encontro será apresentado um curso sobre a utilização do Portal de Projetos da UFSM, para que os TAEs possam estruturar e cadastrar seus projetos de extensão.



Da mesma forma que os agricultores solicitam crédito ao banco para custeio de seus planos de safra, nós extensionistas precisamos de recursos para garantir a implementação de nossos projetos. Neste encontro será apresentado também o Portal de Editais UFSM e Bolsas de Auxílio para Projetos da UFSM. Será feita uma apresentação das modalidades de projetos, valores que podem ser solicitados, recursos destinados a projetos específicos, contratação de bolsistas e outros temas afins.

Ao término desta atividade, espera-se que os TAEs dominem estas plataformas e saibam como cadastrar corretamente seus projetos e como participar dos editais de fomento à extensão. Isso dará autonomia aos servidores, que agora cientes de suas capacidades e atribuições extensionistas, poderão desenvolver projetos que julgarem importantes para a UFSM e para a sociedade.

#### 4.2.6.8.1 Plano oito da atividade extensionista de formação

<b>DADOS DO CURSO</b>
<p><b>Instituição:</b> Universidade Federal de Santa Maria  <b>Curso:</b> Do Plantio à Colheita: A Formação de TAEs extensionistas no Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Maria  <b>Extensionista:</b> Douglas Vicente Alchieri  <b>Data:</b> 04/09/2022  <b>Duração:</b> 5 horas</p>
<b>TEMA</b>
<p>Época 7: O dia de entregar a 'papelada' do Pronaf.</p>
<b>OBJETIVOS</b>
<p>Capacitar os TAEs para uso do Portal de Projetos UFSM e Portal de Editais e Bolsas Para Projetos UFSM.</p>
<p><b>Específicos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Apresentação do Portal de Projetos e Portal de Editais e Bolsas Para Projetos UFSM;</li> <li>- Orientações sobre a estrutura básica de um projeto de extensão;</li> <li>- Orientações para o preenchimento dos campos dos formulários de cadastro;</li> <li>- Apresentação dos editais de fomento à extensão e requisitos para concorrer à recursos;</li> <li>- Apresentação dos documentos necessários para comprovação das despesas e prestação de contas;</li> <li>- Apresentação de modelos de relatório final de projetos de extensão.</li> </ul>

<b>CONTEÚDO</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Portal de Projetos UFSM               <ol style="list-style-type: none"> <li>1.1 Resumo, justificativa, objetivos, resultados esperados;</li> <li>1.2 Gestão, classificação e participantes;</li> <li>1.3 Órgãos, cidades e público;</li> <li>1.4 Plano de trabalho, fases e arquivos.</li> </ol> </li> <li>2. Portal de Editais e Bolsas de Auxílio para Projetos UFSM               <ol style="list-style-type: none"> <li>2.1 Escolha do edital;</li> <li>2.2 Cadastro, encaminhamento e acompanhamento da proposta;</li> <li>2.3 Aplicação dos recursos;</li> <li>2.4 Prestação de contas;</li> <li>2.5 Relatório de avaliação final.</li> </ol> </li> </ol>
<b>METODOLOGIA DE ENSINO</b>
<p>Esta época do curso pretende capacitar os participantes a elaborarem um projeto de extensão dentro das normas da UFSM. Para isso será oferecido um treinamento para uso do Portal de Projetos UFSM e Portal de Editais e Bolsas de Auxílios para Projetos UFSM. O ministrante do treinamento abordará cada um dos campos necessários para cadastro dos projetos, explicando como deve ser feito o preenchimento e como deve ser a estrutura final do projeto.</p> <p>Serão apresentados os editais de auxílio financeiro aos projetos, formas de participar dos editais, como cadastrar os projetos, critérios de seleção, formas de utilização e comprovação dos recursos recebidos e apresentação de relatório final.</p> <p>Espera-se com esta atividade que os TAEs tenham domínio dessas duas ferramentas fundamentais para o trabalho do extensionista, e tenham capacidade de realizar o cadastro de seus projetos de maneira que tramitem de forma ágil e sejam aceitos pelos avaliadores.</p> <p>Ao final, será encaminhado como atividade de fixação dos conhecimentos uma proposta para que os participantes cadastrem os projetos que haviam elaborado na aula anterior. O ministrante do curso ficará à disposição via WhatsApp e e-mail para auxiliar com eventuais dúvidas neste processo.</p>
<b>AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A avaliação será feita por meio dos questionamentos dos participantes durante a atividade e pelo retorno dos projetos cadastrados nos portais pelos participantes.</li> </ul>
<b>RECURSOS NECESSÁRIOS</b>
<p>Sala de eventos no CCR/UFSM, quadro branco, pincel, computador e projetor multimídia, acesso à internet.</p>
<b>REFERÊNCIAS</b>
<p>FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO (FORPROEX). <b>Política Nacional de Extensão Universitária</b>. 2012.</p> <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. <b>Resolução nº 6</b>, de 29 de abril de 2019. Aprova a Política de Extensão da Universidade Federal de Santa Maria. 2019.</p>

#### 4.2.6.9. Época 8: A colheita - resumo do projeto e avaliação

A construção desse curso procurou reproduzir as épocas mais importantes de uma safra, desde o plantio até a colheita. Iniciamos este percurso pelas raízes através

do estudo da história da extensão universitária. Logo depois escolhemos as 'sementes' que seriam plantadas, e assim como um agricultor precisa conhecer as leis da natureza, nos dedicamos ao estudo das leis e políticas que regulamentam a extensão universitária. Fomos conhecer o trabalho de nossos vizinhos em um 'dia de campo', para com eles aprender e trocar experiências. Decidimos qual o modo como combateremos as 'pragas' de nossa lavoura: seremos agricultores químicos ou orgânicos? Trabalhamos muito em nossa terra, até conhecer seus pormenores que nos permitiram escolher a melhor 'semente' para cada talhão. Por fim, fomos até o banco para garantir o financiamento da próxima 'safra', visto que essa foi próspera e animadora. É hora agora de colhermos os 'frutos' e prepararmos as próximas 'sementes'.

Para este momento do curso construiremos um processo de avaliação e ainda apresentarei as possibilidades futuras da continuidade da formação que consiste em outras temáticas: criar e cadastrar projetos; custeio e inovação; o espaço da incubadora social; dentre outros.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Naomar de. **Universidade Nova**: textos críticos e esperançosos. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Salvador: EDUFBA, 2008.

BARICHELLO, Eugenia M. M. R. **Universidade e comunicação**: identidade institucional, legitimidade e territorialidade na cena a nova ordem tecnocultural. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

BORTOLANZA, Juarez. Trajetória do Ensino superior brasileiro - uma busca da origem até a atualidade. In: **Colóquio Internacional de Gestão Universitária**, XVII, 2017, Mar del Prata, Argentina. Anais. Disponível em: <[https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181204/101\\_00125.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181204/101_00125.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 21 janeiro 2020.

BRAZOLLI, João A. Projeto “NÓS PROPOMOS” multiplicidade de atores e diversidade na educação cidadã. Separata de: **Revista Conexão**, Tocantins, UFT, v. 13, n. 1, jan/abr, 2017, p. 94-109.

BRASIL. **Decreto nº 19.851**, de 11 de abril de 1931. (1931b). Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização tecnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-republicacao-139891-pe.html>>. Acesso em: 26 julho 2021.

CERVANTES, Miguel de. **Dom Quixote de la Mancha**. Tradução de Viscondes de Castilho e Azevedo. São Paulo: Editora Abril, 1978.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/n5nc4mHY9N9vQpn4tM5hXzj/?lang=pt#>>. Acesso em: 26 julho 2021.

CHOERI, Wilson. O campus avançado - o Projeto Rondon. In: **Integração da universidade na comunidade**. Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, 1973.

DEUS, Sandra de. **Extensão universitária**: trajetórias e desafios. Santa Maria, RS: Ed. PRE-UFSM, 2020.

FRANZON, Sadi. Os acordos MEC-USAID e a reforma universitária de 1968 - as garras da águia na legislação de ensino brasileira. **Congresso Nacional de Educação** – EDUCERE, XII, Porto Alegre, RS. Anais. Disponível em: <[https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21202\\_9057.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21202_9057.pdf)>. Acesso em: 26 outubro 2021.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. 13ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da educação brasileira**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 272.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 4.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1981.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão Universitária: Comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez. Autores Associados: Universidade Federal do Ceará, 1986. p. 182.

HISTÓRICO do Centro de Ciências Rurais da UFSM. **UFSM.br**, 2021. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/unidades-universitarias/ccr/historico/>>. Acesso em: 09 junho 2021.

LUCKESI, Cipriano, BARRETO, Eloi, COSMA, José e BAPTISTA, Naidison. **Fazer universidade: uma proposta metodológica** / 9<sup>a</sup> ed. São Paulo, SP: Cortez, 1997. p. 232.

MACHADO, Adriano. **A construção da extensão universitária brasileira, as políticas institucionais e o compromisso social das universidades: um estudo sobre a Universidade Estadual do Centro - Oeste do Paraná (Unicentro)**. 2009. f. 146. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Maringá, 2009. p. 34.

MARIANO DA ROCHA FILHO, José. **A terra, o homem e a Educação: universidade para o desenvolvimento**. Santa Maria: Editora Pallotti, 1993.

MARINHO, Marco Antonio Couto. Trajetórias de Vida: um conceito em construção. **Revista do Instituto de Ciências Humanas** – vol. 13, n. 17, 2017, p. 25-49. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/revistaich/article/view/15710>>. Acesso em: 21 maio 2020.

MIRRA, Evandro. **A ciência que sonha e o verso que investiga: ensaios sobre inovação, poesia, tecnologia e futebol**. 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Papagaio, 2009. p. 353.

MOLINA, Maria Valenzuela. **Extension Universitaria**. s/l, CRUB, 1968. p. 67.

MOITA, Filomena M. G.S; ANDRADE, Fernando C. B. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 14, n. 41, maio/ago, 2009, p. 269-393. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/gmGjD689HxfJhy5bgykz6qr/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 15 abril 2020.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Extensão Universitária no Brasil: uma revisão conceitual. In: FARIA, Dóris Santos. **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. 22<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PAULA, João Antônio de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. Interfaces - **Revista de Extensão da UFMG**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 5–23, 2013.

Disponível em:

<<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18930>>. Acesso em: 26 julho 2021.

RIGUEIRA JUNIOR, Itamar. Estudo sobre o Projeto Rondon revela que misto de adesão e resistência marcou relação dos estudantes com a ditadura militar. **UFMG On line**. Boletim 1937. Disponível em:

<<https://www.ufmg.br/online/arquivos/043133.shtml>>. Acesso em: 21 outubro 2020.

SAVIANI, Dermerval. A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: MUDANÇAS E CONTINUIDADES. **Póiesis Pedagógica**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 4-17, 2011. DOI: 10.5216/rpp.v8i2.14035. Disponível em:

<<https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14035>>. Acesso em: 31 julho 2021.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária**. 2ª ed. Campinas, SP. Editora Alínea, 2010. p. 138.

SOUZA, Olga S. S. de. A extensão universitária e as universidades populares.

**Revista FAGED**, Bahia, n. 09, 2005, p. 253-264. Disponível em:

<<http://antiga.ufs.edu.br/wp/wp-content/uploads/2010/06/A-extens%C3%A3o-universit%C3%A1ria-e-as-Universidades-Populares.pdf>>. Acesso em: 14 outubro 2020.

SPIAZZI, Daiane T. **Memorial Projeto Rondon**: um espaço de pesquisa, preservação e valorização da história do Projeto Rondon na UFSM. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural). Programa de Pós-graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Santa Maria, 2011.

TAVARES, Christiane Andrade Regis, FREITAS, Katia Siqueira de. **Extensão Universitária**: O patinho feio da academia? Jundiá, Paco editorial, 2016. p. 156. UFSM, Universidade Federal de Santa Maria. Relatório de 1970. Santa Maria, RS: 1986. p. 117. Relatório 1969. Santa Maria, RS: 1986. p. 123-124

UFSM. UFSM em números. **Painel de Projetos de Extensão**. Disponível em:

<<https://portal.ufsm.br/ufsm-em-numeros/publico/painel.html;jsessionid=49f81a6f32a3642ab4808f83f24a?categoria=451>>. Acesso em: 26 julho 2021.

\_\_\_\_\_. UFSM Portal de Projetos. **Portal de Projetos Acesso Público**. Disponível em

<<https://portal.ufsm.br/projetos/publico/projetos/list.html;jsessionid=4a536171dd759fdc55d096ee9868>>.

<<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/90540/1/Digitalizar0015.pdf>>.

**APÊNDICE – Formulário**

# Interações dos TAEs do CCR UFSM com a Extensão Universitária

Este questionário faz parte de uma pesquisa que visa identificar quais são os limites e possibilidades para a atuação dos servidores TAEs do CCR UFSM nas atividades de extensão universitária desenvolvidas na UFSM. Este questionário tem por objetivo identificar qual o nível de conhecimento dos TAEs sobre as políticas nacionais de institucionais relacionadas a extensão universitária. Tem também como objetivo identificar quais são os fatores que motivam e desmotivam a participação dos TAEs na extensão universitária

**\*Obrigatório**

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para ser participante da Pesquisa intitulada “Interações dos TAEs do CCR UFSM com a Extensão Universitária” de responsabilidade do pesquisador Douglas Vicente Alchieri (matrícula nº 201970192). Leia cuidadosamente, caso se sinta esclarecido (a) sobre as informações que estão neste Termo e aceite fazer parte do estudo, peço que registre sua concordância respondendo as questões que seguem. 1. O trabalho tem por objetivo geral compreender os fatores que motivam e/ou desmotivam a participação dos servidores TAEs do CCR em projetos de Extensão Universitária. 2. A participação nesta pesquisa consistirá em responder as questões que seguem. O prazo estimado para resposta do questionário é 10 min. 3. Os benefícios com a participação nesta pesquisa dizem respeito ao fato que suas informações podem potencializar as políticas da UFSM voltadas à Extensão Universitária. 4. O nome dos participantes será mantido em sigilo, assegurando assim a sua privacidade, e se desejarem terão livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo. 5. Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e os resultados poderão ser publicados. Qualquer dúvida, peço a gentileza de entrar em contato com Douglas Vicente Alchieri, pesquisador responsável pela pesquisa, telefone: 55-992054425, e-mail: [douglas.alchieri@acad.ufsm.edu.br](mailto:douglas.alchieri@acad.ufsm.edu.br) Marcando as próximas perguntas, você concorda com a participação na pesquisa. Após a leitura deste documento e ter tido a oportunidade de esclarecer dúvidas com o pesquisador responsável, você está suficientemente informado(a), ficando claro para que sua participação é voluntária. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo através do questionário online, o qual poderei salvar e guardar cópia deste termo.

1. Declaro que li o presente termo de consentimento, que compreendi todas as informações contidas no documento, que concordo voluntariamente com a participação na pesquisa. \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não



2. 1. Você já teve contato com a Política Nacional de Extensão Universitária? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Desconheço.
- Já ouvi falar mas desconheço seu teor.
- Já li mas como não faço uso não lembro do que trata o documento.
- Já li e preciso, como TAE, prestar informações sobre seu teor.
- Já li, estudei e recorro, pois como TAE realizo extensão.

3. 2. Você já teve a oportunidade de conhecer a Resolução CNE/CES nº 007/2018, que Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Desconheço
- Já ouvi falar mas desconheço seu teor.
- Já li mas como não faço uso não lembro do que trata o documento.
- Já li e preciso, como TAE, prestar informações sobre seu teor.
- Já li, estudei e recorro, pois como TAE realizo extensão.

4. 3. Você participou das discussões e elaboração da Política de Extensão da UFSM? Justifique por que você PARTICIPOU ou por que você NÃO PARTICIPOU das discussões. \*

---

---

---

---

---

5. 4. A UFSM vem criando muitas instruções, resoluções e propondo políticas de mudança cultural para a Extensão na UFSM. Exemplos são: \*

Instrução Normativa nº 01/2019 (orientações técnicas para a regulamentação, registro e avaliação das ações de extensão na UFSM);

- Resolução 03/2019 (Regulamenta a inserção das ações de extensão nos currículos da graduação);

- Instrução Normativa nº 06/2019 da PROGRAD (orientações técnicas para inserção da extensão nos projetos Pedagógicos de cursos de graduação); e

- A mais recente a Resolução UFSM n. 043/2021 (aprova a Política Cultural de Extensão da UFSM) Diante dessas normativas na UFSM, escolha a afirmativa que melhor representa sua situação:

*Marcar apenas uma oval.*

- Desconheço essas normativas.
- Já ouvi falar mas desconheço o teor das normativas.
- Já li mas como não faço uso das normativas no meu trabalho e por isso não lembro do que se trata.
- Já as li e preciso, como TAE, prestar informações sobre as normativas.
- Já li, estudei e recorro, pois como TAE realizo extensão.

6. 5. Em algum momento e/ou atualmente, como TAE participou e/ou participa de algum projeto de extensão universitária? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Não, nunca participei.
- Sim, participei.
- Sim, participo atualmente.

7. 5.1. Em números, digite quantos projetos de extensão você participa atualmente: \*

---

8. 5.2. Em números, digite quantos projetos de extensão você já participou enquanto servidor TAE: \*

---

9. 5.3. O que fez você parar de participar de projetos de extensão universitária? \*

---

---

---

---

---

10. 6. Com relação a sua participação qual função foi exercida por você nos projetos de extensão que participou ou participa? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Tive meu nome incluído no projeto de extensão, mas não sei bem do que se tratava.
- Fui aluno de um minicurso/curso/treinamento.
- Auxiliei a escrever o projeto, participei das tomadas de decisão e das reuniões de acompanhamento do projeto
- Minha participação foi demandada em virtude de meu conhecimento técnico/meu cargo técnico dentro da UFSM.
- Fui o coordenador do projeto de extensão universitária.
- Nunca participei de projetos de Extensão Universitária

11. 7. Você se sente apto para elaborar um projeto de extensão universitária? \*

---

---

---

---

---

12. 8. Você acredita que os servidores TAEs da UFSM poderiam dentro de sua atuação trabalhar com extensão universitária? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Não, os TAEs não precisam ampliar sua atuação para a extensão universitária.
- Alguns TAEs não poderiam ampliar a sua atuação para trabalhar com extensão universitária.
- A maioria dos TAEs poderia ampliar a sua atuação para trabalhar com extensão universitária.
- Todos os TAEs poderiam ter em suas funções o trabalho com extensão universitária.

13. 9. Dentro de seu departamento, as horas dedicadas aos projetos de extensão universitária são reconhecidas por sua chefia como período de trabalho? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Nunca participei de projetos de extensão.
- Não, participo dos projetos de extensão durante meu expediente de trabalho, mas continuo a fazer todas as atividades que já fazia anteriormente. A extensão é 'um trabalho a mais'.
- Sim, justifico à minha chefia que preciso de tempo para me dedicar aos projetos de extensão, e com isso tenho redução de meus trabalhos como TAE.
- Sim, minha chefia entende que a extensão universitária faz parte de meu trabalho enquanto servidor TAE, e permite que eu dedique uma carga horária semanal aos projetos.

14. 10. Você gostaria que a UFSM implementasse uma política de incentivo aos TAEs para fomentar sua participação como extensionistas? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Não gostaria e não acho importante.
- Não gostaria, mas acho importante.
- Gostaria, mas não acho importante.
- Gostaria e acho muito importante.

15. 11. Quando você prestou concurso para a UFSM, sabia que uma de suas atribuições seria participar de projetos de extensão universitária? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Não sabia e não tenho interesse em participar.
- Sabia, mas não tenho interesse em participar.
- Sabia e tenho interesse em participar.
- Sabia e já participei de projetos.

16. 12. Em sua opinião, o que dificulta a participação dos TAEs nos projetos de extensão? \*

---

---

---

---

---

17. 13. Em sua opinião, o que motiva os servidores TAEs a participarem de projetos de extensão? \*

---

---

---

---

---

18. 14. Você teria interesse em participar de um projeto de extensão que promovesse um curso institucional sobre "Extensão Universitária", com foco na "atuação dos TAEs na extensão universitária"? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Não tenho interesse em participar
- Sim, tenho interesse em participar

19. 15. Você teria interesse de participar de uma roda de conversa sobre a atuação dos TAEs em projetos de extensão? (A atividade terá duração máxima de 90 minutos e será realizada via web conferência). \*

A participação dos TAEs que já participaram de projetos de extensão é muito importante para esta pesquisa).

Caso

você tenha interesse em participar, escreva seu e-mail abaixo para que possamos enviar o link de acesso. (esta informação não permitirá a identificação de suas outras respostas, as mesmas serão mantidas em anonimato)

---

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários